

Prestação Anual de Contas – PAC / 2017

Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região - CETRIL

Demonstrações Contábeis 2017

Ibiúna, abril de 2018

Índice

Demonstrações Contábeis Societárias - 2017

Relatório da Administração das Demonstrações Contábeis Societárias	1
Balanco Patrimonial Societário.....	20
Demonstração Do Resultado Do Exercício Societário	22
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Societário	24
Demonstração Do Fluxo De Caixa	25
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Societárias.....	27
Demonstração Fiscal Do Resultado Do Exercício Societário	69
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Fiscal Societário	73
Parecer do Conselho Fiscal Societário	77
Parecer do Auditor Independente – Societário.....	79

Demonstrações Contábeis Regulatórias - 2017

Relatório da Administração das Demonstrações Contábeis Regulatórias	82
Balanco Patrimonial Regulatório	103
Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório	105
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Regulatório	109
Demonstração dos Fluxos de Caixa Regulatório	111
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias	112
Parecer do Conselho Fiscal Regulatório	162
Parecer do Auditor Independente Regulatório	164

**Relatório da Administração
das
Demonstrações Contábeis
Societárias 2017**

Senhores e Senhoras Associados/Consumidores,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a CETRIL apresenta o Relatório da Administração, contendo as principais atividades do exercício de 2017, bem como as informações sobre a posição patrimonial e financeira, por meio das Demonstrações Contábeis Societárias, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CETRIL – Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região para a sociedade, parceiros, associados/cooperados e consumidores.

Carta do Presidente

A descoberta da eletricidade revolucionou o mundo, possibilitou inúmeros avanços para a humanidade e abriu infinitas possibilidades.

Atualmente, quem consegue se imaginar sem ela? Nossas atividades, por mais simples que pareçam estão relacionadas à energia elétrica: esquentar uma refeição, se conectar ao mundo via internet, tomar um banho quente ou assistir a um filme na TV.

Com infinitas aplicações, a energia nos mostrou a capacidade do ser humano de criar e inovar cada vez mais, conduzindo sonhos à realidade. Então, distribuir energia com segurança e qualidade tornou-se algo indispensável e, mais do que nossa missão, é a forma que encontramos de ajudar na realização de milhares de sonhos. E é exatamente isso que a CETRIL vem realizando ao longo de seus mais de 50 anos.

E neste ano que se inicia, queremos melhorar ainda mais nossos serviços, trabalhando incansavelmente, com todo profissionalismo e dedicação, para que você possa ter todo conforto, comodidade e bem-estar proporcionados pelos benefícios gerados a partir da energia elétrica.

Afinal, assim como todos aqui na CETRIL, encaramos a missão de levar energia elétrica aos mais longínquos bairros de Ibiúna como uma forma de mudar a realidade das pessoas e transformar a vida de muita gente, usando toda nossa estrutura e conhecimento para que você receba em sua casa energia elétrica com segurança e estabilidade.

E, assim, partimos para o desafio do dia-a-dia sabendo que nosso trabalho pode fazer a diferença. Você pode até não perceber, mas nossas equipes estão de plantão 24 horas por dia, muitas vezes enfrentando tempestades, mata fechada e outros desafios para que você possa ter energia elétrica na sua casa, que só é possível graças a determinação e empenho dos nossos profissionais.



Nélio Antônio Leite
Presidente

Carta do Contador


Com satisfação, na qualidade de Contador responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região – CETRIL, comunicamos aos senhores Associados a conclusão do exercício de 2017, com alto grau de qualidade, transparência e legalidade.

A nossa Cooperativa primou, em 2017, pelos conceitos de transparência, detalhando as contas contábeis ao extremo, evitando qualquer contabilização a título de “outros” e “diversos”, e apresenta, de forma clara seu resultado, valorizando assim a atuação como Empresa de Serviço Público.

Vale salientar que, na questão Regulatória, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, têm intensificado o monitoramento eletrônico, impondo pré análise dos dados quando de nosso envio para integralização na base nacional. Informamos que todos os envios, desde a Prestação Anual de Contas - PAC, Relatório de Informações Trimestrais - RIT, e Balancete Mensal Padronizado – BMP, foram enviados em tempestividade e aprovados nessa análise realizada pela ANEEL.

Diante do acima descrito, e, com grande satisfação, comunicamos aos Srs. Associados que a seguir constam todos os demonstrativos do exercício Regulatório, Societário e Fiscal, de modo a facilitar e dar todas as condições de V.Sas. tomarem todas as decisões para o novo exercício da nossa distribuidora de energia.

Por fim, agradecemos a DEUS, à Diretoria, aos Gerentes, à nossa equipe contábil, bem como a todos os departamentos internos, consultorias e auditorias externas que colaboraram para a correta escrituração deste exercício.


Siegfried Urban
Contador
CRC: 1SP297745/O-4

Cenário

Em 2017 o Brasil enfrentou um cenário macroeconômico e político bastante desafiador, e pelo terceiro ano consecutivo, vivenciou períodos de instabilidade e mudanças significativas. O ano foi marcado pelo alto índice de desemprego (taxa média de 11,5%) e a atividade econômica apresentou pouco crescimento diante da crise política. Mesmo em meio às adversidades a CETRIL – Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região termina mais um exercício com resultado positivo.

Pela primeira vez, em mais de oitenta anos, o país apresentou retração do PIB, com reduções em quase todas as atividades econômicas. Em 2016, diante de um cenário em que predominaram dificuldades e incertezas, a crise representou uma queda do PIB de – 3,6%. No período de 2014 a 2016 acumulou uma queda de – 9%. Já no ano de 2017, com a retomada da economia, o crescimento do PIB foi próximo a 1%. O consumo de energia andou paralelo ao ano de 2016, apresentando um crescimento somente nos últimos quatro meses do ano.

O destaque positivo é que a inflação de 2017 (2,95%) atingiu o menor patamar em quase duas décadas, em comparação aos anos de 2016 (6,54%) e 2015 (11,07%), isso devido aos fatores que interferem na economia brasileira, tais como a taxa de desemprego, perda de poder aquisitivo dos consumidores e capacidade ociosa de quase todos os setores produtivos.

Neste cenário, a CETRIL apresentou um aumento de 2,49% no número de ligações (cooperados/consumidores) em relação ao ano de 2016. Em 2017 a cooperativa passou a atender 26.664 unidades consumidoras, desse total 93% são consumidores da classe residencial. A quantidade de energia distribuída foi de 70,90 GWh, 3,02% a mais do que em 2016.

Foram realizados investimentos de R\$/Mil 2.859,00 em ampliação e manutenção do sistema elétrico. Atualmente, a cooperativa possui 1.857,36 quilômetros de redes, 3.389 transformadores, com potência instalada de 92,24 MVA. Nos últimos anos (2014-2017), o nosso mercado que é medido pelo fornecimento de energia aos nossos cooperados e consumidores cresceu 12%.

O maior desafio a ser enfrentado em 2018 será manter o equilíbrio econômico-financeiro e os serviços de qualidade. Dentro de suas possibilidades e diante dos obstáculos externos, a CETRIL continuará investindo em melhorias essenciais, com o objetivo de atender as necessidades da população rural e contribuir para o crescimento da nossa região.

Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica**Distribuição**

A Outorgada distribui energia elétrica em 02 dos 645 municípios do Estado, o que representa 0,14629% dos consumidores do Estado de São Paulo (Total de 18.227.148 – Fonte: Secretaria de Energia do estado de SP – Anuário Estatístico de Energéticos por Município no Estado de SP – ano Base 2016). Não atendemos nenhum consumidor livre no Estado.

Ligação de consumidores - foram realizadas no ano, 650 novas ligações, com destaque 584 residenciais, 13 comerciais, 52 rurais e 01 serviços públicos, totalizando 26.664 consumidores atendidos pela Permissionária, número 2,49% superior ao de 2016.

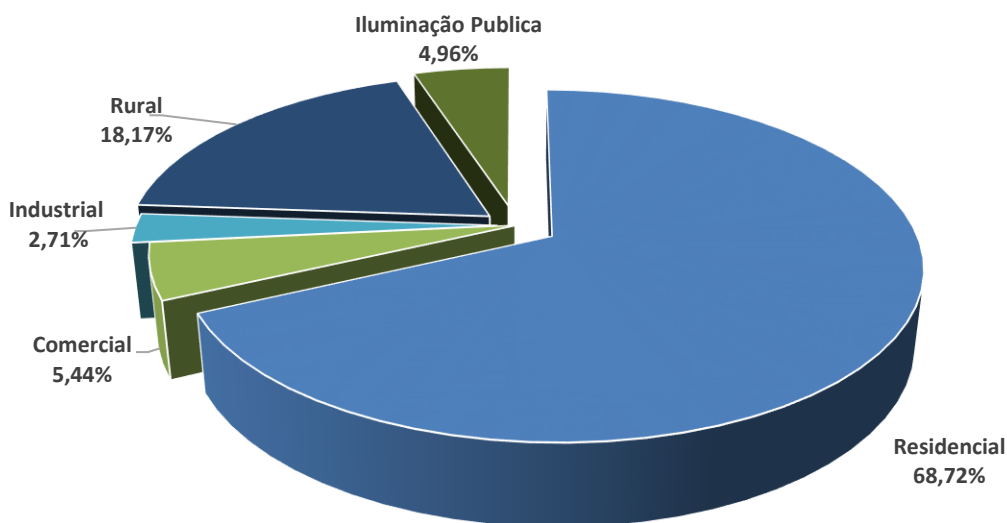
Número de Consumidores

Consumidores	2013	2014	2015	2016	2017
Residencial	20.774	21.801	23.367	24.189	24.773
Comercial	342	362	398	470	483
Industrial	12	13	15	17	15
Rural	920	999	1	1.177	1.229
Poderes públicos	78	82	89	85	85
Iluminação pública	69	67	68	68	68
Serviço público	8	8	10	10	11
Total	22.203	23.332	25.019	26.016	26.664
Variação	4,49%	5,08%	7,23%	3,98%	2,49%

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o comercial e industrial. A classe Comercial obteve o maior crescimento nos últimos cinco anos, atingindo o patamar de 2,77% maior em comparação com o ano anterior. A classe Industrial registrou a diminuição de duas unidades consumidoras representado um decréscimo de -11,76% em comparação ao ano anterior. A classe residencial apresentou um crescimento na ordem de 2,41%

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Consumo Por Classe de Consumidores (%)



Mercado Atendido

Mercado Atendido - GWh	2013	2014	2015	2016	2017
Energia Faturada	63,29	69,07	68,50	68,82	70,90
Fornecimento	63,29	69,07	68,50	68,82	70,90
Residencial	44,67	47,36	47,09	46,86	48,67
Comercial	3,06	3,43	3,55	3,62	3,86
Industrial	2,21	2,42	2,24	1,87	1,92
Rural	10,15	12,46	12,08	12,95	12,88
Poderes Públicos	0,50	0,55	0,44	0,36	0,37
Iluminação Pública	2,54	2,70	2,92	2,93	2,95
Serviço Público	0,16	0,14	0,14	0,18	0,20
Consumo Próprio	-	0,01	0,04	0,05	0,05
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	63,29	69,07	68,50	68,82	70,90
Variação	1,88%	9,13%	-0,82%	0,46%	3,02%

Comportamento do mercado - A distribuição de energia da Permissionária no período de janeiro a dezembro de 2017 foi de 70,90 GWh (68,82 GWh em 2016).

No Mercado Atendido pela permissionária houve um aumento no total da energia faturada em GWh de 3,02% em relação ao ano anterior.

A CETRIL não possui geração de energia, toda sua comercialização é realizada a partir da aquisição de energia para revenda, sendo suprida pelas empresas concessionárias CPFL Piratininga e Elektro S/A.

Balço Energético em GWh

A) Energia Requerida	2013	2014	2015	2016	2017
Geração Própria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CPFL / Elektro	70,31	75,93	74,41	75,61	77,24
PROINFA	1,19	1,53	1,86	1,28	1,97
TOTAL	71,50	77,46	76,27	76,89	79,21
B) Energia Distribuída	2013	2014	2015	2016	2017
Cooperados/Consumidores	63,35	69,07	68,50	68,82	70,90
Consumidores Livres					
Suprimentos					
Energia Contratada					
TOTAL	63,35	69,07	68,50	68,82	70,90
Requerida - Distribuída	8,15	8,39	7,77	8,07	8,31
% de Perdas entre A / B	11,40%	10,83%	10,15%	10,50%	10,49%

Houve uma redução de 0,01% nas perdas totais de energia requerida sobre a energia distribuída. Pelo resultado apresentado, à ação da CETRIL será ainda maior nos serviços de manutenção preventiva no seu sistema elétrico, com a intensificação das inspeções para coibir as fraudes.

Em 2017 foram inspecionadas 5.020 unidades consumidoras, representando aproximadamente 18,83% dos consumidores da permissionária, desses foram efetuadas as substituições de 664 medidores avariados.

No quadro abaixo demonstramos os dados computados nos períodos de 2013 a 2017 referentes a demanda contratada e a demanda registrada:

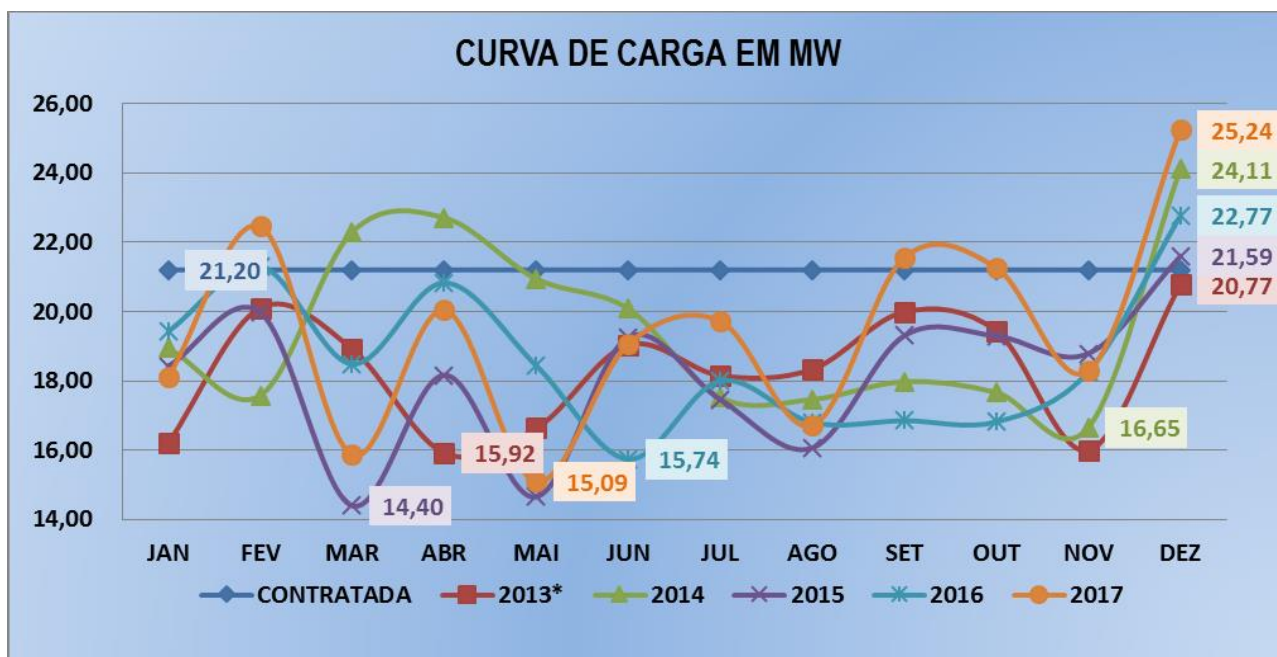
CURVA DE CARGA EM MW

Mês	Demanda contratada	2013*	2014	2015	2016	2017
JAN	21,20	16,19	18,95	18,42	19,43	18,11
FEV	21,20	20,11	17,58	19,98	21,32	22,46
MAR	21,20	18,92	22,30	14,40 (1)	18,48	15,86
ABR	21,20	15,92 (1)	22,71	18,17	20,83	20,04
MAI	21,20	16,63	20,95	14,65	18,44	15,09 (1)
JUN	21,20	19,04	20,08	19,26	15,74 (1)	19,06
JUL	21,20	18,15	17,52	17,46	18,00	19,73
AGO	21,20	18,34	17,46	16,06	16,80	16,71
SET	21,20	19,99	17,98	19,31	16,85	21,56
OUT	21,20	19,44	17,67	19,30	16,82	21,27
NOV	21,20	16,00	16,65 (1)	18,79	18,26	18,28
DEZ	21,20	20,77 (2)	24,11 (2)	21,59 (2)	22,77 (2)	25,24 (2)

Nota: (1) Menor Demanda - MW

(2) Maior Demanda - MW

A seguir o gráfico ilustrando a curva de carga em MW dos períodos demonstrados no quadro acima.



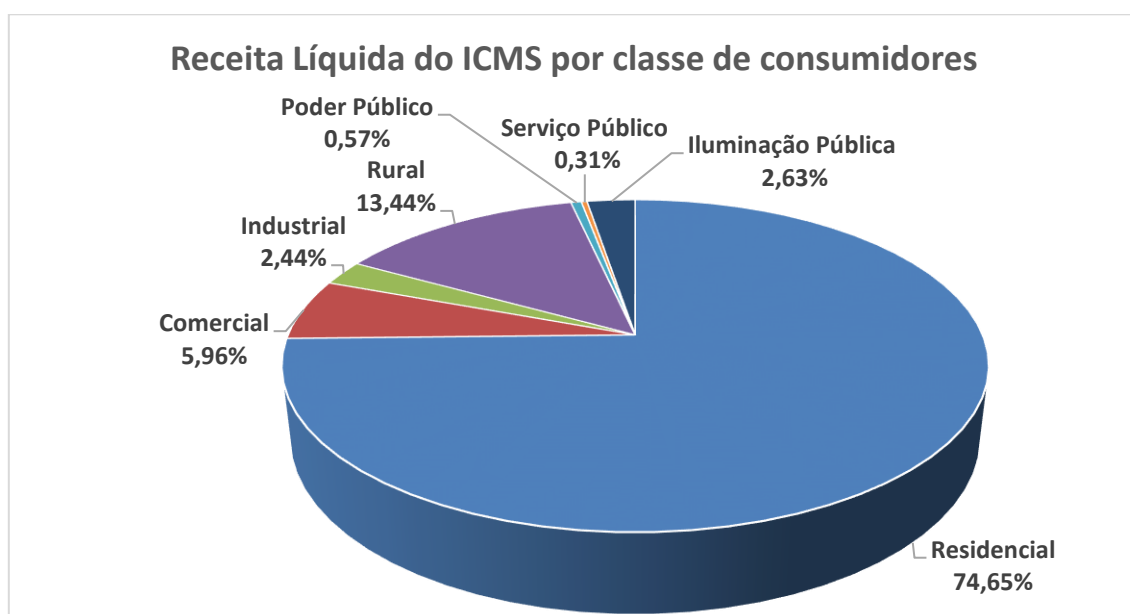
Notas:

- A Demanda contratada pela CETRIL é de 21,20 MW. O gráfico acima demonstra grandes variações; isso ocorre por causa da sazonalidade de nossos consumidores de lazer.
- A Demanda máxima ocorreu no mês de dezembro de 2017 = 25,24 MW; sendo que a menor ocorreu no mês maio de 2017 = 15,09 MW, uma diferença de 10,15 MW correspondente a uma variação de 67,26%;
- Analisando o ano de 2017 podemos observar que a demanda média foi de 18,92 MW; para a máxima registrada houve uma variação de 6,32 MW = 33,40 % de acréscimo; ocorrida no dia 31/12/2017 (véspera do feriado de ano novo); um único dia durante todo ao ano;
- A CETRIL tem que investir, praticamente 1/3 a mais em infraestrutura, para atender o seu sistema elétrico em função do pico de consumo anual;
- Estamos analisando o perfil de carregamento dos nossos alimentadores com o objetivo de equalizar o perfil de carga e reduzir os picos de demanda, principalmente neste ano atípico com a copa do mundo e as eleições.

Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica, líquida do ICMS, importou em 2017 o montante de R\$ 39.558,16 mil, conforme quadro a seguir:

Receita líquida do ICMS em R\$ Mil

Classe	2017	2016	%
Residencial	29.531,46	26.483,46	11,51%
Comercial	2.355,94	2.059,84	14,37%
Industrial	967,01	1.004,67	-3,75%
Rural	5.318,30	4.928,33	7,91%
Outros	1.385,45	1.190,55	16,37%
Poderes Públicos	224,93	202,09	11,30%
Iluminação Pública	1.038,95	889,29	16,83%
Serviço Público	121,57	99,17	22,59%
Total	39.558,16	35.666,85	10,91%



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2017 apresentou um crescimento de 2,49% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores

Classe	2017	2016	Var %
Residencial	24.773	24.189	2,41
Comercial	483	470	2,77
Industrial	15	17	-11,76
Rural	1.229	1.177	4,42
Outros	164	163	10,00
Poderes Públicos	85	85	0,00
Iluminação Pública	68	68	0,00
Serviço Público	11	10	10,00
Total	26.664	26.016	2,49

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica atingiu em dezembro de 2017 o valor de R\$ 674,86/MWh, com aumento de aproximadamente 8,58% com relação a dezembro de 2016. Para o novo ciclo tarifário, de 30 de outubro de 2017 a 29 de outubro de 2018 as tarifas foram fixadas pela ANEEL por meio da Resolução Homologatória/ ANEEL nº 2.320 de 24 de outubro de 2017.

Tarifa Média em 2017 e 2016 (energia + tributos)

Classe	2017			2016			%
	R\$/Mil	MWh	Tarifa Média	R\$/Mil	MWh	Tarifa Média	
Residencial	36.620,10	48.670	752,42	32.513,05	46.859	693,85	8,44
Industrial A4	514,58	1.024	502,52	708,61	1.123	630,99	-20,36
Industrial	674,53	901	748,65	516,15	749,74	688,44	8,75
Comercial	2.879,28	3.861	745,73	2.483,52	3.623	685,54	8,79
Rural	5.514,18	12.882	428,05	5.090,08	12.952	392,98	8,92
Iluminação Pública	1.210,48	2.951	410,19	1.084,50	2.934	369,63	10,97
Poder Público e Serviço Público	407,70	569	716,61	349,65	531	658,47	8,83
Consumo Próprio	29,35	46	633,23	26,14	46	568,26	11,43
Total	47.850,20	70.904	674,86	42.771,70	68.817	621,52	8,58

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC - Duração equivalente de interrupções por consumidor (tempo total médio de interrupção por consumidor) e o FEC -Frequência equivalente de interrupções por consumidor (quantas vezes os consumidores ficaram sem energia elétrica no ano). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2013	17,28	13,46	1,79
2014	17,06	15,01	1,82
2015	18,37	14,26	1,93
2016	18,21	13,05	2,96
2017	16,22	13,02	4,02

A CETRIL monitora dados de qualidade desde 2003, para melhor atender seus consumidores as metas dos indicadores de qualidade estabelecidas pela ANEEL entraram em vigor a partir do ano de 2013 e estão sendo atendidas pela cooperativa de acordo com o estabelecido no Contrato de permissão nº. 008//2008 – ANEEL, Anexo III.

Em 2017 o DEC registrou o índice de 16,22 mantendo abaixo do índice determinado pela Aneel que é de 23 e o FEC 13,02 mantendo também abaixo do índice determinado pela Aneel que é de 17.

Considerando o crescimento do número de consumidores e a ocorrência de temporais, a CETRIL manteve a qualidade e continuidade do fornecimento de energia a seus consumidores conforme metas determinadas.

Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Outorgada de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Outorgada faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2017, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram:

- Troca e reestruturação da infraestrutura de rede (Cabos e dispositivos de comunicação de rede);
- Aquisição de computadores, softwares e suprimentos para melhor funcionamento dos equipamentos.
- Aquisição e implantação da plataforma digital (*workflow*), a qual monitora as solicitações dos consumidores desde a sua origem até a conclusão, atendendo os prazos determinados pela ANEEL e também contribuindo com o meio ambiente com o uso desnecessário de papel.
- SISTEMA – NIX – Soluções em sistemas Elétricos: Utilização mais ampla e efetiva do sistema computacional NIX – Proteção da Distribuição, da Empresa PROTEASY – Informática e Engenharia Ltda. O Software NIX é um programa para cálculo e estudos de Coordenação e Seletividade das Redes de Distribuição de Energia Elétrica, cuja finalidade é melhorar o desempenho da atuação dos equipamentos como: Disjuntores, Religadores e Chaves Fusíveis instalados no sistema elétrico.

Sua Base de informação é o modulo E2 – MIG – Sistema USEALL, já utilizado pela CETRIL, onde estão armazenados os dados do georreferenciamento contendo os parâmetros elétricos desses equipamentos instalados ao longo das redes de distribuição de Energia Elétrica em campo.

Os resultados apresentados podem então ser monitorados e aferidos através de um Programa também já utilizado pela CETRIL, chamado Saci da Empresa DWF – Sistemas de Automação que recebe os dados em tempo real e monitora o carregamento dos alimentadores e das SE's da CETRIL.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2017 as sobras líquidas foram de R\$ 4.993,61 mil, contra R\$ 2.052,12 mil em 2016, um aumento na ordem de 143,33%. Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade

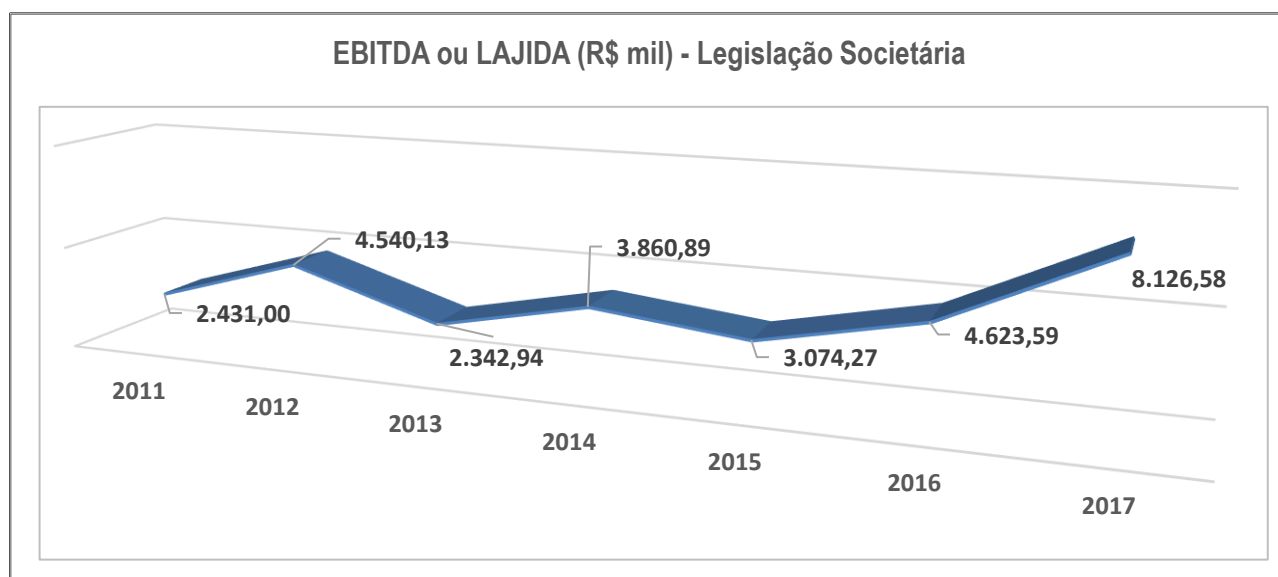
Societária, a Contabilidade Regulatória e Fiscal. A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória. Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos. Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo deve seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue a demonstração e comparação do resultado da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

RESULTADO SOCIETÁRIO: R\$ 4.993,61 mil
RESULTADO REGULATÓRIO: R\$ 2.539,47 mil
RESULTADO FISCAL (BASE PARA IMPOSTOS): R\$ 1.976,98 mil

A receita operacional líquida atingiu R\$ 43.115,73 mil, enquanto em 2016 situou-se em R\$ 34.635,24 mil. Esse aumento de 24,48% é o resultado das vendas em relação para os consumidores finais em 18,56% em relação ao ano anterior combinado com os efeitos dos reajustes médios tarifários que em 2016 foi 7,03% (REH N° 2.164/ANEEL) e em 2017 foi 6,33% (REH n° 2.320/ ANEEL).

O total dos custos (parcela A + parcela B) registraram em 2017 R\$ 39.461,74 mil, 18,46% superiores em relação à 2016 que contabilizou R\$ 33.311,03. A rentabilidade do Patrimônio Líquido societário do exercício foi de 9,90% contra 4,52% em 2016.

O EBITDA ou LAJIDA societário, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 8,126,58 mil, superior em 75,75 % a 2016, que foi de R\$ 4.623,89 mil, conforme evolução abaixo:



Investimentos: Em 2017, os investimentos da Companhia, importaram em R\$ 2.859,81 Mil, um crescimento de 5,32% superior em relação à 2016 conforme demonstrado no quadro a seguir:

	Investimentos - R\$ mil		
	2017	2016	%
Obras de Geração	0,00	0,00	0,00
Obras de Transmissão	0,00	0,00	0,00
Obras de Distribuição	2.859,81	2.715,30	5,32
Obras	2.222,47	2.199,10	1,06
Ligações e Medições	334,81	289,82	15,52
Veículos	241,44	162,70	48,40
Equipamento Geral	61,10	58,63	4,21
Móveis e Utensílios	0,00	5,05	-100,00
Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Instalações Gerais	0,00	0,00	0,00
Edificações	0,00	0,00	0,00
Total	2.859,81	2.715,30	5,32

Captações de recursos: Para poder viabilizar os programas de investimentos não foram captados recursos externos durante o período, para isso a permissionária focou somente nos investimentos prioritários procurando não impor nenhum ônus financeiro aos exercícios futuros mediante ao cenário obscuro, político, econômico e financeiro em que o país está passando, mas com a esperança e perspectiva de uma mudança positiva nos próximos anos.

Valor adicionado: Em 2017, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Outorgada foi de R\$ 25.376,64 mil, representando 45,98% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

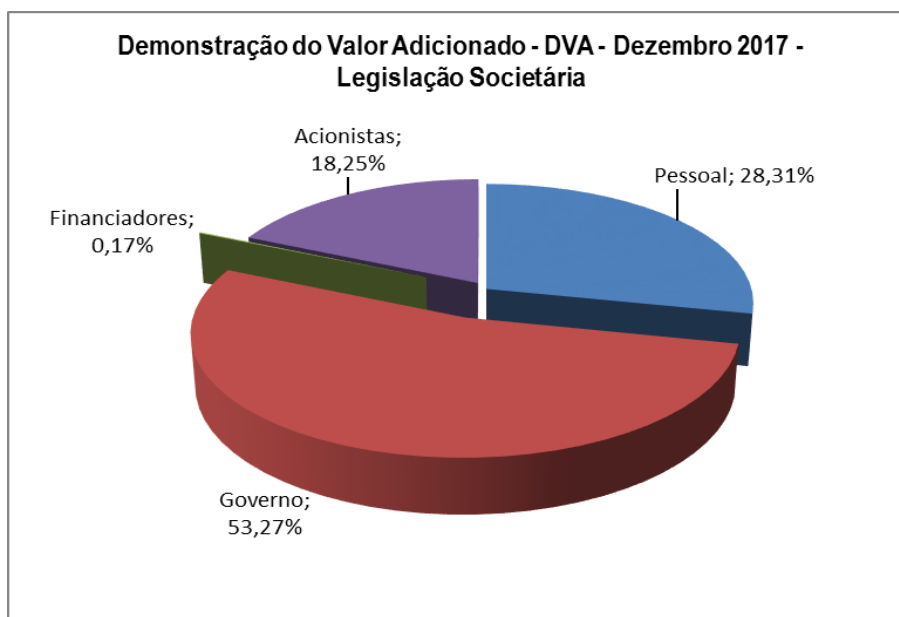
	Legislação societária	
	2017	2016
Receitas	57.438,09	48.360,18
Venda de energia e serviços	55.188,05	46.546,99
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-115,78	0,00
Resultado não operacional	2.365,82	1.813,19
(-) Insumos adquiridos de terceiros	-29.576,65	-22.653,53
Insumos consumidos	0,00	0,00
Outros insumos adquiridos	-4.264,80	-3.659,17
Material e serviços de terceiros	-25.311,85	-18.994,36

(=) Valor adicionado bruto	27.861,44	25.706,65
(-) Quotas de reintegração	-2.484,80	-2.452,97
(=) Valor adicionado líquido	25.376,64	23.253,68
(+) Valor adicionado transferido	1.987,79	814,62
Receitas (Despesas) financeiras	1.987,79	814,62
Resultado da equivalência patrimonial	0,00	0,00
(=) Valor adicionado a distribuir	27.364,43	24.068,30

Distribuição do valor adicionado:

Pessoal	7.748,09	8.066,01
Remunerações	5.491,68	5.599,17
Encargos sociais (exceto INSS)	674,44	505,68
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Auxílio alimentação	0,00	0,00
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00
Provisão para gratificação	543,46	750,65
Convênio assistencial e outros benefícios	1.308,25	1.248,30
Participação nos resultados	0,00	0,00
Custos imobilizados	-269,74	-37,79
Provisão trabalhista	0,00	0,00
Governo	14.576,87	13.920,75
INSS (sobre folha de pagamento)	1.856,38	1.922,29
ICMS	7.930,20	7.123,36
Imposto de renda e contribuição social	648,17	86,71
Outros (PIS/ COFINS/ encargos setoriais, outros).	4.142,12	4.788,39
Financiadores	45,86	29,42
Juros e variações cambiais	0,00	0,00
Aluguéis	45,86	29,42
Acionistas	4.993,61	2.052,12
Remuneração do capital próprio	0,00	0,00
Lucros retidos	4.993,61	2.052,12
Valor adicionado (médio) por empregado	333,71	293,52

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Sendo a entidade uma Cooperativa, seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

Além disso, a Outorgada com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% (dez por cento) para o Fundo de reserva Legal, 10% (dez por cento) para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, e 40% (quarenta por cento) para Fundos diversos de desenvolvimento e para atendimento às exigências da regulação das atividades de distribuição de energia elétrica no tocante à manutenção da qualidade da energia elétrica distribuída e de ressarcimento de danos elétricos produzidos em equipamentos de cooperados e usuários. Quanto ao Lucro com Atos não Cooperados, foi devidamente transferido para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, conforme previsto na Lei 5764/71 e na NBC T 10.8.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da Outorgada ou permissionária é de R\$16.072,56 mil, composto por 1.607.256 mil quotas partes, com valor nominal R\$ 0,01.

Atendimento a acionistas: Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Outorgada coloca à disposição dos seus cooperados, colaboradores capacitados a esclarecer suas dúvidas e solicitações de forma presencial ou telefone da empresa.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a Outorgada vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Outorgada em números - Societário	2017	2016	%
Atendimento			
Número de consumidores	26.664	26.016	2,49%
Número de empregados	79	82	-3,66%
Número de consumidores por empregado	338	317	6,62%
Número de localidades atendidas	2	2	0,00%
Número de agências	1	1	0,00%
Número de postos de atendimento	1	1	0,00%
Número de postos de arrecadação	0	0	0,00%
Mercado			
Área de Permissão (Km ²)	939,73	939,70	0,00%
Geração própria (GWh)	0,00	0,00	0,00%
Demanda máxima (KW)	25.244	22.767	10,88%
Distribuição direta (GWh)	70,90	68,82	3,02%
Energia Adquirida (GWh)	79,21	76,89	3,02%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	1,96	1,94	1,03%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	674,86	621,52	8,58%
Total (exceto curto prazo)	0,00	0,00	0,00%
Residencial	752,42	693,85	8,44%
Comercial	745,73	685,54	8,78%
Industrial	748,65	688,44	8,75%
Rural	428,05	392,98	8,92%
Suprimento	0,00	0,00	0,00%
DEC (horas)	16,22	18,21	-10,93%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	0,00	0,00	0,00%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	106,65	104,06	2,49%
FEC (número de interrupções)	13,02	13,05	-0,23%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	368,36	465,94	-20,94%
Operacionais			
Número de usinas em operação	0	0	0,00%
Número de subestações	3	3	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	0	0	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	1.857	1.892	-1,85%
Capacidade instalada (MW)	92,24	92,73	-0,53%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	55.188,05	46.546,99	18,56%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	43.115,73	34.635,23	24,49%
Margem operacional do serviço líquida (%)	28,00%	34,39%	-18,59%
EBITDA OU LAJIDA	8.126,58	4.623,89	75,75%
Lucro líquido (R\$ mil)	4.993,61	2.052,12	143,34%

Lucro líquido por mil cotas	4.993,61	2.052,12	143,34%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	50.428,26	45.434,59	10,99%
Valor patrimonial por cota R\$	50.428,26	45.434,59	10,99%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	9,90%	4,52%	119,24%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	34,66%	31,24%	10,97%
Em moeda nacional (%)	34,66%	31,24%	10,97%
Em moeda estrangeira (%)	0,00%	0,00%	0,00%
Indicadores de Performance			
Salário Médio dos Funcionários	3,33	3,58	-6,98%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	1,00266	0,93768	6,93%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	0,00297	0,00296	0,51%
Retorno sobre ativos (ROA = LL/ATIVOS)	0,08	0,03	179,16%

COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA CETRIL – PERÍODO 2017

CONSELHO ADMINISTRATIVO:

Presidente
Nélio Antônio Leite

Vice Presidente
Fernando Vieira Branco

Secretário
Paulo Dias de Moraes

Vogal
Araldo Ribeiro da Silva

Vogal
Luiz Vieira de Góes

Vogal
Roque José Pereira

CONSELHO FISCAL TITULAR:

Titular Coordenador
Richard Guimarães

Secretário
Paulo Kenji Sasaki

Vogal
Leôncio Ribeiro da Costa

CONSELHO FISCAL SUPLENTE:

Suplente
Alcides Machado de Oliveira

Suplente
Cleiton Rodrigo Domingues Lago

Suplente
Vicente de Assis Vidal
Domingues

ADMINISTRAÇÃO:

Gerente de Distribuição
Alberto Hilário Ferreira

Encarregado Comercial
Luiz Fernando Rodrigues

Supervisora Administrativa
Cláudia Regina de Oliveira

Contador
Siegfried Urban
CRC1SP297.745/O-4

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da permissionária e de forma muito especial aos nossos sócios cooperados e consumidores pela confiança e por nos proporcionar a motivação necessária nessa longa caminhada.

Nossos agradecimentos pela dedicação e empenho de todos nossos funcionários e terceirizados e também pela confiança de nossos parceiros e prestadores de serviços.

O nosso muito obrigado.

Ibiúna, 10 de fevereiro de 2018.

A Administração

Demonstrações Contábeis

Balço Patrimonial Societário

	Consolidado	
	2017	2016
Ativos		
Ativo Circulante	25.695,45	16.805,16
Caixa e equivalentes de caixa	10.501,93	6.035,80
Consumidores	8.567,80	7.250,06
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	182,93	548,21
Tributos compensáveis	1.358,92	296,19
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Almoxarifado operacional	558,86	803,44
Investimentos temporários	13,90	18,02
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	1.394,80	1.470,52
Despesas pagas antecipadamente	39,18	34,41
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	3.077,13	348,51
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	42.212,95	42.822,11
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	288,29	340,39
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	14.878,14	13.686,06
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	78,70	0,15
Imobilizado	2.213,20	2.539,54
Intangível	24.754,62	26.255,97
Total do ativo	67.908,40	59.627,27
Passivo		
Passivo Circulante	10.700,89	7.277,86
Fornecedores	3.698,96	2.042,92
Empréstimos, financiamentos e debêntures	262,70	377,91
Obrigações sociais e trabalhistas	719,81	588,51

Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	1.345,45	1.225,22
Provisão para litígios	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	1.058,26	609,27
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	33,07	1.815,51
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos circulantes	3.582,64	618,52
Passivos de operações descontinuadas	-	-
Passivo Não-Circulante	6.779,26	6.914,81
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	366,69	639,29
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	12,00	12,00
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	4,02	-
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	6.396,55	6.263,52
Total do passivo	17.480,15	14.192,67
Patrimônio líquido	50.428,25	45.434,60
Capital social	16.072,56	16.072,50
Reservas de capital	50,15	50,15
Outros resultados abrangentes	-	-
Reservas de lucros	4,92	4,92
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	-	-
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos	-	-
Adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	32.825,30	28.584,34
Sobras à disposição da Assembleia	1.475,32	722,69
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-
Total do patrimônio líquido	50.428,25	45.434,60
Total do passivo e do patrimônio líquido	67.908,40	59.627,27

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração Do Resultado Do Exercício Societário

	Consolidado	
	2017	2016
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	55.188,05	46.546,99
Fornecimento de energia elétrica	18.884,25	17.088,92
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	28.931,18	25.794,99
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	325,74	465,22
Serviços cobráveis	133,92	117,20
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	5.445,68	2.591,57
Outras receitas	1.467,28	489,09
Tributos	(8.348,89)	(7.448,31)
ICMS	(7.930,20)	(7.123,36)
PIS-PASEP	(73,99)	(57,05)
COFINS	(344,70)	(267,90)
ISS	-	-
Encargos - Parcela "A"	(3.723,43)	(4.463,44)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	(120,65)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	(102,41)
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(2.146,80)	(3.396,67)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(122,19)	(93,27)
Outros encargos	(1.454,44)	(750,44)
Receita líquida / Ingresso líquido	43.115,73	34.635,24
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(17.284,00)	(12.952,21)
Energia elétrica comprada para revenda	(17.284,00)	(13.147,86)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	195,65
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	25.831,73	21.683,03
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(22.177,74)	(20.358,82)
Pessoal e administradores	(10.993,31)	(11.226,69)

Material	(2.661,09)	(1.724,49)
Serviços de terceiros	(5.366,76)	(4.317,67)
Arrendamento e aluguéis	(45,86)	(29,42)
Seguros	(76,93)	(83,44)
Doações, contribuições e subvenções	(129,03)	(126,09)
Provisões	(115,78)	(67,53)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	29,68	89,03
Tributos	(217,58)	(139,33)
Depreciação e amortização	(2.484,80)	(2.452,97)
Gastos diversos	(2.482,10)	(2.093,41)
Outras Receitas Operacionais	3.154,24	2.487,50
Outras Despesas Operacionais	(788,42)	(674,31)
Resultado da Atividade	3.653,99	1.324,21
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	1.987,79	814,62
Despesas financeiras	(105,32)	(312,19)
Receitas financeiras	2.093,11	1.126,81
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	5.641,78	2.138,83
Despesa com impostos sobre os lucros	(648,17)	(86,71)
Resultado líquido das operações em continuidade	4.993,61	2.052,12
Operações descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-
Lucro por ação	0,31	0,13
Básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,31	0,13
Diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
Básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
Diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região
CNPJ no 49.313.653/0001-10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	16.072,42	0,70	-	996,78	-	26.027,62	235,42	-	43.332,94
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	0,08	-	-	-	-	-	-	-	0,08
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	49,45	-	-	-	-	-	-	49,45
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	1.815,90	-	1.815,90
Reserva legal	-	-	-	-	-	182,20	(182,20)	-	-
FATES	-	-	-	(98,29)	-	516,71	(182,20)	-	236,22
Reservas de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	(893,57)	-	1.857,80	(964,23)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	16.072,50	50,15	-	4,92	-	28.584,33	722,69	-	45.434,59
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	0,06	-	-	-	-	-	-	-	0,06
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	1.305,30	-	-	-	1.305,30
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	3.688,31	-	3.688,31
Reserva legal	-	-	-	-	-	368,83	(368,83)	-	-
FATES	-	-	-	-	(1.305,30)	1.674,13	(368,83)	-	(0,00)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	2.198,01	(2.198,01)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	16.072,56	50,15	-	4,92	-	32.825,30	1.475,33	-	50.428,26

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração Do Fluxo De Caixa

	Consolidado	
	2017	2016
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	53.851,58	46.421,18
Outros recebimentos	577,51	528,74
Pagamentos a fornecedores	(11.942,24)	(12.168,31)
Fornecedores Energia Elétrica Comprada	(14.757,09)	(13.101,72)
Pagamentos a empregados	(6.493,47)	(6.819,49)
Juros pagos	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-
Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos	-	-
Tributos Federais	(5.368,84)	(3.761,80)
Tributos Estaduais e Municipais	(7.584,56)	(6.876,03)
Encargos Setoriais	(1.574,68)	(780,98)
Outros Pagamentos	(768,91)	(209,56)
Fluxo de caixa líquido originado de atividades operacionais	5.939,30	3.232,03
Atividades de investimento		
Recebimento (pagamento) de venda de imobilizado	43,76	25,86
Aquisição de imobilizado	(2.257,65)	(1.363,04)
Aquisição de propriedades para investimento	-	-
Aquisição de instrumentos financeiros	-	-
Recebimento (pagamento) da venda de instrumentos financeiros	-	-
Aquisição de intangíveis	-	-
Aquisição de controlada, líquida de caixa adquirido	-	-
Recebimento de incentivos	-	-
Juros recebidos	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	-	-
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(2.213,89)	(1.337,18)
Atividades de financiamento		
Recebimento (pagamento) do exercício de opções	1.497,70	368,01
Aquisição de participação de não controladores	-	-
Recebimento pela emissão de ações	-	-
Pagamento de passivos de arrendamento	-	-
Captações de empréstimos obtidos	-	-
Pagamento de empréstimos	(379,54)	(397,79)
Outras Despesas Financeiras	(377,44)	(324,92)
Dividendos pagos	-	-
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de financiamento	740,72	(354,70)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	4.466,13	1.540,15
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	6.035,80	4.495,65
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	10.501,93	6.035,80

O modelo de fluxo de caixa apresentado acima se refere ao fluxo de caixa preparado por meio do método direto, sendo que também é permitida a apresentação do fluxo de caixa preparado por meio do método indireto.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Societárias dos
exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.**
(Valores expressos em milhares de reais)



Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Societárias dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIÚNA E REGIÃO – CETRIL é uma cooperativa, destinada a explorar a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e pelo Ministério de Minas e Energia. A Permissionária está autorizada a participar de consórcios ou companhias, em conjunto com empresas públicas e/ou privadas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, observada a legislação aplicável.

2 Das Permissões

A CETRIL possui permissão válida até o ano 2028 para a distribuição e comercialização de energia elétrica nos Municípios paulistas de Ibiúna e Piedade, conforme estabelecido em contrato de permissão nº 008/2008, assinado em 12/06/2008 com a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). Até dezembro de 2017 totalizamos 26.664 consumidores/cooperados; no período foram realizadas 650 novas ligações, com destaque 584 residenciais, 13 comerciais, 52 rurais e 01 serviços públicos. Houve um crescimento de 2,49% em relação ao ano de 2016. Os consumidores não ligados em nossa Permissionária são atendidos por Concessionárias de energia elétrica da região.

Na medida provisória nº 466, foi emendado o artigo 23 da Lei nº 9074/1995 com o seguinte texto: "§ 3º As autorizações e permissões serão outorgadas às Cooperativas de Eletrificação Rural **pelo prazo de até 30 (trinta) anos**, podendo ser prorrogado por igual período, a juízo do Poder Concedente".

3 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a Legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, observando rigorosamente as exigências contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, respeitando também, nossa particularidade como Empresa de Responsabilidade Ltda.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Cooperativa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de



Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (*International Accounting Standard Board*) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011, com aplicação retrospectiva a 01 de janeiro de 2010 para fins de comparabilidade.

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Como o ICPC 01 não foi aprovado pela SFF/ANEEL, seus efeitos figuram somente nas Demonstrações Societárias. Em 2011 entrou em vigor a Contabilidade Regulatória, instituída pela Resolução ANEEL 396/2010. Orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Despachos: 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4356/2017.

A adoção deste procedimento resultou na reclassificação para o Ativo Intangível de R\$ 22.769,22 mil (R\$ 24.208,36 mil em 2016) e para Ativos Financeiros de R\$ 14.815,14 mil (R\$ 13.538,16 mil em 2016).

Durante o exercício de 2015, a ANEEL em conjunto com vários outros Órgãos, teve sucesso na possibilidade de reconhecimento dos Ativos e Passivos Regulatórios na Contabilidade Societária, com contabilização retrospectiva. Tal fato poderia ser colocado em prática, segundo o IFRS desde que:

- 1) Fosse assinado entre o agente de Distribuição de Energia Elétrica e o Poder Concedente, Aditivo Contratual prevendo a indenização ou devolução de tais valores ao final da Permissão, quando aplicado a Reversão de Ativos;
- 2) Que os mesmos tivessem uma denominação mais adequada à Contabilidade Societária.

Cumprido todas as condições acima, a CETRIL, procedeu ao reconhecimento contábil de tais valores no seu Balanço Societário, de forma retrospectiva, diminuindo de forma muito benéfica a diferença de resultados entre a Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal.

Os procedimentos acima citados foram orientados oficialmente através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com a emissão da Orientação Técnica OCPC-08.

Desta forma, para o exercício de 2017, reconhecemos os seguintes valores:



Ativos Financeiros Setoriais: 1.394,80 R\$/MIL

Passivos Financeiros Setoriais: 37,09 R\$/MIL

4 Principais Práticas Contábeis

. Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Estão, quando aplicável, demonstrados pelo custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis (Nota 5).

. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada até 31 de dezembro de 2017, contabilizado com base no regime de competência.

. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber, de acordo com as Instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE (Nota 6).

. Estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e, aqueles destinados a investimentos, estão classificados no Ativo Imobilizado em Curso pelo custo de aquisição e, também, controlados pelo custo médio.

. Investimentos

A CETRIL não possui outros investimentos, senão em seu próprio Imobilizado, destinado ao Serviço Público de Energia Elétrica.

. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro - TUC, conforme determina a Resolução ANEEL nº 674/2015, às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI - TAXAS DE DEPRECIAÇÃO. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Imobilizado em Curso, estão registrados neste subgrupo como

custo. Destaca-se que a implementação das determinações da Resolução ANEEL nº 674/2015, em substituição às instruções da Resolução ANEEL nº 367/2009 e anterior Portaria DNAEE nº 815/94 teve a migração e adequação dos dados concluída no encerramento do mês contábil de dezembro/2016. Somentamos que, em virtude da harmonização com as Normas Internacionais de Contabilidade, em função de nosso Ativo Imobilizado ser vinculado à Concessão, todo o ativo diretamente ligado à Distribuição de Energia Elétrica foi reclassificado para o Grupo de Intangíveis (os que já estarão reintegrados até o final da Concessão) e para o Grupo de Ativo Financeiro da Concessão a receber (para aqueles não reintegrados até o Final do prazo da Concessão).

. **Imposto de renda diferido**

A Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região – CETRIL não diferiu nenhum Imposto no exercício de 2017 ou anterior.

. **Apuração do resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

. **Outros direitos e obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

. **Estrutura das demonstrações contábeis**

Com referência às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face a harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento no 2.775/2008 – SFF/ANEEL, no 4.097/2010 – SFF/ANEEL e Despacho ANEEL 4.722/2009 e 4.991/2011, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os subgrupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Conforme Ofício Circular 364/2012, a ANEEL desobriga as Permissionárias/Concessionárias a publicar as Demonstrações Contábeis Regulatórias e Despacho ANEEL 575/2013 dispensa as Cooperativas Permissionárias de publicarem suas demonstrações contábeis societárias e regulatórias em qualquer tipo de jornal, devendo apenas disponibilizá-las no sítio eletrônico da Permissionária e encaminhá-las à SFF para posterior divulgação na CIEFSE.



Adicionalmente, conforme Despacho SFF/ANEEL No. 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017 estão sendo publicadas em separado as Demonstrações Contábeis Regulatórias, compostas de: RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO, BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO, DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCICIO REGULATORIO, DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMONIO LIQUIDO REGULATORIO, NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.

Vale destacar, também, a apuração e publicação, em Nota Explicativa do presente Balanço, o "Balanço Fiscal", composto das peças: BPF - Balanço Patrimonial Fiscal, composto dos quadros do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração do Resultado do Exercício Fiscal, e, DMPLF - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal, expresso na Nota No. 44, abaixo.

Diferença Mensal de Receita – DMR e Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE

A apuração dos valores da Diferença Mensal de Receita – DMR estabelecida pela resolução normativa nº 472/2012 ANEEL de 24 de janeiro de 2012 e atendendo ao Despacho nº 155/2013-SFF/ANEEL de 23 de janeiro de 2013 aonde estabelece que no exercício de 2012 todos os valores apurados sejam registrados contabilmente e em atendimento conforme o referido no Despacho na cláusula 9, item 41 os valores foram devidamente contabilizados como determinado, inclusive no exercício de 2017.

5 Equivalentes de Caixa, Títulos e Investimentos Temporários

A Permissionária possui em dezembro/ 2016 o montante de R\$ 547,60 (Reais/mil) em contas bancárias à vista e R\$ 9.968,23 (Reais/mil) em Títulos e Valores Mobiliários, devidamente contabilizados conforme demonstrado a seguir:

Instituição	Conta bancária à Vista	Vencimento	Remuneração	2017	2016
BANCO DO BRASIL	FUNDO FIXO	Indeterminado	-	4,00	4,00
BANCO DO BRASIL	BANCO DO BRASIL S/A	Indeterminado	-	27,97	47,83
CAIXA	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Indeterminado	-	58,78	97,10
BRADESCO	BRADESCO S/A	Indeterminado	-	29,55	212,94
SANTANDER	BANCO SANTANDER BANESPA S/A	Indeterminado	-	399,80	285,42
ITAÚ	ITAÚ S/A	Indeterminado	-	0,00	0,01
BANCO DO BRASIL	BANCO DO BRASIL S/A	Indeterminado	-	2,05	4,27
BRADESCO	BRADESCO S/A	Indeterminado	-	25,46	108,74
Total				547,60	760,31

Instituição	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remuneração	2017	2016
-------------	-------------------	------------	-------------	------	------



BANCO DO BRASIL	BB RENDA FIXA 500	Indeterminado	Selic	0,00	1.283,54
BANCO DO BRASIL	BB RF LP CORP 10 MILH	Indeterminado	Selic	98,81	91,24
BRADESCO	BRADESCO FIC FI REF.DI HIPERFUNDO	Indeterminado	Selic	50,84	48,49
SANTANDER	CDB SANTANDER	Indeterminado	Selic	49,89	368,66
ITAÚ	CDB ITAÚ	Indeterminado	Selic	480,66	233,76
BRADESCO	CDB BRADESCO - HIPERFÁCIL	Indeterminado	Selic	0,00	0,38
CAIXA	CDB CAIXA FLEX EMPRESARIAL	Indeterminado	Selic	4.155,53	3.221,27
BANCO DO BRASIL	BB RENDA FIXA LP 100 (Sucatas)	Indeterminado	Selic	0,00	28,14
BANCO DO BRASIL	FUNDO BB RF SIMPLES	Indeterminado	Selic	1.315,84	0,00
BANCO DO BRASIL	FUNDO BB RF SIMPLES (Sucatas)	Indeterminado	Selic	136,51	0,00
BANCO DO BRASIL	FIC GIRO EMPRESAS RF REF DI L	Indeterminado	Selic	3.666,26	0,00
BANCO DO BRASIL	* BANCO DO BRASIL S/A - OUROCAP	Indeterminado	TR+ Juros	13,90*	18,02 *
Total				9.968,23	5.293,50

* Valores referentes ao grupo "Investimentos Temporários"

6 Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os valores referentes a Consumidores, Concessionárias e Permissionárias dos períodos de 2017 e 2016, estão assim elencados, a seguir:

	Legislação	Societária
	2017	2016
Consumidores		
Faturados	6.076,68	5.227,42
Não faturados	2.050,64	1.707,89
Serviços Cobráveis	27,64	26,30
Participação Financeira	643,92	347,64
Parcelamentos	102,22	209,00
Outros	245,81	197,16
(-) PCLD	(579,10)	(465,34)
Subtotal	8.567,81	7.250,06
Concessionárias	0,00	0,00
Permissionárias	0,00	0,00
Comercialização no âmbito do CCEE	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00
Total	8.567,81	7.250,06

Composição das Contas a Receber

Consumidor / Concessionárias / Permissionárias	Legislação societária							
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para devedores duvidosos		Saldo	
					2017	2016	2017	2016
Residencial	2.949,43	1.159,98	336,38	4.445,79	(349,50)	(275,60)	4.096,29	3.557,27
Industrial	112,51	67,13	117,25	296,89	(117,25)	(117,25)	179,64	88,57378
Comércio, Serviços e Outras Atividades	255,67	42,83	16,74	315,24	(16,78)	(14,99)	298,46	263,61
Rural	484,05	201,73	44,93	730,71	(44,88)	(9,05)	685,83	559,18
Poder Público	28,74	18,51	-	47,25	-	-0,14	47,25	35,82
Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Municipal	28,74	18,51	0,00	47,25	-	(0,14)	47,25	35,82
Iluminação Pública	116,85	111,53	0,18	228,56	(0,18)	(0,18)	228,38	297,30414
Serviço Público	12,24	0,00	0,00	12,24	0,00	0,00	12,24	8,44
Renda não Faturada	2.050,64	0,00	0,00	2.050,64	0,00	0,00	2.050,64	1.707,89
Atualização Regime Competência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargo a Recuperar na Tarifa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal -								
Consumidores	6.010,13	1.601,71	515,48	8.127,32	(528,59)	(417,21)	7.598,73	6.518,10
Concessionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Permissionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização no MAE:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessionárias/ permissionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	6.010,13	1.601,71	515,48	8.127,32	(528,59)	(417,21)	7.598,73	6.518,10

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias;



c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos há mais de 360 dias.

A Provisão para Devedores Duvidosos em 2017 (R\$ 528,59 mil) aumentou em 26,70 % em relação ao ano de 2016 (R\$ 417,21 mil).

Conforme determinação Regulatória, apropriamos na Conta 1119.1.09, o valor concedido a título de descontos regulatórios, a ser reembolsado pela ELETROBRAS, via Subsídio CDE, bem como o valor de Subsídio Redução Equilibrada de Tarifas publicada pela ANEEL em função da determinação da concessão de descontos gerais aos nossos consumidores implementados pela política governamental.

Tais subsídios a receber, em dezembro/2017, importavam em: 2.512,31 R\$/MIL.

7 Imobilizado

Segue quadro de conciliação do Ativo Imobilizado Regulatório com o Ativo Imobilizado Societário:

	Legislação Societária	
	2017	2016
Em Serviço Societário	2.213,20	2.539,54
Em Curso Societário	0	0
Ativo Financeiro da Concessão	14.815,14	13.538,16
Ativo Intangível da Concessão	22.781,33	24.258,02
Ativo Intangível em Curso	1.973,29	1.997,95
Reavaliação Regulatória Compulsória	44.555,43	48.568,23
Diferenças SOC x REG	63,89	63,88
Sob Total	86.402,28	90.965,78
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	-6.396,55	-6.263,52
Sub Total	-6.396,55	-6.263,52
Total	80.005,73	84.702,26
Ativo Imobilizado Societário	2.213,20	2.539,54
Ativo Imobilizado Regulatório	80.005,73	84.702,26



A partir de 2011, foram reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo a OCPC 05. onde:

“De acordo com os contratos de concessão, consideram-se bens vinculados aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.”

• **Ativo intangível**

Foi reclassificado para o ativo intangível os valores referentes ao imobilizado residual, onde estes têm sua reintegração total realizada dentro da concessão dos serviços públicos conforme abaixo:

	Custo	Depreciação e/ou Amortização Acumulada	Valor Liquido 2017	Valor Liquido 2016
Intangíveis				
Em Serviço	23.750,40	-969,07	22.781,33	24.258,02
Em Curso	1.973,29		1.973,29	1.997,95
Total	25.723,69	-969,07	24.754,62	26.255,97

8 Ativo e Passivo Setorial Financeiro

Em 31 de Dezembro de 2017, conforme MCSE os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais possuíam os seguintes saldos:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2016	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2017
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVA energia)	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-
PROINFA	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	1.470,52	1.189,75	(1.187,62)	9,93	(87,78)	1.394,80
Majoração PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	268,64	132,91	(19,60)	9,93	(89,20)	302,68
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-
Outros	1.201,88	1.056,84	(1.168,02)	-	1,42	1.092,12
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recuperável	-	-	-	-	-	-



Total Ativos Financeiros Setoriais	1.470,52	1.189,75	(1.187,62)	9,93	(87,78)	1.394,80
Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2016	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2017
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVA energia)	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-
PROINFA	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	1.815,51	111,38	(1.813,37)	0,04	(76,47)	37,09
Majoração PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	344,93	95,24	(342,45)	0,04	(66,40)	31,36
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-
Outros	1.470,58	16,14	(1.470,92)	-	(10,07)	5,73
Total Passivos Financeiros Setoriais	1.815,51	111,38	(1.813,37)	0,04	(76,47)	37,09

9 Fornecedores

	Legislação Societária	
	2017	2016
CPFL	3.203,44	1.399,60
ELEKTRO	0,00	0,00
PROINFA	43,67	47,83
Subtotal - Fornecedores de E. Elétrica	3.247,11	1.447,43
Fornecedores de Energia Elétrica - CCEE	0,00	0,00
Subtotal – Fornecedores E. Elétrica - CCEE	0,00	0,00
Materiais e Serviços	451,85	595,49
Subtotal - Materiais e Serviços	451,85	595,49
Total	3.698,96	2.042,92

10 Empréstimos e Financiamentos

	Circulante		Não circulante		Total	
	Principal	Encargos	Principal	Encargos	2017	2016
Moeda Estrangeira						
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Moeda Nacional						
BB - ECFS099/2005 e ECFS0247/2008	149,96	111,20	366,69	0,00	627,85	1.017,20
Banco Itaú	1,53	0,00	0,00	0,00	1,53	0,00
Subtotal	151,49	111,20	366,69	0,00	629,38	1.017,20
Total	151,49	111,20	366,69	0,00	629,38	1.017,20

Detalhamento do Empréstimo e Financiamento:**Banco do Brasil Eletrobrás**

- Recursos do RGR
- Início 01/02/2008
- Término 31/01/2018
- Juros 5% a.a.
- Atualização – Juros *pró rata temporis* (índice de correção monetária dos Recursos RGR)

11 Encargos Setoriais

Demonstramos abaixo as Taxas Regulamentares sob responsabilidade de nossa Empresa, referente aos exercícios 2017 e 2016.

	Legislação Societária	
	2017	2016
Compensação Financeira pela Utilização de recursos Hídricos	0,00	0,00
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	0,00	0,00
Quota de Consumo de combustível - CCC	0,00	0,00
Taxa de Fiscalização - ANEEL	10,22	10,14
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	123,75	186,78
0,3% CCC sobre Sistemas Isolados	0,00	0,00
Pesquisa e Desenvolvimento Energético - PEE	178,24	178,24
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	149,69	149,69
Bandeiras Tarifárias a Recolher	596,36	84,42
Total	1.058,26	609,27

12 Tributos Compensáveis

Os valores referentes a Tributos Compensáveis apresentados nos períodos de 2017 e 2016 ficaram composto conforme demonstrado a seguir:

Tributos compensáveis – Curto Prazo	Legislação Societária	
	2017	2016
PIS	0,02	0,02
IRPJ	9,79	0,00
IR Retido na fonte	1.081,08	0,00
CSLL	8,35	0,00
ICMS A RECUPERAR	152,38	5,17
ICMS A RECUPERAR-PARCEL. 1/48	107,30	291,00
TOTAIS	1.358,92	296,19

Tributos e Contribuições Sociais - Longo Prazo

A CETRIL possui créditos referentes a tributos e contribuições sociais no Longo Prazo no valor de R\$ 288,29 mil referente a ICMS sobre compra de ativo imobilizado em 48 avos.

Tributos Compensáveis – Longo Prazo	Legislação Societária	
	2017	2016
ICMS A RECUPERAR-PARCEL. 1/48	288,29	340,39
TOTAIS	288,29	340,39

13 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Não há imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos na CETRIL no exercício de 2017 e anteriores.

14 Provisões para Contingências

Contingência	Legislação societária					
	2017			2016		
	Valor da provisão		Depósitos judiciais	Valor da provisão		Depósitos Judiciais
No exercício	Acumulada	No exercício		Acumulada		
Trabalhistas						
Plano Bresser	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Collor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Periculosidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	12,00	12,00	0,00	12,00	0,00
Subtotal	0,00	12,00	12,00	0,00	12,00	0,00
Cíveis						
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consumidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empreiteiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros			0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiscais						
Cofins	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pis/Pasep	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	12,00	12,00	0,00	12,00	0,00

- **Contingências Trabalhistas**

Não ocorreram novas provisões de contingências trabalhistas no exercício de 2017, apenas temos o saldo acumulado de R\$ 12,00 mil.

- **Contingências Fiscais**

Não ocorreu provisão de contingências fiscais no exercício de 2017.

- **Contingências Cíveis**

Não ocorreram provisões cíveis no exercício de 2017.

15 Patrimônio Líquido

15.1 Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2017 representa R\$ 16.072,56 (Reais/mil), sendo composto por 1.607.256 mil quotas partes, com valor nominal R\$ 0,01, com a seguinte composição:

Cotistas		Cotas	%
O quadro de socios/quotistas da CETRIL é composto de 23.335 Unidades Consumidoras com o Capital Social Integralizado Real/Mil de: (1)			
		16.072,56	100,00
Sócios Controladores que fazem parte da Diretoria - Conselhos Administrativo e Fiscal:			
1 - Nélio Antonio Leite	Presidente	1,74	0,0108
2 - Fernando Vieira Branco	Vice Presidente	0,23	0,0014
3 - Paulo Dias de Moraes	Secretário	1,35	0,0084
4 - Araldo Ribeiro da Silva	Diretor	1,07	0,0010
5 - Luiz Vieira de Góes	Diretor	0,45	0,0028
6 - Roque José Pereira	Diretor	0,46	0,0029
7 - Richard Guimaraes	Conselho Fiscal	0,25	0,0014
8 - Paulo Kenji Sasaki	Conselho Fiscal	0,68	0,0042
9 - Leônio Ribeiro da Costa	Conselho Fiscal	0,46	0,0029
10 - Alcides Machado de oliveira	Conselho Fiscal (Suplente)	0,23	0,0015
11 - Cleiton Rodrigo Domingues Lago	Conselho Fiscal (Suplente)	0,24	0,0015
12 - Vicente de Assis Vidal Domingues	Conselho Fiscal (Suplente)	0,24	0,0014

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

(1) O Capital Social Subscrito da Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região - CETRIL em 31 de dezembro de 2017 representa R\$/Mil 16.086,53 e o capital a integralizar representa R\$/Mil 13,97, cujo processo de individualização e o seu controle encontra-se informatizado e devidamente conciliados com as fichas de matriculas e o saldo contábil.



15.2 Reserva de Capital, Reservas de Lucros e Reserva de Sobras

A composição das Reservas de Capital, Reservas de Lucros e Reserva de Sobras, estão desdobrados de acordo com a tabela abaixo:

Reservas de Capital

	Legislação societária	
	2017	2016
Remuneração do Imobilizado em Curso até 31/12/2001	0,00	0,00
Doações e Subvenções para Investimentos	0,00	0,00
Conta de Resultado a Compensar (CRC)	0,00	0,00
Outras	50,15	50,15
Sub Total	50,15	50,15
Total da Reserva de Capital	50,15	50,15

Reservas de Lucros e Sobras

	Legislação Societária	
	2017	2016
Reserva legal	1.606,54	1.237,71
FATES	3.952,89	2.278,76
Reservas Estatutárias	27.265,88	25.067,86
Lucros a realizar	0,00	0,00
Reserva para Investimentos e Outros	4,92	4,92
Lucros/ Sobras Acumulados a disposição da AGO	1.475,32	722,69
Capital social	16.072,56	16.072,50
Sub Total	50.378,11	45.384,44
Total das Reservas	50.428,26	45.434,59

Conforme determinações do Despacho 4.991/2011-SFF/ANEEL (Despacho de Encerramento), item 2.6, procederemos ao reconhecimento contábil da Avaliação (VNR) com a contabilização da Reavaliação Regulatória Compulsória. Tal contabilização debitara nosso Ativo Imobilizado em Serviço em contrapartida ao Subgrupo Contábil Reservas de Reavaliação no Grupo Contábil Patrimônio Líquido.

15.3 Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o exercício de 2017 não houve nenhum ajuste em exercícios anteriores.

16 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

No exercício de 2017, em virtude do resultado negativo apresentado, não houve cálculo e distribuição de juros sobre Capital Próprio.

17 Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

	Nº de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Receita Bruta						
Fornecimento - Faturado	26.664	26.016	70.857	68.817	47.488,36	42.790,21
Residencial	24.773	24.189	48.670	46.859	36.280,92	32.517,68
Industrial	15	470	1.925	1.873	1.178,91	1.224,76
Comercial	483	17	3.861	3.668	2.869,08	2.506,84
Rural	1.229	1.177	12.882	12.953	5.469,99	5.090,08
Poder público	85	85	370	359	274,30	246,45
Iluminação pública	68	68	2.950	2.934	1.267,01	1.084,50
Serviço público	11	10	199	171	148,15	119,90
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	28.931,18	25.794,99

OBS: O Valor expresso em R\$/mil foi formado por Consumo +Demanda +Fator de Potência +ICMS +PIS +COFINS. Salientamos que a classe Consumo Próprio foi contabilizada em grupo específico conforme determinação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

18 Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Nos exercícios de 2017 e 2017 a CETRIL não efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

19 Energia Elétrica Comprada para Revenda:

	Legislação Societária			
	Quantidade MWh		Reais Mil.	
	2017	2016	2017	2016
CPFL - PIRATININGA	75.901	74.184	16.088,37	11.714,87
ELEKTRO	1.296	1.390	236,73	186,50
PROINFA	1.970	1.280	561,46	459,77
MICROGERAÇÃO - ENERGIA INJETADA - COMERCIALIZAÇÃO	51	44	52,56	91,18
Itens Financeiros DIC-FIC/PIS-COFINS			1.057,27	695,54
	79.218	76.898	17.996,39	13.147,86

20 Despesas Operacionais

	Legislação societária		Legislação		Legislação	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
	Despesas com Vendas		Despesas Operacionais		Despesas Gerais	
Pessoal						
Remunerações	0,00	0,00	6.489,02	7.248,95	0,00	0,00
Encargos Sociais	0,00	0,00	2.728,58	2.779,24	0,00	0,00
Auxílio alimentação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações (Rescisões)	0,00	0,00	4,33	(3,96)	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para imobilização em curso	0,00	0,00	(1.194,78)	(1.540,85)	0,00	0,00
Auxílio estudante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros benefícios	0,00	0,00	1.577,32	1.504,92	0,00	0,00
Total Pessoal	0,00	0,00	9.604,47	9.988,30	0,00	0,00
Material	0,00	0,00	2.661,09	1.724,49	0,00	0,00
Serviços de Terceiros	0,00	0,00	5.366,76	4.317,66	0,00	0,00
Arrendam. e Aluguéis	0,00	0,00	45,86	29,42	0,00	0,00
Deprec. e Amortização	0,00	0,00	2.484,80	2.452,97	0,00	0,00
Provisões	0,00	0,00	115,78	67,53	0,00	0,00
Provisões (PDD)	0,00	0,00	115,78	67,53	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras						
Energia comprada para revend.	0,00	0,00	17.284,00	13.147,86	0,00	0,00
Taxa de fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00	217,58	139,33	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	4.047,22	3.256,65	0,00	0,00
Total Outras	0,00	0,00	21.548,80	16.543,84	0,00	0,00
Total Geral	0,00	0,00	41.827,56	35.124,21	0,00	0,00

As despesas com vendas passaram a integrar as Despesas Operacionais no exercício de 2015.

Também temos a Taxa de Fiscalização ANEEL que passou a ser redutora de Receita em 2015.

21 Despesas Financeiras

Os encargos financeiros e as variações monetárias, distribuídos por macro atividades, estão apropriados no resultado e no imobilizado em curso, quando for o caso, de acordo com a Instrução Contábil nº 6.3.6 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, conforme demonstrativo a seguir:

	Legislação societária						2017	2016
	Geração	Transmis.	Distrib.	Comerc.	Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica			
Encargos financeiros totais	0,00	0,00	105,32	0,00	0,00	105,32	312,19	
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	105,32	0,00	0,00	105,32	312,19	
Efeitos inflacionários e cambiais totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	105,32	0,00	0,00	105,32	312,19	

22 Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social neste exercício são demonstradas a seguir:

	Legislação societária	
	2017	2016
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	5.641,78	2.138,83
Ajustes Lalur	-3.664,80	-1.813,20
Base de Calculo Fiscal	1.976,98	325,63
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	-648,17	-86,71
Efeitos Fiscais Sobre:		
Participação nos resultados	0,00	0,00
Juros sobre o capital próprio	0,00	0,00
Incentivos fiscais	0,00	0,00
Encargos capitalizados	0,00	0,00
Compensação da CSLL com a COFINS	0,00	0,00
Efeitos IFRS	0,00	0,00
Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado	-648,17	-86,71

23 Participação nos Resultados

Não foi implantado o programa de participação dos empregados nos lucros da Empresa até o exercício de 2017.

24 Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Neste exercício, foram concedidos no programa de benefícios aos funcionários a todos os colaboradores, Planos de Saúde e Odontológico, seguro de vida; vale compras, vale farmácia, cestas básicas mensais, uniformes e também uma linha créditos de financiamento consignado junto ao Banco do Brasil.

Não foi implantado no exercício de 2017 Plano Previdenciário.

25 Transações com Partes Relacionadas

Não houve Transação com partes relacionadas no exercício de 2017 e 2016.

A título de remuneração da diretoria "chave – administrativa", foram pagos durante o exercício:

Descrição	Legislação Societária	
	2017	2016
Remuneração	335,59	330,50
Encargos	210,90	180,16
Total	546,49	510,66

26 Instrumentos Financeiros

Não houve a utilização de Instrumentos Financeiros no exercício contábil de 2017 e 2016, exceção feita a aplicações a curto prazo em 2017, devidamente demonstradas e conciliadas com o extrato bancário que expressa o mesmo valor contábil.

27 Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

A CETRIL não participou de Programa de Recuperação Fiscal REFIS, no exercício de 2017 e 2017.

28 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos	Data da Vigência	Importância Segurada	Prêmio
Veículos	Diversos	Tabela FIPE	4

Equipamentos nomeados – Nas apólices, foram segurados os veículos abaixo relacionados:

MODELO	MARCA	ANO	PLACA	VENCIMENTO
MOTO CG CARGO	HONDA	2013	FEL 5082	22/08/2018
MOTO CG CARGO	HONDA	2014	FEL 7191	22/08/2018
UNO 4 PORTAS	FIAT	2010	EGQ 4054	22/08/2018
RANGER C.DUPLA 4X4	FORD	2014	FMU6009	22/08/2018
NXR 150 BROS	HONDA	2010	EOU 7103	22/08/2018
UNO	FIAT	2011	EGQ 4863	22/08/2018



HILUX	TOYOTA	2004	DBW 5021	22/08/2018
NXR 150 BROS	HONDA	2011	EOU 7379	22/08/2018
UNO	FIAT	2011	EGQ 4864	22/08/2018
MOTO BROS 150 ESD	HONDA	2012	EOU 7897	22/08/2018
MOTO BROS 150 ESD	HONDA	2012	EOU 7900	22/08/2018
HILUX	TOYOTA	2004	DBW 5011	22/08/2018
NXR 150 BROS	HONDA	2008	BYT 1288	22/08/2018
COROLLA XEI 2.0	TOYOTA	2013	EVJ 7888	22/08/2018
UNO WAY 1.4 - NOVO	FIAT	2012	EVJ 7071	22/08/2018
STRADA	FIAT	2012	EVJ 8083	22/08/2018
STRADA	FIAT	2012	EVJ 8093	22/08/2018
HILUX	TOYOTA	2011	EGQ 4862	22/08/2018
STRADA	FIAT	2007	DUU 0380	22/08/2018
NXR 150 BROS	HONDA	2009	EHB 7963	22/08/2018
F-4000 / CESTA AEREA	FORD	2011	EVJ 7307	22/08/2018
CAMINHÃO F-4000	FORD	1997	CMY 0369	22/08/2018
HILUX	TOYOTA	2008	DUU 0965	22/08/2018
UNO	FIAT	2009	DUU 0953	22/08/2018
CAMINHÃO F-14000	FORD	1989	BWE 6370	22/08/2018
HILUX	TOYOTA	2008	DUU 0956	22/08/2018
HILUX	TOYOTA	2011	EGQ 4861	22/08/2018
UNO	FIAT	2013	FKW 8653	22/08/2018
UNO	FIAT	2013	FKW 8654	22/08/2018
STRADA	FIAT	2014	FKW 8786	22/08/2018
ATRON 1719	MERCEDES	2014	FRD 9931	22/08/2018
MOTO NXR 160	HONDA	2015	FWS 2766	22/08/2018
MOTO NXR 160	HONDA	2015	FQN 2787	22/08/2018
MOTO NXR 160	HONDA	2015	FVW 0458	22/08/2018
STRADA	FIAT	2016	FDC 0086	22/08/2018
HILUX	TOYOTA	2016	FRR 2293	22/08/2018
PALIO WAY	FIAT	2017	FUZ 3033	22/08/2018
HILUX	TOYOTA	2017	FRQ 0129	22/08/2018
SAVEIRO	VOLKSWAGEN	2017	FTS 9693	22/08/2018

Obs.: Todos segurados contra Danos Materiais, Danos Corporais, APP por Morte e Invalidez.

29 Eventos Subsequentes

29.1 Revisão Tarifária pelos critérios do Módulo Pró-RET 8.1 – 2016.

Durante os estudos para a formação da metodologia e regra para a Segunda Revisão Tarifária das Permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, a ANEEL tomou a decisão de verificar toda a demanda de solicitações de mudanças do Setor Cooperativista, e, com essa verificação encerrar o prazo para que as 14 Cooperativas de Eletrificação do País que ainda não haviam assinado com o Poder Concedente assinassem.

Tal metodologia resultou em muitas Audiências Públicas do Órgão Regulador, bem como diversas consultas e solicitações do ramo Cooperativista, que resultaram na publicação do Módulo 8.4 do PRORET.

Nesta publicação, a Agência Reguladora determinou que um dos caminhos abaixo elencados fossem adotados pela Empresa, sendo:

- 1) Para aquelas que não assinaram o contrato junto ao Poder Concedente em 2008, foi determinado somente a escolha entre assinatura imediata de Contrato de Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica com a Parcela Tarifária denominada “Parcela B” regulada pelo módulo 8.4 do PRORET, ou, o encerramento de suas atividades no Setor Elétrico; e,
- 2) Para aquelas que assinaram o Contrato junto ao Poder Concedente em 2008, foi dada a escolha de continuar com sua Parcela Tarifária denominada Parcela B regulada pelo módulo 8.1 do PRORET, ou, assinar Aditivo Contratual ao Contrato de Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica e passar a Revisão Tarifária de sua Parcela Tarifária denominada Parcela B regulada pelo Módulo 8.4 do PRORET.

Nossa Empresa, de posse da Regulação e, ao estudar as duas modalidades de Revisão Tarifária, optou por continuar a ter sua Revisão Tarifária Periódica regulada, mormente à Parcela B, regulada pelo módulo PRORET 8.1.

Tal decisão ocorreu por nossa Diretoria, em virtude das regras deste módulo serem conhecidas, lógicas, e, totalmente baseadas em fatos seguros apurados pelo Departamento Contábil e Departamento



Técnico, resultando em segurança para nossos Cooperados como proprietários da Empresa, e, para nossos cooperados e não cooperados, na qualidade de Consumidores de Energia Elétrica, oferecendo transparência, legalidade e preço justo com remuneração adequada aos investimentos necessários.

Realizado todo o processo pela SGT/ANEEL (Superintendência de Regulação Tarifária), após a solicitação de dados, Laudo de Avaliação de Ativos pelo processo Regulatório, cálculo do VNR – Valor novo de Reposição Regulatório, e sua consequente Quota de Depreciação Regulatória e Base de Remuneração Regulatório, nosso processo resultou em:

Reajuste da Parcela A com vistas à Neutralidade: -4,48% de reajuste.

Revisão da Parcela B pelas normas do PRORET 8.1: 23,51% de revisão.

Itens Financeiros: -2,97% negativo. Este efeito negativo foi influenciado, principalmente, pelas Bandeiras Tarifárias Credoras, cuja cobrança ao consumidor foi obrigatória, mas o valor não foi requerido pela ANEEL para pagamento da Energia das Usinas Térmicas, devolvidas por ocasião desta Revisão através de desconto.

O percentual total de nossa Revisão foi de: 7,98% com efeito médio ao nosso consumidor de: 7,03%.

29.2 Índices de Continuidade e Frequência (DEC/FEC)

Um dos pilares da Regulação do Setor Elétrico Brasileiro é o controle dos índices de interrupção, ou seja, energia com qualidade e frequência.

Fruto dos investimentos maciços em melhoria de todas as nossas redes de distribuição, com satisfação, anunciamos que nossa Empresa atingiu os patamares regulatórios de qualidade, onde, em 2017, nosso DEC e FEC figuram dentro da margem regulatória. Vale salientar que nossos índices, conforme determinação Regulatória, são verificados através do Sistema de Qualidade ISO9000.

Ano de 2017:

Limites Regulatórios: DEC: 23 FEC 17

Realizado: DEC 16,22 e FEC 13,02

Para o ano de 2018, nossos limites Regulatórios (REH 753/ANEEL) são:

DEC 22 FEC 16

Envidamos todos nossos esforços para não ultrapassarmos estes índices, e, com isso, melhor atender nosso Consumidor, garantindo-lhes Energia de qualidade.

30 Balanço Social

Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região
CNPJ no. 49.313.653/0001-10
Demonstração do Balanço Social - 2017 e 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2017			2016		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
						34.635,2
Receita Líquida (RL)			43.115,73			3
Lucro Operacional (LO)			3.653,99			1.324,21
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			10.993,32			9.988,29
			% sobre			% sobre
2 - Indicadores sociais						
internos	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio						
alimentação e outros	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Encargos sociais	2.683,4					
compulsórios	0	24,41%	6,22%	2.608,13	26,11%	7,53%
Entidade de previdência						
privada	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio						
assistencial e outros						
benefícios	283,83	2,58%	0,66%	250,84	2,51%	0,72%

Segurança no trabalho -

CIPA e exames periódicos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Educação - Auxílio						
educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e						
desenvolvimento						
profissional	25,22	0,23%	0,06%	3,05	0,03%	0,01%
Auxílio creche	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e						
demissão voluntária	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros Benefícios	957,14	8,71%	2,22%	924,40	9,25%	2,67%
	3.949,5					
Total	9	35,93%	9,16%	3.786,42	37,91%	10,93%
			% sobre			% sobre

3 - Indicadores sociais
externos

	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Educação - Programa Luz						
das Letras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento -						
Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Habitação -						
Reassentamento de famílias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	129,03	3,53%	0,30%	126,09	3,45%	0,36%
Total de contribuições						
para a sociedade	129,03	3,53%	0,30%	126,09	3,45%	0,36%

Tributos - excluídos

encargos sociais	8.566,47	234,44%	19,87%	7.587,64	572,99%	21,91%
------------------	----------	---------	--------	----------	---------	--------

Total	8.695,50	237,97%	20,17%	7.713,73	211,10%	22,27%
--------------	-----------------	----------------	---------------	-----------------	----------------	---------------

% sobre

% sobre

4 - Indicadores ambientais

	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Tecnológico e Industrial						
Museu Ecológico	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%

	2017 em unidades	2016 em unidades
5 - Indicadores do corpo funcional		
Empregados no final do período	79	82
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	22	24
Ensino médio	44	46
Ensino fundamental	13	13
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	12	13
De 30 até 45 anos (exclusive)	46	44
Acima de 45 anos	21	25
Admissões durante o período	4	5
Mulheres que trabalham na empresa	12	12
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao no total de mulheres	0,00%	0,00%
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao no total de gerentes	0,00%	0,00%
Negros que trabalham na empresa	2	2
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao no total de negros	0	0
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao no total de gerentes	0	0
Portadores de deficiência física	0	0
Dependentes	111	116
Estagiários	0	0
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	16,12	19,99
Maior remuneração	23,71	29,39
Menor remuneração	1,47	1,47
Acidentes de trabalho	0	0
Recursos Humanos		



Em 2017, a CETRIL, desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade de cada função exercida.

Mantém convênios com Planos de Saúde e distribuição de cestas básicas para cada colaborador.

Responsabilidade Social

Cada vez mais, a Outorgada vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Outorgada em números - Societário	2017	2016	%
Atendimento			
Número de consumidores	26.664	26.016	2,49%
Número de empregados	79	82	-3,66%
Número de consumidores por empregado	338	317	6,62%
Número de localidades atendidas	2	2	0,00%
Número de agências	1	1	0,00%
Número de postos de atendimento	1	1	0,00%
Número de postos de arrecadação	0	0	0,00%
Mercado			
Área de Permissão (Km ²)	939,73	939,70	0,00%
Geração própria (GWh)	0,00	0,00	0,00%
Demanda máxima (KW)	25.244	22.767	10,88%
Distribuição direta (GWh)	70,90	68,82	3,02%
Energia Adquirida (GWh)	79,21	76,89	3,02%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	1,96	1,94	1,03%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	674,86	621,52	8,58%
Total (exceto curto prazo)	0,00	0,00	0,00%
Residencial	752,42	693,85	8,44%
Comercial	745,73	685,54	8,78%
Industrial	748,65	688,44	8,75%
Rural	428,05	392,98	8,92%

Suprimento	0,00	0,00	0,00%
DEC (horas)	16,22	18,21	-10,93%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	0,00	0,00	0,00%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	106,65	104,06	2,49%
FEC (número de interrupções)	13,02	13,05	-0,23%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	368,36	465,94	-20,94%
Operacionais			
Número de usinas em operação	0	0	0,00%
Número de subestações	3	3	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	0	0	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	1.857	1.892	-1,85%
Capacidade instalada (MW)	92,24	92,73	-0,53%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	55.188,05	46.546,99	18,56%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	43.115,73	34.635,23	24,49%
Margem operacional do serviço líquida (%)	28,00%	34,39%	-18,59%
EBITDA OU LAJIDA	8.126,58	4.623,89	75,75%
Lucro líquido (R\$ mil)	4.993,61	2.052,12	143,34%
Lucro líquido por mil cotas	4.993,61	2.052,12	143,34%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	50.428,26	45.434,59	10,99%
Valor patrimonial por cota R\$	50.428,26	45.434,59	10,99%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	9,90%	4,52%	119,24%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	34,66%	31,24%	10,97%
Em moeda nacional (%)	34,66%	31,24%	10,97%
Em moeda estrangeira (%)	0,00%	0,00%	0,00%
Indicadores de Performance			
Salário Médio dos Funcionários	3,33	3,58	-6,98%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	1,00266	0,93768	6,93%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	0,00297	0,00296	0,51%
Retorno sobre ativos (ROA = LL/ATIVOS)	0,08	0,03	179,16%

31 Análise Econômico-Financeira

31.1 Informações Gerais

O desempenho Econômico-Financeiro da CETRIL refere-se ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017, sendo que, ao término do exercício de 2017, auferimos os seguintes resultados:

Receita Anual – A Receita Operacional de Distribuição Anual decorrente no exercício atingiu um montante de R\$ 43.115,73 (Reais/mil), superior ao ano anterior em 24,49 % que foi de R\$ 34.635,23 (Reais/mil).

Número de Consumidores – O Número de Consumidores faturados em dezembro de 2017 foram de 26.664, já em 2016 foi de 26.016 ocasionando um aumento de 2,49% em relação ao ano anterior.

Despesas com Pessoal – As Despesas com Pessoal anual decorrente do exercício de 2017 importou em R\$ 9.604,47 (Reais/mil) e no exercício anterior foi de R\$ 9.988,29 (Reais/mil), ocasionado uma diminuição de 4,00 % em relação ao ano anterior.

Custos Gerenciáveis da Parcela B – Os Custos Gerenciáveis da Parcela B, excluindo as despesas com pessoal, no exercício de 2017, foram de R\$ 14.939,11 (Reais/mil), superior em 22,62% ao ano anterior que foi de R\$ 12.183,69 (Reais/mil).

Receita (Despesa) financeira – O Resultado Financeiro no exercício de 2017, importou em R\$ 1.987,79 (Reais/mil), enquanto que, no exercício de 2016, houve um Resultado Financeiro R\$ 814,62 (Reais/mil).

31.2 Análise Econômico-Financeira – Valores expressos em R\$/Mil.

Coeficientes	Fórmula	Unidade	2017	2016
1. Liquidez				
Corrente ou Comum	AC / PC	R\$	2,40	2,31
Seca	(AC - E) / PC	R\$	2,35	2,20
Absoluta	AD / PC	R\$	0,98	0,83
Geral	(AC + RLP) / (PC + ELP)	R\$	3,88	4,20
2. Lucratividade				
Bruta s/ Vendas	(LB / VB) x 100	%	10,22	4,59
Operacional s/ Vendas	(LO / VB) x 100	%	6,62	2,84
Líquida s/ Vendas	(LL / VB) x 100	%	9,05	4,41
Líquida s/ Capital	(LL / CS) x 100	%	31,07	12,77
Líquida s/ Patrimônio Líquido	(LL / PL) x 100	%	9,90	4,52
3. Rentabilidade				
Retorno Líquido s/ Investimentos	(LL / AT) x 100	%	7,35	3,44

4. Endividamento				
Recursos de Terceiros no Investimento	$[(PC + ELP - ADC) / AT] \times 100$	%	25,74	23,80
Recursos Próprios no Investimento	$[(PL + REF - ADC) / AT] \times 100$	%	74,26	76,20
5. Investimentos				
Capital Fixo Aplicado	$(AP / AT) \times 100$	%	39,71	48,29
Capital de Risco Aplicado	$[(AC + RLP) / AT] \times 100$	%	100,00	100,00
6. Garantias				
Reais s/ Capital	$(IM / CS) \times 100$	%	13,77	15,80
Totais s/ Capital	$(AP / CS) \times 100$	%	167,79	179,16
7. Capital de Giro Próprio				
Capital de Giro	$(AC - PC) / 1.000$	R\$	14,99	9,53

* Dados Básicos e Siglas para Análise Acima:

AC = Ativo Circulante	PC = Passivo Circulante	LB = Lucro bruto
AD = Ativo Disponível	ELP = Exigível a Longo Prazo	LO = Lucro Operacional
E = Estoque	REF = Result. Exerc. Futuros	LL = Lucro Líquido
RLP = Realizável a Longo Prozo	PL = Patrimônio Líquido	DEP = Desp. Equiv. Patrimônioal
AP = Ativo Permanente	CS = Capital Integralizado	REP = Receita Equiv. Patrimônioal
AT = Ativo Total	ADC = Adto. p/Aumento de Capital	DD = Despesas Depreciação
IM = Terrenos, Edificações e Obras	VB = Vendas Brutas	CMB = Correção Monet. Balanço

OBS: Os cálculos dos coeficientes acima estão elaborados de acordo com fórmulas padrão de finanças e análise financeira.

32 Créditos Fiscais

Período Aquisição	Histórico	Legislação Societária		
		Curto Prazo	Longo Prazo	Total
31/12/2017	IRPJ	358,64	0,00	358,64
31/12/2017	CSLL	8,35	0,00	8,35
31/12/2017	IR Retido na Fonte	732,23	0,00	732,23
31/12/2017	PIS a recuperar	0,02	0,00	0,02
31/12/2017	ICMS s/ Aquisição Ativo Imobilizado	259,68	288,29	547,97
Total Geral				1.647,21

A CETRIL possui os Créditos Fiscais demonstrados no quadro acima e faz compensações mensalmente e anualmente, conforme determinação da Legislação Fiscal.



33 Informações de Natureza Social e Ambiental

A CETRIL, periodicamente efetua o serviço de “Poda de Árvores” e a limpeza da faixa nas redes aéreas de distribuição.

O serviço é executado dentro das características técnicas exigidas, sempre buscando reduzir ao máximo os impactos ambientais.

Informamos também, não possuir nenhum Passivo Ambiental em curso.

34 Energia Livre

A CETRIL, está dispensada de operações obrigatórias no Mercado Livre de Energia Elétrica, em virtude de seu total de Energia Comercializada estar abaixo do mínimo estipulado na legislação de Energia Livre, 500GWh/Ano, conforme Decreto nº 5163/2004 e Resolução Normativa nº 206/2005, motivo pelo qual continua honrando o Contrato de Suprimento firmado com as concessionárias Companhia Piratininga de Força e Luz SA - CPFL e Elektro Eletricidade e Serviços SA, conforme as instruções do Órgão Regulador.

As compras futuras no mercado aonde sejam oferecidas melhores opções e devidamente aceitas e anuídas pelo Órgão Regulador serão motivo de estudo.

35 ICMS sob Subvenção Baixa Renda

O Estado de São Paulo, por meio do Parecer 146/14, em resposta à consulta apresentada no que se refere à Tributação do ICMS sob a subvenção concedida pela União aos Consumidores Residenciais Baixa Renda, determina que, com base no Parecer 163/2004, há incidência de tal tributo sobre a parcela da Subvenção concedida a esta classe de consumidores, cujo pagamento cabe ao consumidor beneficiado.

36 Diferimento de Tarifa (Reajustes Tarifários)

Esta Permissionária teve seus reajustes tarifários no mês de outubro de 2016 e outubro de 2017, não existindo diferimento de tarifa.



37 Revisão Tarifária Periódica – Segundo Ciclo – Fato Relevante

A CETRIL foi submetida no processo de revisão tarifária, Primeiro Ciclo de Revisão Tarifária das Permissionárias (1CRTP) do serviço de distribuição de energia elétrica, passando a vigorar a partir de 30 de outubro de 2013, com a data de competência correspondente a 30 de outubro de 2012 de acordo com o Contrato de Permissão nº 8/2008, publicada conforme Nota Técnica nº441/2013-SER/ANEEL de 24 de setembro de 2013, Processo nº 48500.000740/2012-83.

Em 29 de outubro de 2014 conforme Resolução Homologatória nº 1.818 foi homologado o Reajuste Tarifário Anual, ficando na média reajustadas em 9,56%, sendo 9,77% referentes ao Reajuste Anual Econômico, parcelas A e B e -0,21% relativos aos componentes financeiros pertinentes, devendo o reajuste vigorar de 30/10/2014 a 29/10/2015.

Em 27 de outubro de 2015 conforme Resolução Homologatória nº 1.978 foi homologado o Reajuste Tarifário Anual, ficando na média reajustadas em 26,53%, sendo 24,68% (vinte e quatro vírgulas sessenta e oito por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 1,07% (um virgula zero sete por cento) relativos aos componentes financeiros, devendo o reajuste vigorar de 30/10/2015 a 29/10/2016.

Em 25 de outubro de 2016, a CETRIL submeteu-se ao processo do Segundo Ciclo de Revisão Tarifária das Permissionárias (2CRTP), e conforme Resolução Homologatória nº. 2.164, foi homologado o resultado da segunda Revisão Tarifária Periódica, as tarifas de aplicação da Cetril, constantes da Resolução Homologatória nº. 1.978 de 27 de outubro de 2015, ficam em média, reajustadas em 7,03% (sete virgula zero três por cento), devendo esta tarifa vigorar de 30 de outubro de 2016 a 29 de outubro de 2017. Vale salientar que, conforme opção administrativa, continuamos a ter nossa Revisão Tarifária regida pelo Submódulo do PRORET 8.1, cujas paramétricas de cálculo são claras, matemáticas e de aplicação conhecida.

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica atingiu em dezembro de 2017 o valor de R\$ 674,86/MWh, com aumento de aproximadamente 8,58% com relação a dezembro de 2016. Para o novo ciclo tarifário, de 30 de outubro de 2017 a 29 de outubro de 2018 as tarifas foram fixadas pela ANEEL por meio da Resolução Homologatória/ ANEEL nº 2.320 de 24 de outubro de 2017.

38 Ganhos Contingentes

A CETRIL não possuiu, neste exercício Ganhos Contingentes e nem em exercício anterior.

39 Investimento Remunerável

Com a edição e publicação da Resolução Homologatória nº 1.978 de 27 de outubro de 2015, homologando as Tarifas de Energia – TE e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSD, efetuamos os ajustes e contabilizações dos valores de acordo com os índices da base de Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração conforme dados contidos em planilhas específicas publicadas pela Agência.

A base de Remuneração da CETRIL (BRR) em 10/2017, após o processo de Revisão Tarifária Periódica e Reajuste Tarifário, apresenta-se com os seguintes números:

Descrição	INDICES	1,39%	0,00%	0,00%
	Revisão 2016	IRT 2017	IRT 2018	IRT 2019
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	144.352,10	146.358,59	-	-
(2) Obrigações Especiais Brutas	-	-	-	-
(3) Bens Totalmente Depreciados	11.330,17	11.487,66	-	-
(4) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)	133.021,94	134.870,93	-	-
(5) Depreciação Acumulada	56.217,13	56.998,55	-	-
(6) Valor da Base de Remuneração (VBR)	88.134,97	89.360,05	-	-
(7) Obrigações Especiais Líquidas	-	-	-	-
(8) Terrenos e Servidões	321,52	325,99	-	-
(9) Almoarifado em Operação	433,06	439,08	-	-
(10) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(5)-(7)+(8)+(9)	88.889,55	90.125,11	-	-
(11) Taxa de Depreciação	4,00%	4,00%	-	-
(12) Quota de Reintegração Regulatória	5.320,88	5.394,84	-	-
(13) Remuneração de Capital (RC) = BRR líq x WACC	3.351,14	3.397,72	-	-

40 Reajuste Tarifário

No exercício de 2013 a CETRIL teve o resultado de sua primeira Revisão Tarifária Periódica – 1ª RTP, com efeitos retroativos a 2012 (atrasada em função da indefinição da Legislação aplicável na época). Já



em outubro de 2013, através da Resolução Homologatória nº 1.646/Aneel, de 29 de outubro de 2013, foi publicado o primeiro IRT – Índice de Reajuste Tarifário após a RTP na ordem de 6,64%, sendo:

8,11% a título de Reajuste nas Parcelas A e B e 1,57% a título de itens financeiros a devolver. Neste último está presente a devolução de 29,99 R\$/Mil referente a bolha financeira calculada em função do atraso de um ano na aplicação de nossa primeira Revisão Tarifária Periódica. A tarifa em pauta vigorará até 28/10/2014.

Em 29 de outubro de 2014 conforme Resolução Homologatória nº 1.818 foi homologado o Reajuste Tarifário Anual, ficando na média reajustadas em 9,56%, sendo 9,77% referentes ao Reajuste Anual Econômico, parcelas A e B e -0,21% relativos aos componentes financeiros pertinentes, devendo o reajuste homologado vigorar de 30/10/2014 a 29/10/2015.

Em 27 de outubro de 2015 conforme Resolução Homologatória nº 1.978 foi homologado o Reajuste Tarifário Anual, ficando na média reajustadas em 26,53%, sendo 24,68% (vinte e quatro vírgulas sessenta e oito por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 1,07% (um virgula zero sete por cento) relativos aos componentes financeiros, devendo o reajuste homologado vigorar de 30/10/2015 a 29/10/2016.

Em 25 de outubro de 2016, a CETRIL submeteu-se ao processo do Segundo Ciclo de Revisão Tarifária das Permissionárias (2CRTP), e conforme Resolução Homologatória nº. 2.164, foi homologado o resultado da segunda Revisão Tarifária Periódica, as tarifas de aplicação da Cetril, constantes da Resolução Homologatória nº. 1.978 de 27 de outubro de 2015, ficam, em média, reajustadas em 7,03% (sete virgula zero três por cento), devendo o ajuste vigorar de 30 de outubro de 2016 a 29 de outubro de 2017. Sendo o presente exercício alvo de Revisão Tarifária Periódica, nosso próximo reajuste ocorrerá em 2017. Houve, neste exercício, somente reajuste da Parcela A e sua necessária neutralidade.

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica atingiu em dezembro de 2017 o valor de R\$ 674,86/MWh, com aumento de aproximadamente 8,58% com relação a dezembro de 2016. Para o novo ciclo tarifário, de 30 de outubro de 2017 a 29 de outubro de 2018 as tarifas foram fixadas pela ANEEL por meio da Resolução Homologatória/ ANEEL nº 2.320 de 24 de outubro de 2017.

41 Fusões, Cisões e Incorporações

Não ocorreram processos de Fusões, Cisões e Incorporações no exercício de 2017 e anteriores.

42 Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos

No exercício de 2017 e 2016 não houve necessidade da contabilização da Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos, uma vez que, sendo todos os bens da CETRIL vinculados a seu serviço Concedido, todos são periodicamente avaliados conforme determinação do Órgão Regulador. Em nosso último laudo de avaliação, o resultado apresentado foi superior ao Ativo Contabilizado. A ANEEL, no exercício de 2011, determinou o reconhecimento contábil desta atualização, na forma de Reavaliação Regulatória Compulsória. Posteriormente no exercício de 2016 tivemos um novo reconhecimento contábil desta atualização, também na forma de Reavaliação Regulatória Compulsória.

43 Conciliação LAJIDA/EBTIDA

Na composição da formação do saldo de R\$ 8.126,58 mil reais da LAJIDA/EBTIDA do exercício contábil de 2017 foram utilizadas as seguintes contas:

	2017	2016
Lucro/Prejuízo Líquido	4.993,61	2.052,12
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	0,00	32,09
Impostos (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro)	648,17	86,71
Depreciação e Amortização	2.484,80	2.452,97
	8.126,58	4.623,89

44 Balanço Patrimonial Fiscal

Conforme Artigo 10 da Instrução Normativa 1397/2013, segue abaixo a Demonstração Contábil Fiscal - Balanço Patrimonial Fiscal, composto do quadro do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal e DMPLR - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal.

BALANÇO PATRIMONIAL FISCAL 2017 (R\$/Mil)

Descri�o	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Ativos						
Ativo circulante		25.695,45	-	25.695,45	-	25.695,45
Caixa e equivalentes de caixa		10.501,93	-	10.501,93	-	10.501,93
Consumidores		8.567,80	-	8.567,80	-	8.567,80

Concessionárias e Permissionárias	-	-	-	-	-
Serviços em curso	182,93	-	182,93	-	182,93
Tributos compensáveis	1.358,92	-	1.358,92	-	1.358,92
Depósitos judiciais e cauções	-	-	-	-	-
Almoxarifado operacional	558,86	-	558,86	-	558,86
Investimentos temporários	13,90	-	13,90	-	13,90
Empréstimos	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	1.394,80	-	1.394,80	-	1.394,80
Despesas pagas antecipadamente	39,18	-	39,18	-	39,18
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes	3.077,13	-	3.077,13	-	3.077,13
Ativo não circulante	86.832,27	(44.619,32)	42.212,95	63,89	42.276,84
Consumidores	-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-	-	-	-
Serviços em curso	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis	288,29	-	288,29	-	288,29
Depósitos judiciais e cauções	-	-	-	-	-
Investimentos temporários	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-
Tributos diferidos	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-	-	-	-

Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		63,00	14.815,14	14.878,14	(14.815,14)	63,00
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		78,70	-	78,70	-	78,70
Imobilizado		86.390,17	(84.176,97)	2.213,20	39.621,54	41.834,74
Intangível		12,11	24.742,51	24.754,62	(24.742,51)	12,11
Total do ativo		112.527,72	(44.619,32)	67.908,40	63,89	67.972,29

Passivo						
Passivo circulante		10.700,89	-	10.700,89	-	10.700,89
Fornecedores		3.698,96	-	3.698,96	-	3.698,96
Empréstimos, financiamentos e debêntures		262,70	-	262,70	-	262,70
Obrigações sociais e trabalhistas		719,81	-	719,81	-	719,81
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-
Tributos		1.345,45	-	1.345,45	-	1.345,45
Provisão para litígios		-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-
Encargos setoriais		1.058,26	-	1.058,26	-	1.058,26
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais		33,07	-	33,07	-	33,07
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas		-	-	-	-	-

Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Obrigações com associados	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes	3.582,64	-	3.582,64	-	3.582,64
Passivo não circulante	6.779,26	-	6.779,26	-	6.779,26
Fornecedores	-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	366,69	-	366,69	-	366,69
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-
Tributos	-	-	-	-	-
Provisão para litígios	12,00	-	12,00	-	12,00
Encargos setoriais	-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-	-	-	-
Tributos diferidos	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	4,02	-	4,02	-	4,02
Provisão para uso do bem público	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Obrigações com associados	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	6.396,55	-	6.396,55	-	6.396,55
Total do passivo	17.480,15	-	17.480,15	-	17.480,15
Patrimônio líquido					
Capital social	16.072,56	-	16.072,56	-	16.072,56
Reservas de capital	107,92	(57,77)	50,15	3.016,63	3.066,78

Outros resultados abrangentes		47.009,57	(47.009,57)	-	-	-
Reservas de lucros		4,92	-	4,92	-	4,92
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados			-	-	-	-
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-
Reserva de sobras		32.825,30	-	32.825,30	-	32.825,30
Sobras à disposição da Assembleia		(972,70)	2.448,02	1.475,32	(2.952,74)	(1.477,42)
Perdas não cobertas pelos cooperados		-	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		95.047,57	(44.619,32)	50.428,25	63,89	50.492,14
Total do passivo e do patrimônio líquido		112.527,72	(44.619,32)	67.908,40	63,89	67.972,29

Demonstração Fiscal Do Resultado Do Exercício Societário 2017

	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Operações em continuidade						
Receita / Ingresso		55.188,05	-	55.188,05	(44.113,28)	11.074,77
Fornecimento de energia elétrica		18.884,25	-	18.884,25	(9.280,86)	9.603,39
(-) Transferências		-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-

Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	28.931,18	-	28.931,18	(28.931,18)	-
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	325,74	-	325,74	30,31	356,05
Serviços cobráveis	133,92	-	133,92	(99,94)	33,98
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	5.445,68	-	5.445,68	(4.364,33)	1.081,35
Outras receitas vinculadas	1.467,28	-	1.467,28	(1.467,28)	-
Tributos	(8.348,89)	-	(8.348,89)	6.330,26	(2.018,63)
ICMS	(7.930,20)	-	(7.930,20)	6.260,98	(1.669,22)
PIS-PASEP	(73,99)	-	(73,99)	11,81	(62,18)
COFINS	(344,70)	-	(344,70)	57,47	(287,23)
ISS	-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"	(3.723,43)	-	(3.723,43)	2.984,07	(739,36)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(2.146,80)	-	(2.146,80)	1.720,51	(426,29)
Programa de Eficiência Energética – PEE	-	-	-	-	-
Taxa de fiscalização	(122,19)	-	(122,19)	97,93	(24,26)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-	-	-	-
Outros encargos	(1.454,44)	-	(1.454,44)	1.165,63	(288,81)
Receita líquida / Ingresso líquido	43.115,73	-	43.115,73	(34.798,95)	8.316,78
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(17.284,00)	-	(17.284,00)	13.851,88	(3.432,12)
Energia elétrica comprada para revenda	(16.722,54)	-	(16.722,54)	13.401,91	(3.320,63)
Energia elétrica comprada para revenda – PROINFA	(561,46)	-	(561,46)	449,97	(111,49)

Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		-	-	-		-
Encargos e Demais Despesas Setoriais			-	-		-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica		-	-	-	-	-
Combustíveis						
Resultado antes dos custos gerenciáveis	25.831,73	-	25.831,73	(20.947,07)	4.884,66	
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(24.631,88)	2.454,14	(22.177,74)	17.670,91	(4.506,83)	
Pessoal e administradores (inclui 1.388,85 de remuneração a administradores)	(10.993,31)	-	(10.993,31)	8.810,35	(2.182,96)	
Entidade de previdência privada	-	-	-	-	-	
Material	(2.661,09)	-	(2.661,09)	2.132,93	(528,16)	
Serviços de terceiros	(5.366,76)	-	(5.366,76)	4.301,08	(1.065,68)	
Arrendamento e aluguéis	(45,86)	-	(45,86)	36,75	(9,11)	
Seguros	(76,93)	-	(76,93)	61,64	(15,29)	
Doações, contribuições e subvenções	(129,03)	-	(129,03)	103,41	(25,62)	
Provisões	(115,78)	-	(115,78)	115,78	-	
Recuperação de despesas	29,68	-	29,68	(23,79)	5,89	
Tributos	(217,58)	-	(217,58)	174,38	(43,20)	
Depreciação e amortização	(4.938,94)	2.454,14	(2.484,80)	1.991,40	(493,40)	
Gastos diversos da atividade vinculada	(496,81)	(1.985,29)	(2.482,10)	1.989,71	(492,39)	
Outras Receitas Operacionais	1.168,95	1.985,29	3.154,24	(2.640,76)	513,48	
Outras Gastos Operacionais	(788,42)	-	(788,42)	618,03	(170,39)	
Resultado da Atividade	1.199,85	2.454,14	3.653,99	(3.276,16)	377,83	
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	
Resultado Financeiro	1.987,79	-	1.987,79	(388,64)	1.599,15	
Despesas financeiras	(105,32)	-	(105,32)	84,40	(20,92)	
Receitas financeiras	2.093,11	-	2.093,11	(473,04)	1.620,07	
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	3.187,64	2.454,14	5.641,78	(3.664,80)	1.976,98	

Despesa com impostos sobre os lucros		(648,17)	-	(648,17)	648,17	-
Resultado líquido das operações em continuidade		2.539,47	2.454,14	4.993,61	(3.016,63)	1.976,98
Operações descontinuadas						
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas		-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício		2.539,47	2.454,14	4.993,61	(3.016,63)	1.976,98
Atribuível aos:						
Acionistas controladores		-	-	-	-	-
Acionistas não controladores		-	-	-	-	-
Lucro por ação		0,16	0,15	0,31	(0,19)	0,12
Básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		0,16	0,15	0,31	(0,19)	0,12
Diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade						
Básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-
Diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Fiscal Societário 2017

	Capital Social	Reservas de capital	Outros Resultados Abrangentes	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembleia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	16.072,50	1.863,35	-	4,92	-	28.584,33	(1.026,62)	-	45.498,48
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital Social	0,06	-	-	-	-	-	-	-	0,06
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	3.688,31	-	3.688,31
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	1.305,30	-	-	-	1.305,30
Reserva legal	-	-	-	-	-	368,83	(368,83)	-	-
FATES	-	-	-	-	(1.305,30)	1.674,13	(368,83)	-	(0,00)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	2.198,01	(2.198,01)	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Reavaliação Regulatória Compulsória de Imobilizado - VNR</u>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Efeitos IFRS</u>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Efeitos Fiscais</u>	-	1.203,43	-	-	-	-	(1.203,44)	-	(0,01)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	16.072,56	3.066,78	-	4,92	-	32.825,30	(1.477,42)	-	50.492,14

45 Quotas da CDE repassadas as Distribuidoras e reembolsadas pela Eletrobrás

Conforme programa governamental instalado após a edição da MP 579/2012 e publicação da RTE, a CETRIL realizou e recebeu os subsídios abaixo descritos, apresentando, em dezembro/2017, o saldo de 2.215,57 R\$/MIL.

Descrição	Saldo Anterior	Realizado	Recebido	Á receber
SUBVENÇÃO CDE - Reequilíbrio	0,32	0,00	0,00	0,32
SUBVENÇÃO CDE – Irrigante/Agricultor	(17,02)	344,92	(278,43)	49,47
SUBVENÇÃO CDE - Rural Convencional	(2,70)	5.159,35	(4.060,16)	1.096,49
SUBVENÇÃO CDE - Água, Esgoto e Saneamento	(0,95)	33,21	(23,91)	8,35
SUBVENÇÃO CDE – Baixa Densidade de Carga	0,00	2.542,76	(1.481,82)	1.060,94
TOTAIS	(20,35)	8.080,24	(5.844,32)	2.215,57

46 Datas de Formação das Obrigações Especiais

Conforme determinação da SFF/ANEEL, detalhamos abaixo os saldos das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica, por data de formação, compondo sua respectiva amortização acumulada:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Amortização acumulada	Valor Líquido em 31/12/2017
Em Serviço			
Participação da União, Estados e Municípios	(2.589,23)	286,30	(2.302,93)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(2.589,23)	286,30	(2.302,93)
Participação Financeira do Consumidor	(1.101,22)	71,94	(1.029,28)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(409,79)	25,84	(383,95)
Data de aquisição: 31/01/2016	(32,77)	2,47	(30,30)
Data de aquisição: 29/02/2016	(26,58)	2,27	(24,31)
Data de aquisição: 31/03/2016	(26,79)	2,36	(24,43)
Data de aquisição: 30/04/2016	(27,70)	2,48	(25,22)

Data de aquisição: 31/05/2016	(23,07)	2,41	(20,66)
Data de aquisição: 30/06/2016	(19,89)	2,44	(17,45)
Data de aquisição: 31/07/2016	(123,39)	6,24	(117,15)
Data de aquisição: 31/08/2016	(24,44)	2,98	(21,46)
Data de aquisição: 30/09/2016	(27,57)	3,16	(24,41)
Data de aquisição: 31/10/2016	(27,41)	3,33	(24,08)
Data de aquisição: 30/11/2016	(25,36)	3,26	(22,10)
Data de aquisição: 31/12/2016	(28,74)	3,56	(25,18)
Data de aquisição: 31/01/2017	(23,33)	0,77	(22,56)
Data de aquisição: 29/02/2017	(20,33)	0,67	(19,66)
Data de aquisição: 31/03/2017	(20,51)	0,67	(19,84)
Data de aquisição: 30/04/2017	(15,47)	0,51	(14,96)
Data de aquisição: 31/05/2017	(27,63)	0,91	(26,72)
Data de aquisição: 30/06/2017	(21,70)	0,71	(20,99)
Data de aquisição: 31/07/2017	(21,59)	0,71	(20,88)
Data de aquisição: 31/08/2017	(23,33)	0,77	(22,56)
Data de aquisição: 30/09/2017	(22,17)	0,73	(21,44)
Data de aquisição: 31/10/2017	(17,59)	0,58	(17,01)
Data de aquisição: 30/11/2017	(35,79)	1,18	(34,61)
Data de aquisição: 31/12/2017	(28,28)	0,93	(27,35)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(575,06)	71,74	(503,32)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(530,33)	40,98	(489,35)
Data de aquisição: 22/03/2016	(1,22)	0,65	(0,57)
Data de aquisição: 04/04/2016	(43,51)	30,11	(13,40)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	(148,22)	23,36	(124,86)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(148,22)	23,36	(124,86)
			-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	(1.213,04)	69,18	(1.143,86)
Data de aquisição: 28/07/2016	(1.213,04)	69,18	(1.143,86)


Valores Pendentes de Recebimento			
Valores Não Aplicados			
Outros			
Ultrapassagem de demanda	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias			
Outros			
Total	(5.626,77)	522,52	(5.104,25)

47 Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo a Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 30/04/2018 pela Diretoria, não podendo os senhores associados proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em R\$ mil, com 2 casas decimais.

Ibiúna, 31 de dezembro de 2017.



NÉLIO ANTONIO LEITE
PRESIDENTE


SIEGFRIED URBAN
 Contador
 CRC – 1SP 297.745/O-4

Parecer do Conselho Fiscal Societário - 2017



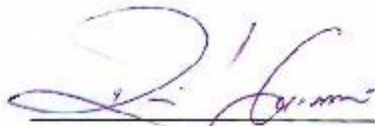
PARECER DO CONSELHO FISCAL

2017

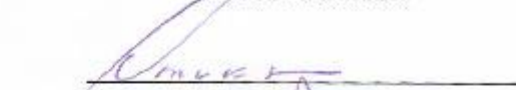
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região – CETRIL, composto pelos senhores Richard Guimarães, Paulo Kenji Sasaki e Leôncio Ribeiro da Costa, abaixo assinados, em cumprimento às suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2017, todas as contas e documentos da presente Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, devidamente examinados pela empresa de auditoria independente contratada exarando o Parecer Final dos Auditores Independentes e demais dados e informações contidas no Relatório do Conselho de Administração de 2017, verificando inclusive as obrigatoriedades das transferências estatutárias das sobras para o FATES – Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social e para a Reserva para Fundos de Investimentos, expressando a sua opinião sobre as Demonstrações Contábeis, constataram a exatidão de todos os registros e peças examinadas, representando nessa data a efetiva situação econômica, financeira e patrimonial da Cetril, reunindo portanto as condições necessárias para serem aprovadas pelos cooperados após o parecer final das destinações das sobras líquidas do período.

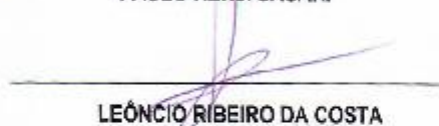
Ibiúna, 19 de fevereiro de 2018.



RICHARD GUIMARÃES



PAULO KENJI SASAKI



LEÔNCIO RIBEIRO DA COSTA

Parecer do Auditor Independente 2017 – Societário

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores, Conselheiros e Associados da
COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIUNA E REGIAO – CETRIL
IBIUNA – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIUNA E REGIAO – CETRIL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIUNA E REGIAO – CETRIL**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada: "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIUNA E REGIAO – CETRIL**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIUNA E REGIAO – CETRIL**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIUNA E REGIAO – CETRI** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorções relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 09 de fevereiro de 2018.



Hermenegildo João Vanoni
Contador – CRC-SC 14.874/O-7°S° SP

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012°S°SP

Rua Vereador Mário Coelho Pires, n.º 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090- São José – SC
Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259.2444 – e-mail: audiconsult@audiconsult.com.br - 2 -

Relatório da Administração das Demonstrações Contábeis Regulatórias 2017

Senhores e Senhoras Associados/Consumidores,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2017, as Demonstrações Contábeis Regulatórias em conjunto com as Demonstrações Societárias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CETRIL - Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores.

Carta do Presidente

A descoberta da eletricidade revolucionou o mundo, possibilitou inúmeros avanços para a humanidade e abriu infinitas possibilidades.

Atualmente, quem consegue se imaginar sem ela? Nossas atividades, por mais simples que pareçam estão relacionadas à energia elétrica: esquentar uma refeição, se conectar ao mundo via internet, tomar um banho quente ou assistir a um filme na TV.

Com infinitas aplicações, a energia nos mostrou a capacidade do ser humano de criar e inovar cada vez mais, conduzindo sonhos à realidade. Então, distribuir energia com segurança e qualidade tornou-se algo indispensável e, mais do que nossa missão, é a forma que encontramos de ajudar na realização de milhares de sonhos. E é exatamente isso que a CETRIL vem realizando ao longo de seus mais de 50 anos.

E neste ano que se inicia, queremos melhorar ainda mais nossos serviços, trabalhando incansavelmente, com todo profissionalismo e dedicação, para que você possa ter todo conforto, comodidade e bem-estar proporcionados pelos benefícios gerados a partir da energia elétrica.

Afinal, assim como todos aqui na CETRIL, encaramos a missão de levar energia elétrica aos mais longínquos bairros de Ibiúna como uma forma de mudar a realidade das pessoas e transformar a vida de muita gente, usando toda nossa estrutura e conhecimento para que você receba em sua casa energia elétrica com segurança e estabilidade.

E, assim, partimos para o desafio do dia-a-dia sabendo que nosso trabalho pode fazer a diferença. Você pode até não perceber, mas nossas equipes estão de plantão 24 horas por dia, muitas vezes enfrentando tempestades, mata fechada e outros desafios para que você possa ter energia elétrica na sua casa, que só é possível graças a determinação e empenho dos nossos profissionais.



Nélcio Antônio Leite
Presidente

Carta do Contador

Com satisfação, na qualidade de Contador responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região – CETRIL, comunicamos aos senhores Associados a conclusão do exercício de 2017, com alto grau de qualidade, transparência e legalidade.

A nossa Cooperativa primou, em 2017, pelos conceitos de transparência, detalhando as contas contábeis ao extremo, evitando qualquer contabilização a título de “outros” e “diversos”, e apresenta, de forma clara seu resultado, valorizando assim a atuação como Empresa de Serviço Público.

Vale salientar que, na questão Regulatória, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, têm intensificado o monitoramento eletrônico, impondo pré análise dos dados quando de nosso envio para integralização na base nacional. Informamos que todos os envios, desde a Prestação Anual de Contas - PAC, Relatório de Informações Trimestrais - RIT, e Balancete Mensal Padronizado – BMP, foram enviados em tempestividade e aprovados nessa análise realizada pela ANEEL..

Diante do acima descrito, e, com grande satisfação, comunicamos aos Srs. Associados que a seguir constam todos os demonstrativos do exercício regulatório, Societário e fiscal, de modo a facilitar e dar todas as condições de V.Sas. tomarem todas as decisões para o novo exercício da nossa distribuidora de energia.

Por fim, agradecemos a DEUS, à Diretoria, aos Gerentes, à nossa equipe contábil, bem como a todos os departamentos internos, consultorias e auditorias externas que colaboraram para a correta escrituração deste exercício.



Siegfried Urban
Contador
CRC: 1SP297745/O-4

Cenário

Em 2017 o Brasil enfrentou um cenário macroeconômico e político bastante desafiador, e pelo terceiro ano consecutivo, vivenciou períodos de instabilidade e mudanças significativas. O ano foi marcado pelo alto índice de desemprego (taxa média de 11,5%) e a atividade econômica apresentou pouco crescimento diante da crise política. Mesmo em meio às adversidades a CETRIL – Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região termina mais um exercício com resultado positivo.

Pela primeira vez, em mais de oitenta anos, o país apresentou retração do PIB, com reduções em quase todas as atividades econômicas. Em 2016, diante de um cenário em que predominaram dificuldades e incertezas, a crise representou uma queda do PIB de – 3,6%. No período de 2014 a 2016 acumulou uma queda de – 9%. Já no ano de 2017, com a retomada da economia, o crescimento do PIB foi próximo a 1%. O consumo de energia andou paralelo ao ano de 2016, apresentando um crescimento somente nos últimos quatro meses do ano.

O destaque positivo é que a inflação de 2017 (2,95%) atingiu o menor patamar em quase duas décadas, em comparação aos anos de 2016 (6,54%) e 2015 (11,07%), isso devido aos fatores que interferem na economia brasileira, tais como a taxa de desemprego, perda de poder aquisitivo dos consumidores e capacidade ociosa de quase todos os setores produtivos.

Neste cenário, a CETRIL apresentou um aumento de 2,49% no número de ligações (cooperados/consumidores) em relação ao ano de 2016. Em 2017 a cooperativa passou a atender 26.664 unidades consumidoras, desse total 93% são consumidores da classe residencial. A quantidade de energia distribuída foi de 70,90 GWh, 3,02% a mais do que em 2016.

Foram realizados investimentos de R\$/Mil 2.859,00 em ampliação e manutenção do sistema elétrico. Atualmente, a cooperativa possui 1.857,36 quilômetros de redes, 3.389 transformadores, com potência instalada de 92,24 MVA. Nos últimos anos (2014-2017), o nosso mercado que é medido pelo fornecimento de energia aos nossos cooperados e consumidores cresceu 12%.

O maior desafio a ser enfrentado em 2018 será manter o equilíbrio econômico-financeiro e os serviços de qualidade. Dentro de suas possibilidades e diante dos obstáculos externos, a CETRIL continuará investindo em melhorias essenciais, com o objetivo de atender as necessidades da população rural e contribuir para o crescimento da nossa região.

Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica

Distribuição

A Outorgada distribui energia elétrica em 02 dos 645 municípios do Estado, o que representa 0,14629% dos consumidores do Estado de São Paulo (Total de 18.227.148 – Fonte: Secretaria de Energia do estado de SP – Anuário Estatístico de Energéticos por Município no Estado de SP – ano Base 2016). Não atendemos nenhum consumidor livre no Estado.

Ligação de consumidores - foram realizadas no ano, 650 novas ligações, com destaque 584 residenciais, 13 comerciais, 52 rurais e 01 serviços públicos, totalizando 26.664 consumidores atendidos pela Permissionária, número 2,4907% superior ao de 2016.

Número de Consumidores

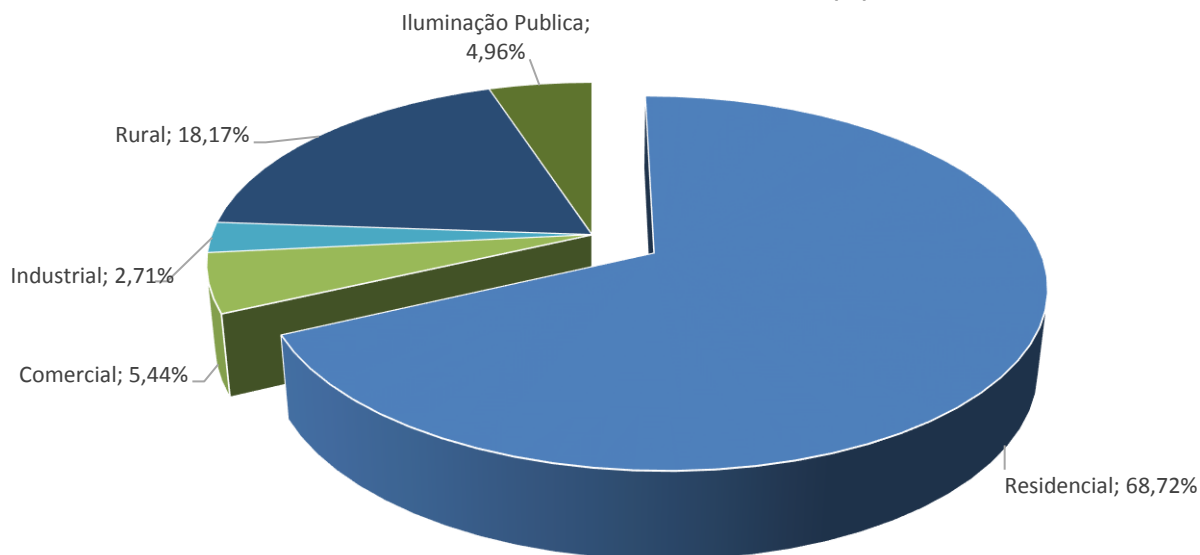
Consumidores	2013	2014	2015	2016	2017
Residencial	20.774	21.801	23.367	24.189	24.773
Comercial	342	362	398	470	483
Industrial	12	13	15	17	15
Rural	920	999	1.100	1.177	1.229
Poderes públicos	78	82	89	85	85
Iluminação pública	69	67	68	68	68
Serviço público	8	8	10	10	11
Total	22.203	23.332	25.019	26.016	26.664
Varição	4,49%	5,08%	7,23%	3,98%	2,49%

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o comercial e industrial. A classe Comercial obteve o maior crescimento nos últimos cinco anos, atingindo o patamar de 2,77% maior em comparação com o ano anterior. A classe Industrial registrou a diminuição de duas unidades consumidoras representado um decréscimo de -11,76% em comparação ao ano anterior. A classe residencial apresentou um crescimento na ordem de 2,41%

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido

Mercado Atendido - GWh	2013	2014	2015	2016	2017
Energia Faturada	63,29	69,07	68,50	68,82	70,90
Fornecimento	63,29	69,07	68,50	68,82	70,90
Residencial	44,67	47,36	47,09	46,86	48,67
Comercial	3,06	3,43	3,55	3,62	3,86
Industrial	2,21	2,42	2,24	1,87	1,92
Rural	10,15	12,46	12,08	12,95	12,88
Poderes Públicos	0,50	0,55	0,44	0,36	0,37
Iluminação Pública	2,54	2,70	2,92	2,93	2,95
Serviço Público	0,16	0,14	0,14	0,18	0,20
Consumo Próprio	-	0,01	0,04	0,05	0,05
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	63,29	69,07	68,50	68,82	70,90
Variação	1,88%	9,13%	-0,82%	0,46%	3,02%

Consumo Por Classe de Consumidores (%)


Comportamento do mercado - A distribuição de energia da Permissionária no período de janeiro a dezembro de 2017 foi de 70,90 GWh (68,82 GWh em 2016).

No Mercado Atendido pela permissionária houve um aumento no total da energia faturada em GWh de 3,02% em relação ao ano anterior.

A CETRIL não possui geração de energia, toda sua comercialização é realizada a partir da aquisição de energia para revenda, sendo suprida pelas empresas concessionárias CPFL Piratininga e Elektro S/A.

Balanco Energético em GWh

A) Energia Requerida	2013	2014	2015	2016	2017
Geração Própria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CPFL / Elektro	70,31	75,93	74,41	75,61	77,24
PROINFA	1,19	1,53	1,86	1,28	1,97
TOTAL	71,50	77,46	76,27	76,89	79,21
B) Energia Distribuída	2013	2014	2015	2016	2017
Cooperados/Consumidores	63,35	69,07	68,50	68,82	70,90
Consumidores Livres					
Suprimentos					
Energia Contratada					
TOTAL	63,35	69,07	68,50	68,82	70,90
Requerida - Distribuída	8,15	8,39	7,77	8,07	8,31
% de Perdas entre A / B	11,40%	10,83%	10,15%	10,50%	10,49%

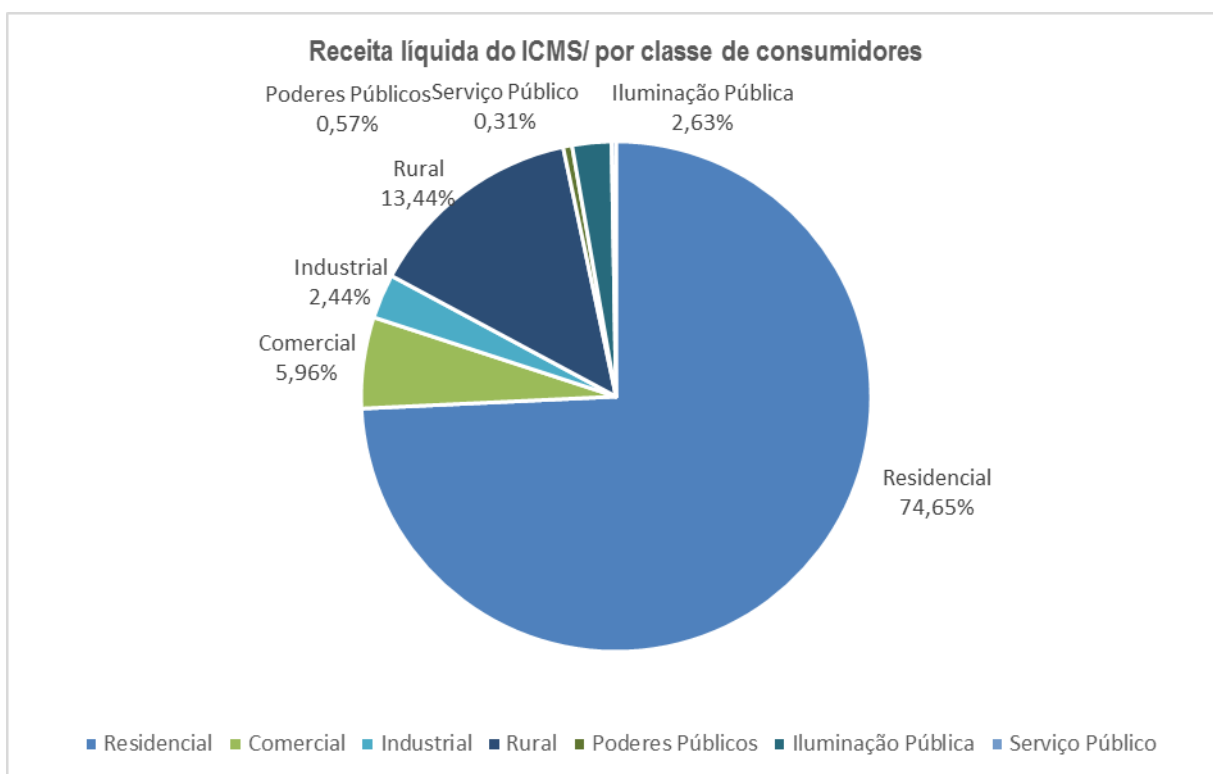
Houve uma redução de 0,01% nas perdas totais de energia requerida sobre a energia distribuída. Pelo resultado apresentado, à ação da CETRIL será ainda maior nos serviços de manutenção preventiva no seu sistema elétrico, com a intensificação das inspeções para coibir as fraudes.

Em 2017 foram inspecionadas 5.020 unidades consumidoras, representando aproximadamente 18,83% dos consumidores da permissionária, desses foram efetuadas as substituições de 664 medidores avariados.

Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica, líquida do ICMS, importou em 2017 o montante de R\$ 39.558,16 mil, conforme quadro a seguir:

Receita líquida do ICMS em R\$ Mil

Classe	2017	2016	%
Residencial	29.531,46	26.483,46	11,51%
Comercial	2.355,94	2.059,84	14,37%
Industrial	967,01	1.004,67	-3,75%
Rural	5.318,30	4.928,33	7,91%
Outros	1.385,45	1.190,55	16,37%
Poderes Públicos	224,93	202,09	11,30%
Iluminação Pública	1.038,95	889,29	16,83%
Serviço Público	121,57	99,17	22,59%
Total	39.558,16	35.666,85	10,91%



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2017 apresentou um crescimento de 2,49% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores

Classe	2017	2016	Var %
Residencial	24.773	24.189	2,41
Comercial	483	470	2,77
Industrial	15	17	-11,76
Rural	1.229	1.177	4,42
Outros	164	163	10,00
Poderes Públicos	85	85	0,00
Iluminação Pública	68	68	0,00
Serviço Público	11	10	10,00
Total	26.664	26.016	2,49

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica atingiu em dezembro de 2017 o valor de R\$ 674,86/MWh, com aumento de aproximadamente 8,58% com relação a dezembro de 2016. Para o novo ciclo tarifário, de 30 de outubro de 2017 a 29 de outubro de 2018 as tarifas foram fixadas pela ANEEL por meio da Resolução Homologatória/ ANEEL nº 2.320 de 24 de outubro de 2017.

Tarifa Média em 2017 e 2016 (energia + tributos)

Classe	2017			2016			%
	R\$/Mil	MWh	Tarifa Média	R\$/Mil	MWh	Tarifa Média	
Residencial	36.620,10	48.670	752,42	32.513,05	46.859	693,85	8,44
Industrial A4	514,58	1.024	502,52	708,61	1.123	630,99	-20,36
Industrial	674,53	901	748,65	516,15	749,74	688,44	8,75
Comercial	2.879,28	3.861	745,73	2.483,52	3.623	685,54	8,79
Rural	5.514,18	12.882	428,05	5.090,08	12.952	392,98	8,92
Iluminação Pública	1.210,48	2.951	410,19	1.084,50	2.934	369,63	10,97
Poder e Serviço Público	407,70	569	716,61	349,65	531	658,47	8,83
Consumo Próprio	29,35	46	633,23	26,14	46	568,26	11,43
Total	47.850,20	70.904	674,86	42.771,70	68.817	621,52	8,58

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC - Duração equivalente de interrupções por consumidor (tempo total médio de interrupção por consumidor) e o FEC -Frequência equivalente de interrupções por consumidor (quantas vezes os consumidores ficaram sem energia elétrica no ano). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2013	17,28	13,46	1,79
2014	17,06	15,01	1,82
2015	18,37	14,26	1,93
2016	18,21	13,05	2,96
2017	16,22	13,02	4,02

A CETRIL monitora dados de qualidade desde 2003, para melhor atender seus consumidores as metas dos indicadores de qualidade estabelecidas pela ANEEL entraram em vigor a partir do ano de 2013 e estão sendo atendidas pela cooperativa de acordo com o estabelecido no Contrato de permissão nº. 008//2008 – ANEEL, Anexo III.

Em 2017 o DEC registrou o índice de 16,22 mantendo abaixo do índice determinado pela Aneel que é de 23 e o FEC 13,02 mantendo também abaixo do índice determinado pela Aneel que é de 17.

Considerando o crescimento do número de consumidores e a ocorrência de temporais, a CETRIL manteve a qualidade e continuidade do fornecimento de energia a seus consumidores conforme metas determinadas.

Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Outorgada de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Outorgada faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2017, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram:

- Troca e reestruturação da infraestrutura de rede (Cabos e dispositivos de comunicação de rede);

- Aquisição de computadores, softwares e suprimentos para melhor funcionamento dos equipamentos.
- Aquisição e implantação da plataforma digital (workflow), a qual monitora as solicitações dos consumidores desde a sua origem até a conclusão, atendendo os prazos determinados pela ANEEL e também contribuindo com o meio ambiente com o uso desnecessário de papel.
- SISTEMA – NIX – Soluções em sistemas Elétricos: Utilização mais ampla e efetiva do sistema computacional NIX – Proteção da Distribuição, da Empresa PROTEASY – Informática e Engenharia Ltda.

O Software NIX é um programa para cálculo e estudos de Coordenação e Seletividade das Redes de Distribuição de Energia Elétrica, cuja finalidade é melhorar o desempenho da atuação dos equipamentos como: Disjuntores, Relatores e Chaves Fusíveis instalados no sistema elétrico.

Sua Base de informação é o modulo E2 – MIG – Sistema USEALL, já utilizado pela CETRIL, onde estão armazenados os dados do georreferenciamento contendo os parâmetros elétricos desses equipamentos instalados ao longo das redes de distribuição de Energia Elétrica em campo.

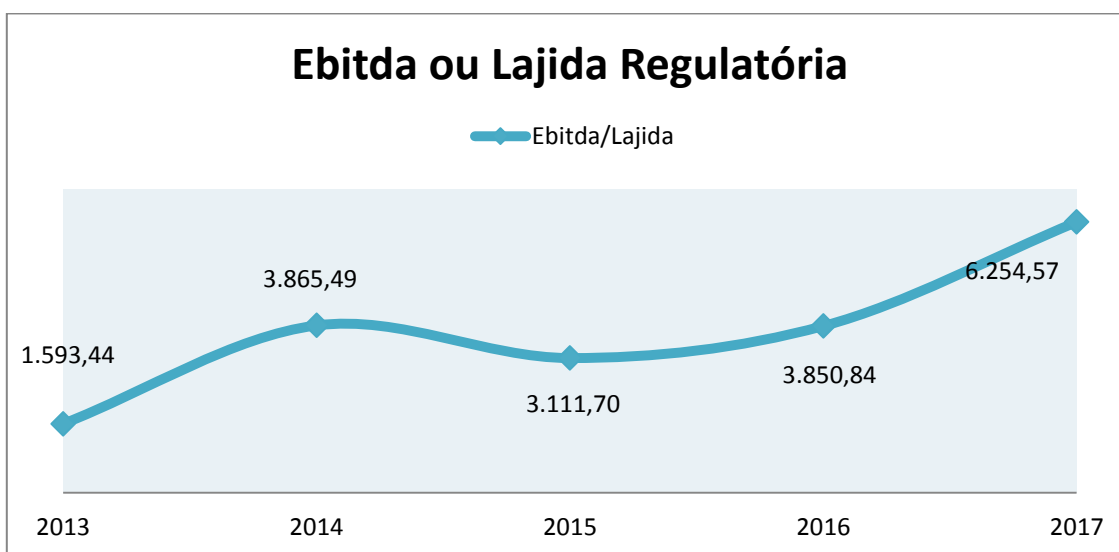
Os resultados apresentados podem então ser monitorados e aferidos através de um Programa também já utilizado pela CETRIL, chamado Saca da Empresa DWF – Sistemas de Automação que recebe os dados em tempo real e monitora o carregamento dos alimentadores e das SE's da CETRIL.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2017, as sobras líquidas foram de R\$ 2.539,47 mil, contra R\$ 1.300,31 mil em 2016, um aumento na ordem de 95,30. A receita operacional líquida atingiu R\$ 43.115,73 mil, enquanto em 2016 situou-se em R\$ 34.635,23 mil.

As despesas operacionais totalizaram em 2017 R\$ 42.296,40 mil, 24,85% superiores em relação à 2016, destacando-se os custos com: total das taxas regulamentares que tiveram uma diminuição de -19,87% no ano. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 2,67% contra 1,38% em 2016.

O **EBITDA ou LAJIDA** Regulatório, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 6.254,57 mil, superior em 62,42% a 2015, que foi de R\$ 3.850,84 mil, conforme evolução a seguir:



Investimentos: Em 2017, os investimentos da Companhia, importaram em R\$ 2.859,81 um crescimento de 5,32% superior em relação à 2016, dos quais R\$ 2.564,00 mil foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Companhia estima um investimento total de R\$ 12.811 mil.

	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2016				
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil								
AIS Bruto ¹	3.593	2.489	2.564	2.603	2.552	2.552	2.552	2.552
Transformador de Distribuição	674	578	508	597	597	597	597	597
Medidor	243	290	335	261	235	235	235	235
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	1.181	525	561	510	510	510	510	510
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	1.224	959	745	1.035	1.035	1.035	1.035	1.035
Redes Alta Tensão (69 kV)								
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)								
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)								
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	270	137	415	200	175	175	175	175

Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas Regulatórias				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição:

R\$ Mil	2017R	2018P	2019P	2020P	2021P	2022P
Plano de Investimentos 2017	2.564	2.552	2.552	2.552	2.552	2.552
R\$ Mil	2017P	2018P	2019P	2020P	2021P	2022P
Plano de Investimentos 2016	2603	2.552	2.552	2.552	2.552	2.552
Diferença	-1,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

O valor que foi investido em 2017 teve um resultado menor do que foi estimado devido ao fato de que temos uma necessidade, nos próximos anos de investirmos em uma ETD (Estação Transformadora de Distribuição) e devido a isso, os investimentos em Redes de Media Tensão e em Transformadores de Distribuição para renovação e melhoria, tem tido seus projetos revistos e portanto uma redução nesses quesitos."

"No item Medidor houve uma valor investido maior do que o estimado pelo fato de termos intensificado a quantidade de testes de medidores com intuito de diminuir as perdas pois foram detectados maior quantidade de equipamentos com defeito."

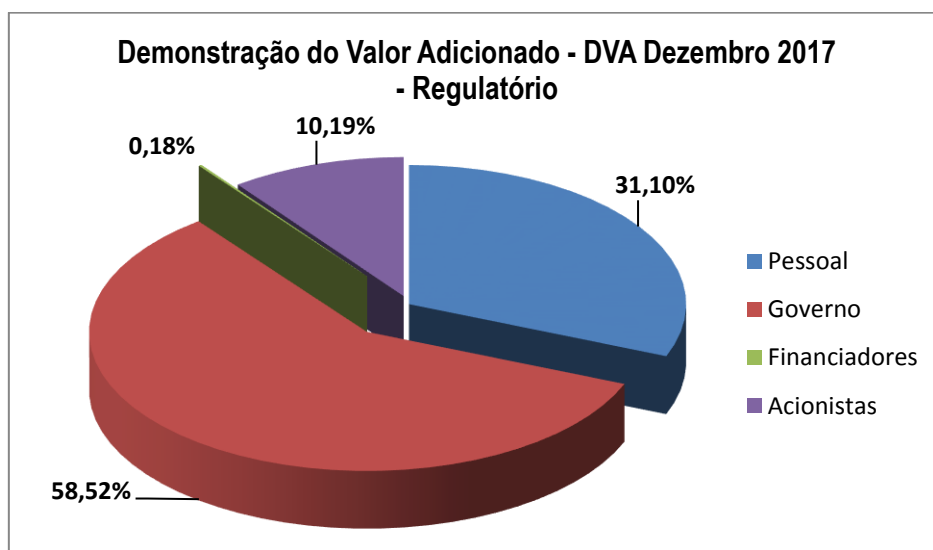
"Na Rede de Baixa Tensão tivemos um aumento no valor investido devido investimos na melhoria de rede substituindo trechos das redes com cabos de alumínio nu por cabos multiplexados diminuindo assim a intervenção na supressão da vegetação existente."

"Nas subestações de Media Tensão (Tensão Primarias de 30 a 44KV), tivemos um imprevisto que acarretou um aumento no valor investido além do que foi estimado pela manutenção em um transformador de força de 5 MVA que apresentou alto nível de gases combustíveis."

"Os valores previstos para os anos de 2019 a 2022 são estimativas, aonde teremos obras de melhoria, renovação e expansão projetados para o PDD de 2018 e para os anos seguintes temos algumas obras projetadas junto com melhorias e renovação mas as obras de mais de 02 anos futuros ainda estão em fase de estudo pois devido as alterações no fluxo de carga que tem acontecido nos últimos anos devido a retração na economia, teremos ajustes periódicos na necessidade de investimento.

Os valores previstos para o período de 2017 a 2021 são estimativas, teremos obras de melhoria de rede projetadas no PDD/2017 e para os anos seguintes estão incluídos também as obras de manutenção. Nos valores previstos na tabela anterior constam as estimativas de obras de extensão/melhoria de redes que são projetados. Não existem projetos abertos para mais de dois anos, pois as alterações são contínuas.

Valor adicionado regulatório: Em 2017, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Outorgada foi de R\$ 22.922,60 mil, representando 41,53% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Sendo a entidade uma Cooperativa, seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

Além disso, a Outorgada com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% (dez por cento) para o Fundo de reserva Legal, 10% (dez por cento) para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, e 40% (quarenta por cento) para Fundos diversos de desenvolvimento e para atendimento às exigências da regulação das atividades de distribuição de energia elétrica no tocante à manutenção da qualidade da energia elétrica distribuída e de ressarcimento de danos elétricos produzidos em equipamentos de cooperados e usuários. Quanto ao Lucro com Atos não Cooperados, foi devidamente transferido para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, conforme previsto na Lei 5764/71 e na NBC T 10.8.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da Outorgada ou permissionária é de R\$16.072,56 mil, composto por 1.607.256 mil quotas partes, com valor nominal R\$ 0,01.

Atendimento a acionistas: Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Outorgada coloca à disposição dos seus cooperados, colaboradores capacitados a esclarecer suas dúvidas e solicitações de forma presencial ou telefone da empresa.

Gestão

Planejamento empresarial: O êxito que a Outorgada vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das unidades e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das Unidades de Negócios para os horizontes de curto e médio prazos.

Gestão pela qualidade total: Em 27/04/2012 a CETRIL foi certificada na norma **ISO 9001/2008** o escopo da certificação é: “Coleta de dados e apuração de indicadores de continuidade individuais e coletivos, indicadores da qualidade do atendimento comercial e tratamento das reclamações, na área de Permissão da CETRIL”. A certificação é renovada anualmente por meio de auditoria.

Na prática, isso significa que a CETRIL possui uma sistemática para tratamento de reclamações, ou seja, toda reclamação feita é analisada e dado um parecer para o consumidor. Todas as informações passadas à ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, no que diz respeito a indicadores de falta de energia e serviços solicitados pelo consumidor, são corretas e confiáveis.

TARIFA SOCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA

A CETRIL tem aplicado a TSEE para os 512 consumidores beneficiados com a Tarifa Social - Baixa Renda (Dados 12/2017); correspondente a 1,92% das unidades consumidoras, criada pela Lei nº. 10.438, de dezembro de 2002 e alterada pela Lei nº 12.212, de janeiro de 2010, beneficiando consumidores de menor poder aquisitivo, com a aplicação de descontos incidentes sobre a tarifa aplicável à classe residencial.

Tais benefícios são concedidos aplicando-se os critérios estabelecidos na Resolução 414 de setembro de 2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, as quais preveem descontos de 65% (sessenta e cinco por cento) para a parcela do consumo mensal de energia elétrica inferior ou igual a 30 (trinta) kWh, 40% (quarenta por cento) para a parcela do consumo mensal superior a 30 (trinta) kWh e inferior ou igual a 100 (cem) kWh, e 10% (dez por cento) para a parcela do consumo mensal superior a 100 (cem) kWh e inferior ou igual a 220 (duzentos e vinte) kWh.

Obs.: Tarifa social é um desconto aplicado sobre as tarifas de energia da população de baixa renda, e atende aos inscritos no Cadastro Único e no Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social, voltados para os idosos e deficientes.

RELAÇÕES COM O MERCADO

A CETRIL acompanha os eventos proporcionados pela ANEEL, e outros incentivados e apoiados pela

INFRACOOP, FECOERESP, OCB/OCESP; bem como cursos específicos proporcionados pela OCESP/SESCOOP, além disso, procura sempre manter contatos com outros agentes do setor elétrico, principalmente com outras Cooperativas/Permissionárias.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Para CETRIL, a Responsabilidade Social está intimamente ligada a uma gestão ética e transparente que a cooperativa tem com suas partes interessadas, de forma a minimizar os impactos negativos no meio ambiente e na comunidade. A administração da CETRIL investe na responsabilidade social corporativa e desenvolve um conjunto de ações que beneficiam a sociedade.

A CETRIL recebe constantemente cartas de entidades sociais ou grupos de apoio que solicitam a ajuda da Cooperativa, tanto financeira como para doação de cestas básicas. O asilo Casa de Santa Rita é um exemplo de local que recebe, mensalmente, a doação de alimentos. Obviamente que a intenção da Cooperativa não é prestar assistencialismo, mas contribuir com as instituições estruturadas que já oferecem apoio à população carente.

AMBIENTE

Desde 2006, a CETRIL optou em construir/utilizar a rede compacta. Este novo sistema, apesar de ser mais caro, é ecologicamente correto, uma vez que preserva o meio ambiente evitando o corte de árvores.

Informamos também que as novas ligações/expansões e melhorias já são construídas com esta técnica.

Desta maneira, as redes da Cooperativa são construídas margeando as estradas, contornando áreas de vegetação.

Outorgada em números	2017	2016	%
Atendimento			
Número de consumidores	26.664	26.016	2,49%
Número de empregados	79	82	-3,66%

Número de consumidores por empregado	338	317	6,62%
Número de localidades atendidas	2	2	0,00%
Número de agências	1	1	0,00%
Número de postos de atendimento	1	1	0,00%
Número de postos de arrecadação	0	0	0,00%
Mercado			
Área de Permissão (Km ²)	939,73	939,70	0,00%
Geração própria (GWh)	0	0	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	25.244	21.767	15,97%
Distribuição direta (GWh)	70,9	68,82	3,02%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	1,96	1,94	1,03%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	674,86	621,52	8,58%
Total (exceto curto prazo)	0	0	0,00%
Residencial	752,42	693,85	8,44%
Comercial	745,73	685,54	8,78%
Industrial	748,65	688,44	8,75%
Rural	428,05	392,98	8,92%
Suprimento	0,00	0	0,00%
DEC (horas)	16,22	18,21	-10,93%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	0	0	0,00%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	106,65	104,06	2,49%
FEC (número de interrupções)	13,02	13,05	-0,23%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	368,36	465,94	-20,94%
Operacionais			
Número de usinas em operação	0	0	0,00%
Número de subestações	3	3	-100,00%
Linhas de transmissão (Km)	0	0	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	1.857	1.892	-100,00%
Capacidade instalada (MW)	92,24	92,73	1902,59%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	55.188,05	46.546,99	18,56%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	43.115,73	34.635,23	24,49%
Margem operacional do serviço líquida (%)	28,00%	34,39%	-18,59%
EBITDA OU LAJIDA	6.254,57	3.850,84	62,42%
Lucro líquido (R\$ mil)	2.539,47	1.300,31	95,30%
Lucro líquido por mil cotas	2.539,47	1.300,31	95,30%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	95.047,58	94.066,70	1,04%

Valor patrimonial por cota R\$	95.047,58	94.066,70	1,04%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	2,67%	1,38%	93,28%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	14,93%	15,09%	-1,03%
Em moeda nacional (%)	14,93%	15,09%	-1,03%
Em moeda estrangeira (%)	0,00%	0,00%	0,00%
Indicadores de Performance			
Salário Médio dos Funcionários	3,33	3,58	-6,98%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	1,00266	0,94	6,67%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	0,00	0,32	-99,07%
Retorno de ativos por unidade	0,01	0,01	40,00%

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Outorgada. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Outorgada.

Ibiúna, 10 de abril de 2018.

A Administração

Balço Patrimonial Regulatório dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado	
	2017	2016
Ativos		
Ativo Circulante	25.695,45	16.805,16
Caixa e equivalentes de caixa	10.501,93	6.035,80
Consumidores	8.567,80	7.250,06
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	182,93	548,21
Tributos compensáveis	1.358,92	296,19
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Almoxarifado operacional	558,86	803,44
Investimentos temporários	13,90	18,02
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	1.394,80	1.470,52
Despesas pagas antecipadamente	39,18	34,41
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	3.077,13	348,51
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	86.832,27	91.454,22
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	288,29	340,39
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	63,00	147,90

Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	78,70	0,15
Imobilizado	86.390,17	90.916,12
Intangível	12,11	49,66
Total do ativo	112.527,72	108.259,38
Passivo		
Passivo Circulante	10.700,89	7.277,86
Fornecedores	3.698,96	2.042,92
Empréstimos, financiamentos e debêntures	262,70	377,91
Obrigações sociais e trabalhistas	719,81	588,51
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	1.345,45	1.225,22
Provisão para litígios	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	1.058,26	609,27
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	33,07	1.815,51
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos circulantes	3.582,64	618,52
Passivos de operações descontinuadas	-	-
Passivo Não-Circulante	6.779,26	6.914,81
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	366,69	639,29
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	12,00	12,00
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	4,02	-
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-

Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	6.396,55	6.263,52
Total do passivo	17.480,15	14.192,67
Patrimônio líquido	95.047,57	94.066,71
Capital social	16.072,56	16.072,50
Reservas de capital	107,92	(643,89)
Outros resultados abrangentes	47.009,57	48.568,23
Reservas de lucros	4,92	4,92
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	-	-
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos	-	-
adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	32.825,30	28.584,33
Sobras à disposição da Assembleia	(972,70)	1.480,62
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-
Total do patrimônio líquido	95.047,57	94.066,71
Total do passivo e do patrimônio líquido	112.527,72	108.259,38

As Notas Explicativas são partes integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado	
	2017	2016
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	55.188,05	46.546,99
Fornecimento de energia elétrica	18.884,25	17.088,92
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	28.931,18	25.794,99
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	325,74	465,22
Serviços cobráveis	133,92	117,20
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	5.445,68	2.591,57
Outras receitas	1.467,28	489,09

Tributos	(8.348,89)	(7.448,31)
ICMS	(7.930,20)	(7.123,36)
PIS-PASEP	(73,99)	(57,05)
COFINS	(344,70)	(267,90)
ISS	-	-
Encargos - Parcela "A"	(3.723,43)	(4.463,44)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	(120,65)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	(102,41)
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(2.146,80)	(3.396,67)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(122,19)	(93,27)
Outros encargos	(1.454,44)	(750,44)
Receita líquida / Ingresso líquido	43.115,73	34.635,24
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(17.284,00)	(12.952,21)
Energia elétrica comprada para revenda	(17.284,00)	(13.147,86)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	195,65
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	25.831,73	21.683,03
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(24.631,88)	(21.110,63)
Pessoal e administradores	(10.993,31)	(11.226,69)
Material	(2.661,09)	(1.724,49)
Serviços de terceiros	(5.366,76)	(4.317,67)
Arrendamento e aluguéis	(45,86)	(29,42)
Seguros	(76,93)	(83,44)
Doações, contribuições e subvenções	(129,03)	(126,09)
Provisões	(115,78)	(67,53)

Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	29,68	89,03
Tributos	(217,58)	(139,33)
Depreciação e amortização	(4.938,94)	(3.210,91)
Gastos diversos	(496,81)	(89,33)
Outras Receitas Operacionais	1.168,95	489,55
Outras Despesas Operacionais	(788,42)	(674,31)
Resultado da Atividade	1.199,85	572,40
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	1.987,79	814,62
Despesas financeiras	(105,32)	(312,19)
Receitas financeiras	2.093,11	1.126,81
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	3.187,64	1.387,02
Despesa com impostos sobre os lucros	(648,17)	(86,71)
Resultado líquido das operações em continuidade	2.539,47	1.300,31
Operações descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-
Lucro por ação	0,16	0,08
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,16	0,08
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

As Notas Explicativas são partes integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstração do Resultado Regulatório Abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado	
	2017	2016
Resultado do exercício		
Outros resultados abrangentes	-	-
Reserva de reavaliação	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	-	-
Diferenças atuariais	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Atribuível a:		
Acionistas Controladores	-	-
Acionistas Não Controladores	-	-

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Regulatório dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	16.072,42	(688,31)	11.206,62	996,78	-	26.027,62	835,16	-	54.450,29
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	0,08	-	-	-	-	-	-	-	0,08
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(+/-) Ajustes Societários - IFRS	-	44,42	-	-	-	-	152,07	-	196,49
Reavaliação Regulatória	-	-	37.361,61	-	-	-	-	-	37.361,61
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	1.822,02	-	1.822,02
Reserva legal	-	-	-	-	-	182,20	(182,20)	-	-
FATES	-	-	-	(98,29)	-	516,71	(182,20)	-	236,22
Reservas de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	(893,57)	-	1.857,80	(964,23)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	16.072,50	(643,89)	48.568,23	4,92	-	28.584,33	1.480,62	-	94.066,71

Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	0,06	-	-	-	-	-	-	-	0,06
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(+/-) Ajustes Societários - IFRS	-	751,81	-	-	1.305,30	-	(1.601,56)	-	455,55
Reavaliação Regulatória	-	-	(1.558,66)	-	-	-	-	-	(1.558,66)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	2.083,92	-	2.083,92
Reserva legal	-	-	-	-	-	368,83	(368,83)	-	-
FATES	-	-	-	-	(1.305,30)	1.674,13	(368,83)	-	(0,00)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	2.198,01	(2.198,01)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	16.072,56	107,92	47.009,57	4,92	-	32.825,30	(972,69)	-	95.047,58

Demonstração dos Fluxos de Caixa Regulatório dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e
2016. (Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.605,62	2.907,11
Fornecimento de Energia	47.818,37	43.326,02
Suprimento de Energia	-	-
TUSD de Consumidores Livres e Geradores	-	-
Suprimento a Concessionárias	-	-
Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo	-	-
Recebimento de RAP de Transmissão	-	-
Repasso do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	6.033,21	3.095,16
Outros Recebimentos Operacionais	621,27	528,74
Fornecedores - Materiais e Serviços	(11.942,24)	(12.168,31)
Fornecedores - Energia Elétrica	(14.757,09)	(13.101,72)
Salários e Encargos Sociais	(6.493,47)	(6.819,49)
Tributos sobre a Receita - Federais	(5.368,84)	(3.761,80)
Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais	(7.584,56)	(6.876,03)
Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL)	-	-
Encargos de Transmissão	-	-
Demais Encargos Regulatórios	(1.574,68)	(780,98)
Outras Despesas Operacionais	(1.146,35)	(534,48)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(759,95)	(969,17)
Aquisição de Participações Societárias	-	-
Aportes / Aumento de Capital em Controladas	-	-
Investimentos	-	-
Imobilizado	(2.257,65)	(1.337,18)
Intangível	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos	-	-
Empréstimos / Mútuos Concedidos	-	-
Proventos Recebidos	1.497,70	368,01
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	4.845,67	1.937,94
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(379,54)	(397,79)
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Empréstimos e Financiamentos Pagos	(379,54)	(397,79)
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-

Integralização de Capital		
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	4.466,13	1.540,15
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.466,13	1.540,15
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.466,13	1.540,15
No início do exercício	6.035,80	4.495,65
No fim do exercício	10.501,93	6.035,80

As Notas Explicativas são partes integrante das Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente, esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em

dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações. No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão. De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia com conexão direta

à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas na nota explicativa número 2, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil

garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 31 de outubro de 2013. A depreciação é calculada pelo método linear tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos

juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota explicativa nº 05. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL. A reavaliação foi registrada em 31 de outubro de 2013, com base em Laudo de Reavaliação e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 30 de setembro de 2013.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o

comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					Total 2017	Total 2016
	A VENCER		VENCIDA					A VENCER		VENCIDA				
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos		
Fornecimento de Energia	6.037,77	-	1.601,72	24,82	56,13	434,53	(535,36)	102,21	-	-	-	(35,77)	7.686,05	6.715,86
Residencial	2.949,43	-	1.159,99	24,57	55,09	256,72	(349,51)	94,84	-	-	-	(27,22)	4.163,91	3.608,88
Industrial	112,51	-	67,13	-	-	117,25	(117,25)	-	-	-	-	-	179,64	216,49
Comercial	255,67	-	42,83	0,07	0,56	16,11	(16,78)	4,50	-	-	-	-	302,96	268,50
Rural	484,05	-	201,73	0,18	0,48	44,27	(44,88)	2,87	-	-	-	(8,55)	680,15	553,55
Poderes Públicos	28,74	-	18,51	-	-	-	-	-	-	-	-	-	47,25	35,82
Iluminação Pública	116,85	-	111,53	-	-	0,18	(0,18)	-	-	-	-	-	228,38	297,31
Serviço Público	12,24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12,24	8,44
Serviço Taxado	27,64	-	-	-	-	-	(6,76)	-	-	-	-	-	20,88	18,96
Fornecimento Não Faturado	2.050,64	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.050,64	1.707,89
(-) Arrecadação Processo Classif .	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	6.037,77	-	1.601,72	24,82	56,13	434,53	(535,36)	102,21	-	-	-	(35,77)	7.686,05	6.715,86

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

Critérios

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias; e
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos a mais de 360 dias.

Durante o ano de 2017 não houve realização da provisão, uma vez que não "levamos consumidores a reserva" por terem sido esgotados todas as alternativas de cobrança e recuperação de valores.

5. Imobilizado

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	146.089,34	-	(1.499,82)	2.602,49	(2.816,14)	144.375,87	1.102,67	(62.112,23)	82.263,64	86.658,32	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	285,80	-	-	-	-	285,80	-	(213,83)	71,97	75,34	-	-	-
Máquinas e equipamentos	145.803,54	-	(1.499,82)	2.602,49	(2.816,14)	144.090,07	1.102,67	(61.898,40)	82.191,67	86.582,98	-	-	-

Veículos	-							-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	5.287,83	-	(228,36)	296,11	-	5.355,58	67,75	(3.214,35)	2.141,23	2.253,74	-	-	-
Terrenos	551,71	-	-	-	-	551,71	-	-	551,71	551,71	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.561,39	-	-	-	-	1.561,39	-	(1.066,42)	494,97	546,96	-	-	-
Máquinas e equipamentos	2.192,53		(81,60)	109,39	-	2.220,32	27,79	(1.708,40)	511,92	562,68	-	-	-
Veículos	760,47		(146,76)	183,16	-	796,87	36,40	(303,37)	493,50	498,72	-	-	-
Móveis e utensílios	221,73		-	3,56	-	225,29	3,56	(136,16)	89,13	93,67	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	151.377,17	-	(1.728,18)	2.898,60	(2.816,14)	149.731,45	1.170,42	(65.326,58)	84.404,87	88.912,06	-	-	-

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	1.999,01	2.639,41	-	(2.658,18)	-	1.980,24	(18,77)	-	1.980,24	1.999,01	-	-	-
Máquinas e equipamentos	114,47	2.639,41	-	(2.602,49)	-	151,39	36,92	-	151,39	114,47	-	-	-
Outros	1.884,54	-	-	(55,69)	-	1.828,85	(55,69)	-	1.828,85	1.884,54	-	-	-
Administração	5,06	296,11	-	(296,11)	-	5,06	-	-	5,06	5,06	-	-	-
Máquinas e equipamentos	5,06	109,39	-	(109,39)	-	5,06	-	-	5,06	5,06	-	-	-
Outros	-	186,72	-	(186,72)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	2.004,07	2.935,52	-	(2.954,29)	-	1.985,30	(18,77)	-	1.985,30	2.004,07	-	-	-

Total do Ativo Imobilizado	153.381,24	2.935,52	(1.728,18)	(55,69)	(2.816,14)	151.716,75	1.151,65	(65.326,58)	86.390,17	90.916,13	-	-	-
-----------------------------------	-------------------	-----------------	-------------------	----------------	-------------------	-------------------	-----------------	--------------------	------------------	------------------	----------	----------	----------

A composição do intangível é como segue :

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Ativo Intangível em Serviço										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	43,52	-	-	-	-	43,52	-	(43,52)	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	43,52	-	-	-	-	43,52	-	(43,52)	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	937,66	-	-	-	-	937,66	-	(925,55)	12,11	49,66
Softwares	937,66	-	-	-	-	937,66	-	(925,55)	12,11	49,66
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	981,18	-	-	-	-	981,18	-	(969,07)	12,11	49,66
Ativo Intangível em Curso										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Servidões	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-

Total do Ativo Intangível	981,18	-	-	-	-	981,18	-	(969,07)	12,11	49,66
----------------------------------	---------------	---	---	---	---	---------------	---	-----------------	--------------	--------------

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	145.803,54	2.602,49	(1.499,82)	-	(2.816,14)	144.090,07	1.102,67
Transformador de Distribuição	9.312,92	789,21	(510,72)	-	-	9.591,41	278,49
Medidor	6.315,07	334,81	(369,86)	-	-	6.280,02	(35,05)
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	130.175,55	1.478,47	(619,24)	-	(2.816,14)	128.218,64	859,23
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	-	-	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D	-	-	-	-	-	-	-
Universalização	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

	2017			2016	
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Liquido	Valor Liquido
Em serviço					
Geração	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Distribuição	7,58	144.375,86	(62.112,23)	82.263,63	86.658,31
Custo histórico	3,77	62.260,40	(24.552,20)	37.708,20	38.090,08
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	3,81	82.115,46	(37.560,03)	44.555,43	48.568,23
Administração	5,52	5.355,59	(3.214,35)	2.141,24	2.253,74
Custo histórico	5,52	5.355,59	(3.214,35)	2.141,24	2.253,74
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Em curso	-	1.985,30	-	1.985,30	2.004,07
Geração	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-
Distribuição	-	1.980,24	-	1.980,24	1.999,01
Administração	-	5,06	-	5,06	5,06
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/ Equipamento	Serviços de Terceiro	Mão de obra própria	Juros Capitalizados	Depreciação / Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	563,37	1.777,80	321,21	-	-	49,50	2.711,88
Móveis e Utensílios	3,56	-	-	-	-	-	3,56
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de	-	-	-	-	-	-	-
Materiais	-	-	-	-	-	-	-
Material em Depósito	-	-	-	-	-	-	-
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total das Adições	566,93	1.777,80	321,21	-	-	49,50	2.715,44

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL número 674 de 2015, são as seguintes:

Distribuição	Percentual
Banco de capacitores (tensão inferior a 69 kV)	6,67
Chave de distribuição (tensão inferior a 69 kV)	6,67
Condutor do sistema (classe de tensão inferior a 69 kV)	3,57
Estrutura do sistema (Poste)	3,57
Regulador de tensão (tensão inferior a 69 kV)	4,35
Transformador (tensão inferior a 69 kV)	4,35
Administração central	-
Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são

vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

CONSOLIDADO

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1-TRANSFORMADOR DE FORÇA 5/6,25 MVA , 24,2/13,8 KVA	285,31
2- VEICULO HILUX CS DSL 4X4	113,49
3- VEICULO - GUINDASTE	58,28
4- VEICULO SAVEIRO VW/NOVA TL MBVS	39,87
5- VEICULO PALIO FAIRE WAY	29,80
6- RELIGADOR ÓLEO, 3F, 15KVA, 400A, KFE	10,55
7- TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 3F, 15KVA/220/127V, 75KVA	9,72
8- TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 3F, 15KVA/220/127V, 75KVA	8,46
9- TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 3F, 15KVA/220/127V, 75KVA	8,25
10- TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 3F, 15KVA/220/127V, 75KVA	8,15

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

CONSOLIDADO

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - TRANSFORMADOR DE FORÇA TR-01	270,00
2 - VEÍCULO: RANGER 4 X 4 CABINE DUPLA	146,76
3 - VEÍCULO: CAMINHÃO FORD F-14000 ANO 1989	77,15
4 - REGULADOR DE TENSÃO 7,96 114,3 KVA 200A MONOFASICO 1	21,24
5 - REGULADOR DE TENSÃO 7,96 114,3 KVA 200A MONOFASICO 1	21,24
6 - REGULADOR DE TENSÃO 7,96 114,3 KVA 200A MONOFASICO 1	21,24
7 - RELIGADOR - ÓLEO, 3F, 15KV, 400A, KFE.	11,18
8 - RELIGADOR - ÓLEO, 3F, 15KV, 400A, KFE.	11,18
9 - RELIGADOR - ÓLEO, 3F, 15KV, 400A, KFE.	11,18
10 - RELIGADOR - ÓLEO, 3F, 15KV, 400A, KFE.	9,99

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

A CETRIL não possui contabilização de compensação de variação de custos da Parcela A no exercício de 2017.

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Programas sociais e governamentais

A Empresa, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

ii) Quota parte de energia nuclear

Em 9 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.111/2009 alterou a regulamentação referente à comercialização da energia proveniente da Eletronuclear, estabelecendo que, a partir de 1º de janeiro de 2013 o pagamento à Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 será rateado entre todas as Outorgadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, sendo a tarifa dessa energia proveniente da Eletronuclear calculada e homologada anualmente pela ANEEL. Adicionalmente, o art. 12 da Lei nº 12.111/2009 autoriza a Eletronuclear a repassar para Furnas, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa praticada pela Eletronuclear e a tarifa de referência.

iii) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A

iv) Sobrecontratação

O Decreto n° 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL n° 255, de 6 de março de 2007.

v) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

Não tivemos diferimento de reajustes tarifários em nossa Permissionária nos exercícios de 2016 e 2017. Não tivemos, porém, os efeitos da Bolha Financeira ocasionada pelo atraso da Revisão Tarifária Periódica de 2012, cuja publicação foi realizada em exercícios seguintes com efeitos retroativos.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2016	Adição	Amortização	Remuneração	Transfe-rencias	Saldo em 31/12/2017	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	1.470,52	1.189,75	(1.187,62)	9,93	(87,78)	1.394,80	966,68	428,12	1.394,80	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	268,64	132,91	(19,60)	9,93	(89,20)	302,68	90,83	211,85	302,68	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	1.201,88	1.056,84	(1.168,02)	-	1,42	1.092,12	875,85	216,27	1.092,12	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	1.470,52	1.189,75	(1.187,62)	9,93	(87,78)	1.394,80	966,68	428,12	1.394,80	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2016	Adição	Amortização	Remuneração	Transfe-rencias	Saldo em 31/12/2017	Valores em Amortizacão	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	1.815,51	111,38	(1.813,37)	0,04	(76,47)	37,09	26,03	11,06	33,07	4,02
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	344,93	95,24	(342,45)	0,04	(66,40)	31,36	24,32	7,04	31,36	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	1.470,58	16,14	(1.470,92)		(10,07)	5,73	1,71	4,02	1,71	4,02
Total Passivos Financeiros Setoriais	1.815,51	111,38	(1.813,37)	0,04	(76,47)	37,09	26,03	11,06	33,07	4,02

7. Empréstimos e Financiamentos

Abertura do Endividamento – R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Datas de captação repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortização	Sistemática de Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						Total	
																2018	2019	2020	2021	2022	2023+		
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 01 (informar instituição ou linha)	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 02	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	111,20	151,49	366,69	629,38					2,00%							115,79	115,79	115,79	19,32	-	-	-	366,69
Fianciamento RGR/LPT contrato ECFS 099/2005	2,10	3,16	-	5,26	Sim	22/11/07	Outras	RGR	1,00%	25/01/18	Mensal	25/01/18	30/11/17	Mensal	Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Fianciamento RGR/LPT contrato ECFS 247/2008	109,10	146,80	366,69	622,59	Sim	10/02/11	Outras	RGR	1,00%	25/01/18	Mensal	25/01/18	28/02/21	Mensal	Outros	115,79	115,79	115,79	19,32	-	-	-	366,69
ITAU S/A - CONTA GARANTIDA	-	1,53	-	1,53	Sim		Outras					25/01/18				-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas Tributárias (Refis, Paes,...)	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-	-
União	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-	-
União 01	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-	-
União 02	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-	-
Estado	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-	-
Estado 02	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-	-
Município	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-	-

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Datas de captação repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortização	Sistemática de Amortização	2018	2019	2020	2021	2022	2023+	Total
Dívidas com Fundo de Pensão	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Pensão 01	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Pensão 02	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Dívidas com Agentes do Setor	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 01 (credor ou encargo?)	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 02	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 01	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Outros 01	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Outros 02	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Total por Dívida	111,20	151,49	366,69	629,38					0,02							115,79	115,79	115,79	19,32	-	-	366,69
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	111,20	151,49	366,69	629,38					0,02							115,79	115,79	115,79	19,32	-	-	366,69
Tributária	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Mútuos (Empresas Relacionadas)	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-

Abertura dos Ativos Financeiros – R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Datas de captação repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortização	Sistemática de Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo							
																2018	2019	2020	2021	2022	2023+	Total	
Ativos Financeiros	-	-	-	-					-														
Caixa e Aplicações Financeiras	-	10.501,93	-	10.501,93					-														
Saldo Final de Caixa - Conta 111	-	-	-	-					-														
Aplic. Financ. CDB	-	-	-	-					-														
Aplic. Financ. Fundos DI	-	-	-	-					-														
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	-	13,89	-	13,89					-														
BANCO DO BRASIL S/A - OUROCAP	-	4,74	-	4,74	Sim				-					Mensal									
OUROCAP PU	-	9,15	-	9,15	Sim				-														
Mútuos Ativos	-	-	-	-					-														
Mútuos 01	-	-	-	-					-														
Mútuos 02	-	-	-	-					-														

Abertura dos Instrumentos Derivativos – R\$ Mil

INSTRUMENTO DERIVATIVOS	Instituição Contra parte	Data Início	Vencimento	Custo Ponta Ativa	Custo Ponta Passiva	R\$ Mil Valor Contratado	Fair Value R\$Mil
Total Derivativos				-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	2017	Total 2016
Dívida Bruta	111,20	151,49	366,69	629,38	1.017,18
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	111,20	151,49	366,69	629,38	1.017,18
Tributária	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intrasetoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-
Intrasetoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Derivativos a Pagar	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	-	(10.515,82)	-	(10.515,82)	(6.053,82)
Alta Liquidez	-	(10.501,93)	-	(10.501,93)	(6.035,80)
Demais Aplicações Financeiras	-	(13,89)	-	(13,89)	(18,02)
Derivativos a Receber	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Dívida Líquida	111,20	(10.364,33)	366,69	(9.886,44)	(5.036,64)

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A CETRIL não possui imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias nos exercícios 2016 e 2017.

9. Provisões para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2016	12,00	-	-	-	-	12,00
Constituição		-	-	-	-	-
Baixas/reversão		-	-	-	-	-
Atualização	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2017	12,00	-	-	-	-	12,00

10. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço	18,84%	(5.626,77)	-	-	(5.626,77)
Participação da União, Estados e Municípios	3,78%	(2.589,23)	-	-	(2.589,23)
Participação Financeira do Consumidor	3,69%	(1.101,22)	-	-	(1.101,22)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	3,77%	(575,06)	-	-	(575,06)
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	3,81%	(148,22)	-	-	(148,22)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	3,79%	(1.213,04)	-	-	(1.213,04)
Outros	0,00%	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda		-	-	-	-
Excedente de reativos		-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	0,00%	522,52	-	-	522,52
Participação da União, Estados e Municípios		286,30	-	-	286,30
Participação Financeira do Consumidor		71,94	-	-	71,94
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		71,74	-	-	71,74
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento		23,36	-	-	23,36
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		69,18	-	-	69,18

Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	18,84%	(5.104,25)	-	-	(5.104,25)

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (a)	Baixas (b)	Transfências (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas (a)-(b)+(c)	Amortização o Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Em serviço	(5.349,05)	-	-	(277,72)	-	(5.626,77)	(277,72)	522,52	(5.104,25)	(5.035,09)
Participação da União, Estados e Municípios	(2.589,23)	-	-	-	-	(2.589,23)	-	286,30	(2.302,93)	(2.401,53)
Participação Financeira do Consumidor	(823,50)	-	-	(277,72)	-	(1.101,22)	(277,72)	71,94	(1.029,28)	(787,78)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(575,06)	-	-	-	-	(575,06)	-	71,74	(503,32)	(525,22)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	(148,22)	-	-	-	-	(148,22)	-	23,36	(124,86)	(130,51)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	(1.213,04)	-	-	-	-	(1.213,04)	-	69,18	(1.143,86)	(1.190,05)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	(5.349,05)	-	-	(277,72)	-	(5.626,77)	(277,72)	522,52	(5.104,25)	(5.035,09)

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (a)	Baixas (b)	Transfren cias (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Liquidadas (a)-(b)+(c)	Amortizaçã o Acum.	Valor Liquido em 31/12/2017	Valor Liquido em 31/12/2016
Em Curso	(1.190,00)	(328,55)	-	277,72	-	(1.240,83)	(50,83)	-	(1.240,83)	(1.190,00)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(667,50)	(278,47)	-	277,72	-	(668,25)	(0,75)	-	(668,25)	(667,50)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	(372,73)	(22,25)	-	-	-	(394,98)	(22,25)	-	(394,98)	(372,73)
Valores Não Aplicados	(149,77)	(27,83)	-	-	-	(177,60)	(27,83)	-	(177,60)	(149,77)
Outros	(38,43)	(13,04)	-	-	-	(51,47)	(13,04)	-	(51,47)	(38,43)
Ultrapassagem de demanda	(38,43)	(13,04)	-	-	-	(51,47)	(13,04)	-	(51,47)	(38,43)
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	(1.228,43)	(341,59)	-	277,72	-	(1.292,30)	(63,87)	-	(1.292,30)	(1.228,43)

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

CONSOLIDADO	
Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - Participação Financeira do Consumidor - contrato - 2903717	-6,25
2 - Participação Financeira do Consumidor - contrato - 2969717	-4,28
3 - Participação Financeira do Consumidor - contrato - 1125417	-3,96
4 - Participação Financeira do Consumidor - contrato - 1066416	-3,46
5 - Participação Financeira do Consumidor - contrato - 4390816	-3,02
6 - Participação Financeira do Consumidor - contrato - 2934316	-2,33
7 - Participação Financeira do Consumidor - contrato - 2571217	-2,30
8 - Participação Financeira do Consumidor - contrato - 2571217	-2,30
9 - Participação Financeira do Consumidor - contrato - 1762517	-2,30
10 - Participação Financeira do Consumidor - contrato - 3094817	-2,19

Não ocorreram baixas de obrigações especiais no exercício de 2017.

11. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2017 representa R\$ 16.072,56 (Reais/mil), sendo composto por 1.607.256.126 (Hum bilhão, seiscentos e sete milhões, duzentos e cinquenta mil e cento e vinte e seis) cotas de responsabilidade limitada de R\$ 0,01 cada, com a seguinte composição:

Cotistas		Cotas	%
O quadro de sócios/quotistas da CETRIL é composto de 23.335 Unidades Consumidoras com o Capital Social Integralizado Real/Mil de: (1)		16.072,56	100,00
Sócios Controladores que fazem parte da Diretoria - Conselhos Administrativo e Fiscal:			
1 - Nélio Antonio Leite	Presidente	1,74	0,0108
2 - Fernando Vieira Branco	Vice Presidente	0,23	0,0014
3 - Paulo Dias de Moraes	Secretário	1,35	0,0084
4 - Araldo Ribeiro da Silva	Diretor	1,07	0,0010
5 - Luiz Vieira de Góes	Diretor	0,45	0,0028
6 - Roque José Pereira	Diretor	0,46	0,0029

7 - Richard Guimaraes	Conselho Fiscal	0,25	0,0014
8 - Paulo Kenji Sasaki	Conselho Fiscal	0,68	0,0042
9 - Leôncio Ribeiro da Costa	Conselho Fiscal	0,46	0,0029
10 - Alcides Machado de oliveira	Conselho Fiscal (Suplente)	0,23	0,0015
11 - Cleiton Rodrigo Domingues Lago	Conselho Fiscal (Suplente)	0,24	0,0015
12 - Vicente de Assis Vidal Domingues	Conselho Fiscal (Suplente)	0,24	0,0014

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

(1) O Capital Social Subscrito da Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região - CETRIL em 31 de dezembro de 2017 representa R\$/Mil 16.086,53 e o capital a integralizar representa R\$/Mil 13,97, cujo processo de individualização e o seu controle encontra-se informatizado e devidamente conciliados com as fichas de matriculas e o saldo contábil.

Reservas de Capital

	2017	2016
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	-	-
Doações e subvenções para investimentos	-	-
Conta de resultados a compensar (CRC)	-	-
Outras	107,92	-643,89
Total	107,92	(643,89)

Reservas de lucros

	2017	2016
Reserva legal	-	-
Lucros a realizar	-	-
Reservas para Contingências	-	-
Reserva para investimentos	4,92	4,92
Total	4,92	4,92

Reservas de Sobras

	2017	2016
Reserva legal	1.606,54	1.237,71
Lucros a realizar	-	-
FATES	3.952,89	2.278,76
Reservas Estatutárias	27.265,88	25.067,86
Total	32.825,31	28.584,33

	2017	2016
Outros Resultados Abrangentes	47.009,57	48.568,23
Capital Social	16.072,56	16.072,50
Sobras e Perdas a Disposição da Assembleia	-972,70	1.480,62
Total do Patrimônio Líquido	95.047,58	94.066,71

Além disso, a Outorgada com base na Lei 5.764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal, 5% de Reserva para FATES e 10% de Reserva de Desenvolvimento.

12. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Fornecimento - Faturado	26.664	26.016	70.857	68.817	47.488,36	42.790,21
Residencial	24.773	24.189	48.670	46.859	36.280,92	32.517,68
Industrial	15	470	1.925	1.873	1.178,91	1.224,76
Comercial	483	17	3.861	3.668	2.869,08	2.506,84
Rural	1.229	1.177	12.882	12.953	5.469,99	5.090,08
Poder público	85	85	370	359	274,30	246,45
Iluminação pública	68	68	2.950	2.934	1.267,01	1.084,50
Serviço público	11	10	199	171	148,15	119,90
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	28.931,18	25.794,99
Consumidores Cativos	-	-	-	-	28.931,18	25.794,99
Consumidores Livres	-	-	-	-	-	-
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	-	-
Permissionárias	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências	-	-	-	-	(28.946,85)	(25.809,17)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	(5,63)	(4,52)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	(10,04)	(9,66)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatorias	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ TUSD - Consumidores Cativos	-	-	-	-	(28.931,18)	(25.794,99)

Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	342,74	107,87
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	1.467,28	489,09
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	-	-	-	-	325,74	465,22
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	133,92	117,20
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	5.445,68	2.591,57
Total	26.664,00	26.016	70.857,00	68.817,00	55.188,05	46.546,98

13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica- CCEE

Nos exercícios de 2016 e 2017, a Outorgada não efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

14. Pessoal e Administradores

	2017	2016
Pessoal	9.604,47	9.988,30
Remuneração	5.792,61	6.353,78
Encargos	2.472,50	2.427,97
Previdência privada - Corrente	-	-
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	0,22	(3,96)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	1.266,19	1.178,29
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	72,95	32,22
Administradores	1.388,85	1.238,39
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	1.356,53	1.210,03
Benefícios dos administradores	32,32	28,36
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	10.993,32	11.226,69

15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social.

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2017	2016
Sobras (Perdas) antes do imposto de renda e contribuição social	3.187,64	1.387,02
Ajustes Efeitos IFRS	2.454,14	751,81
Lucro Ajustado	5.641,78	2.138,83
Ajustes Lalur	(3.664,80)	(1.813,20)
Base de Cálculo Fiscal	1.976,98	325,63
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	(648,17)	(86,71)
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a Cofins	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(648,17)	(86,71)

16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

Em virtude da empresa ser uma Permissionária, onde apenas apresentamos as atividades de Distribuição e Administração, não reconhecemos a necessidade de preenchimento desse quadro referente as Demonstrações do Resultado do Exercício segregados por atividade.

17. Revisão Tarifária

17.1. Revisão Tarifária Periódica

Entre 10 de outubro de 2010 a 20 de outubro de 2010, a ANEEL submeteu à Audiência Pública nº 040/2010 as metodologias e os critérios gerais para o terceiro ciclo de revisões tarifárias periódicas das concessionárias de serviço público de distribuição de energia

Após análise das contribuições recebidas, a ANEEL aprimorou as propostas metodológicas e as submeteu à segunda etapa de Audiência Pública, no período de 16 de março a 03 de junho de 2011, de modo

a proporcionar aos interessados a oportunidade de oferecer contribuições adicionais para a metodologia e critérios a serem adotados.

Por fim, a Resolução Normativa nº 457, de 08 de novembro de 2011, alterada pela Resolução Normativa nº 640, de 16 de dezembro de 2014, aprovou o Módulo 2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, o qual definiu a metodologia e os procedimentos gerais para realização do Terceiro Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica - 3CRTP.

Para as permissionárias iniciou-se o processo de discussão da metodologia de revisão tarifária com a Audiência Pública nº 019/2011, que culminou na publicação dos Submódulos 8.1 e 8.3, que disciplinam a regra de revisão tarifária.

De acordo com o contrato de concessão, a revisão tarifária desta Cooperativa permissionária deveria ter ocorrido no dia 30 de junho de 2012. Tendo em vista as discussões em andamento da metodologia a ser aplicada no 1º ciclo de revisão tarifária, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 1.373/2012, resolveu prorrogar a vigência das Tarifas da Resolução Homologatória nº 1.224/2011, até que a nova metodologia seja definida e aplicada.

Com o respaldo na Medida Provisória nº 579 de 2012, convertida na lei nº 12.783, de 2013, as tarifas da Cetril constantes na Resolução Homologatória nº 1.373/2012, foram redefinidas para refletir os efeitos da renovação das concessões de geração e transmissão, além da redução de encargos setoriais e da retirada de subsídios da estrutura tarifária. As tarifas foram publicadas na Resolução Homologatória nº 1.570, de 16 de julho de 2013, representando um reposicionamento tarifário de -17,80%.

Com o estabelecimento da metodologia do Primeiro Ciclo de Revisão Tarifária Periódica, foi publicada a Resolução Homologatória nº 1.633, de 30 de setembro de 2013, que homologou a primeira revisão tarifária da Cetril, com o reposicionamento tarifário de 0,08%.

O Contrato de Permissão nº 08/2008, que regula a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica na área de permissão da Cetril, define a data de 30 de outubro de 2016 para aplicação dos resultados de sua segunda revisão tarifária periódica.

A Resolução Normativa 704, de 23 de março de 2016, aprovou o Submódulo 8.4 e a revisão dos Submódulos 8.1, 8.2 e 8.3 do PRORET – Procedimentos de Regulação Tarifária, que definem as regras de reajuste e revisão tarifária das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica e minuta de termo aditivo ao contrato de permissão.

Pela nova regra, as permissionárias poderiam optar por assinar novo termo aditivo ao contrato de permissão ficando livres para definirem a Parcela B seguindo a metodologia do PRORET 8.4 ou continuar com tarifas definidas pelo PRORET 8.1.

A Cetril, optou por não celebrar termo aditivo contratual e permanece com as tarifas estabelecidas pela ANEEL seguindo a metodologia do Submódulo 8.1 do PRORET.

Aplicando-se as metodologias definidas no Submódulo 8.1 do PRORET em relação à Cetril resultaram nos seguintes parâmetros que serão observados na definição das tarifas de referência no período 30 de outubro de 2016 a 29 de outubro de 2017.

Tabela 11 - Resultados da Revisão Tarifária

Processo tarifário	Varição	Participação no processo tarifário	Participação na Receita
ENCARGOS SETORIAIS	-34,42%	-4,23%	7,27%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	44,50%	0,10%	0,30%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	-38,48%	-3,85%	5,55%
PROINFA	35,52%	0,41%	1,42%
P&D e Eficiência Energética	0,00%	-0,90%	0,00%
ENERGIA COMPRADA	7,96%	2,34%	28,56%
Energia	7,96%	2,34%	28,56%
TRANSPORTE DE ENERGIA	-3,62%	-0,12%	2,78%
Uso do sistema de distribuição	-3,62%	-0,12%	2,78%
Total de Parcela A	-4,48%	-2,01%	38,61%
Total de Parcela B	23,51%	12,96%	61,39%
Varição econômica		10,95%	
COMPONENTES FINANCEIROS		Participação	
Repasso de PIS COFINS suprimento		3,62%	
Neutralidade Encargos Setoriais		-1,22%	
Compensação DIC FIC		-0,01%	
Retenção de Adicionais de Bandeiras Tarifárias		-5,35%	
Total Financeiros		-2,97%	
Varição econômica e financeira		7,98%	

Comparativamente à proposta submetida à Audiência Pública, pode-se constatar, conforme tabela a seguir, uma queda de 4,76%, na variação econômica e financeira, que se deve, sobretudo, à redução do custo da energia comprada, que representou um impacto negativo de 5,17% do efeito médio calculado na AP.

Tabela 12 – Análise comparativa: Audiência Pública versus Proposta Final

Processo Tarifário	AP	FINAL	Diferença
Encargos Setoriais	-4,21%	-4,23%	-0,02%
Energia Comprada	6,03%	2,34%	-3,69%
Transporte de Energia	-0,01%	-0,12%	-0,10%
Parcela A	1,80%	-2,01%	-3,81%
Parcela B	13,81%	12,96%	-0,85%
Variação Econômica	15,61%	10,95%	-4,66%
Componentes Financeiros	-2,87%	-2,97%	-0,10%
Variação Econômica e Financeira	12,74%	7,98%	-4,76%
Retirada dos Componentes Financeiros	-0,55%	-0,95%	-0,40%
Efeito médio a ser percebido pelos Consumidores	12,19%	7,03%	-5,17%

A tabela a seguir reproduz os efeitos médios s serem percebidos pelos consumidores.

Tabela 12 - Efeito médio ao consumidor

Grupo de consumo	Variação Tarifária
AT - Alta Tensão ($\geq 2,3$ kV)	-21,81%
BT - Baixa Tensão ($< 2,3$ kV)	7,51%
Efeito médio geral	7,03%

17.2. Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IGP-M, ajustado pela aplicação do Fator X, conforme mencionado no parágrafo anterior, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 1.978, de 27 de outubro de 2015, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Outorgada resultantes do processo

de reajuste tarifário de 2015, cujo reajuste médio foi de 25,75%, correspondendo a um efeito médio de 26,53% percebido pelos consumidores.

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica atingiu em dezembro de 2017 o valor de R\$ 674,86/MWh, com aumento de aproximadamente 8,58% com relação a dezembro de 2016. Para o novo ciclo tarifário, de 30 de outubro de 2017 a 29 de outubro de 2018 as tarifas foram fixadas pela ANEEL por meio da Resolução Homologatória/ ANEEL nº 2.320 de 24 de outubro de 2017.

17.3. Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- b) As inclusões entre as datas-bases do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
- c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-bases do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);
- d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e
- e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

- f) Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	144.352,10
(2) Índice de Aproveitamento Integral	
(3) Obrigações Especiais Bruta	
(4) Bens Totalmente Depreciados	11.330,17
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	133.021,94
(6) Depreciação Acumulada	56.217,13
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	-
(10) Almojarifado em Operação	433,06
(11) Ativo Diferido	
(12) Obrigações Especiais Líquida	
(13) Terrenos e Servidões	321,52
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	88.889,55
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	0,04
(18) Quota de Reintegração Regulatória	5.320,88
(19) WACC real antes de impostos	0,04
(20) Taxa RGR PLPT	-
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	-
(22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	3.351,13

17.4. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	5.382,64
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	1.345,66
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	1.345,66
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	2.691,32
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	73,60
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	217,60
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	558,53
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	849,73

17.5. Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

Conforme previsto na Legislação Setorial, foi definido no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP anterior, o mecanismo destinado a comparar os investimentos previstos no cálculo do Fator X com os efetivamente realizados pelas distribuidoras. No CRTP vigente, quando da revisão tarifária de cada Concessionária, são levantados os investimentos efetivamente realizados pela distribuidora entre o CRTP anterior e o CRTP vigente, calculados com base nos registros contábeis da distribuidora, deflacionados pelo IGP-M, mês a mês, para a data-base da revisão tarifária anterior.

Caso os investimentos efetivamente realizados sejam inferiores àqueles considerados no cálculo do Fator X do CRTP anterior, esse item é recalculado, com a substituição dos valores de investimento previstos pelos investimentos realizados, mantendo-se inalterados os demais parâmetros.

17.6. Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Outorgada é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita Último IRT R\$	Receita Verificada	Reajuste	Variação Projetada %	Impacto na Revisão Tarifária %	Part. na Receita %
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	15.599,46	15.671,17	26.896,79	2,34%	452,82%	51,57%
1.1. Encargos Setoriais	2.936,92	2.950,01	2.511,05	1,42%	-25,04%	4,81%
RGR	-	-	-	-	-	-
CCC	-	-	-	-	-	-
TFSEE	121,63	122,29	123,87	0,54%	1,30%	0,24%
CDE	2.241,34	2.251,25	1.863,18	0,44%	-17,24%	3,57%
PROINFA	573,94	576,48	524,00	0,44%	-9,10%	1,00%
P&D (Eficiência Energética)	-	-	-	-	-	-
NOS	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
1.2. Transmissão	1.123,28	1.128,37	5.844,08	0,45%	417,92%	11,21%
Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Rede Básica Fronteira	-	-	-	-	-	-
Itaipu	-	-	-	-	-	-
Conexão	-	-	-	-	-	-
CUSD	1.123,28	1.128,37	5.844,08	0,45%	417,92%	11,21%
Outros	-	-	-	-	-	-
1.3. Compra de Energia	11.539,27	11.592,79	18.541,65	0,46%	59,94%	35,55%
CCEAR Existente	-	-	-	-	-	-
CCCEAR Nova	-	-	-	-	-	-
Contratos Bilaterais	11.539,27	11.592,79	18.541,65	0,46%	59,94%	35,55%

Itaipu	-	-	-	-	-	-
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	24.799,18	24.911,54	25.257,24	0,45%	1,39%	48,43%
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	-	-	-	-	-	-
2.2. Remuneração	-	-	-	-	-	-
2.3. Depreciação	-	-	-	-	-	-
2.4. Receitas Irrecuperáveis	-	-	-	-	-	-
2.5. Outras Receitas	24.799,18	24.911,54	25.257,24	0,45%	1,39%	48,43%
3. Reposicionamento Econômico	10,95%	-	28,51%	-	-	-
4. Componentes Financeiros	-2,97%	-	-22,18%	-	-	-
5. Reposicionamento com Financeiros	7,98%	-	6,33%	-	-	-
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	1,07%	-	-2,97%	-	-	-
7. Efeito para Consumidor	7,03%	-	10,00%	-	-	-

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual.

Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Descrição	Nota	2017			2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
Ativo circulante		25.695,45	-	25.695,45	16.805,16	-	16.805,16
Caixa e equivalentes de caixa		10.501,93	-	10.501,93	6.035,80	-	6.035,80
Consumidores	14.1	8.567,80	-	8.567,80	7.250,06	-	7.250,06
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		182,93	-	182,93	548,21	-	548,21
Tributos compensáveis		1.358,92	-	1.358,92	296,19	-	296,19
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-	-
Almoxarifado operacional		558,86	-	558,86	803,44	-	803,44
Investimentos temporários		13,90	-	13,90	18,02	-	18,02
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.2	1.394,80	-	1.394,80	1.470,52	-	1.470,52
Despesas pagas antecipadamente		39,18	-	39,18	34,41	-	34,41

Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação	14.3	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		3.077,13	-	3.077,13	348,51	-	348,51
Ativo não circulante		86.832,27	(44.619,32)	42.212,95	91.454,22	(48.632,11)	42.822,11
Consumidores		-	-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		288,29	-	288,29	340,39	-	340,39
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-	-
Investimentos temporários		-	-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		63,00	14.815,14	14.878,14	147,90	13.538,16	13.686,06
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		78,70	-	78,70	0,15	-	0,15
Imobilizado	14.4	86.390,17	(84.176,97)	2.213,20	90.916,12	(88.376,58)	2.539,54
Intangível	14.5	12,11	24.742,51	24.754,62	49,66	26.206,31	26.255,97
Total do ativo		112.527,72	(44.619,32)	67.908,40	108.259,38	(48.632,11)	59.627,27

Passivo							
Passivo circulante		10.700,89	-	10.700,89	7.277,86	-	7.277,86
Fornecedores		3.698,96	-	3.698,96	2.042,92	-	2.042,92
Empréstimos, financiamentos e debêntures		262,70	-	262,70	377,91	-	377,91
Obrigações sociais e trabalhistas		719,81	-	719,81	588,51	-	588,51
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		1.345,45	-	1.345,45	1.225,22	-	1.225,22
Provisão para litígios		-	-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-
Encargos setoriais		1.058,26	-	1.058,26	609,27	-	609,27
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	33,07	-	33,07	1.815,51	-	1.815,51
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-

Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes		3.582,64	-	3.582,64	618,52	-	618,52
Passivo não circulante		6.779,26	-	6.779,26	6.914,81	-	6.914,81
Fornecedores		-	-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures		366,69	-	366,69	639,29	-	639,29
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		-	-	-	-	-	-
Provisão para litígios		12,00	-	12,00	12,00	-	12,00
Encargos setoriais		-	-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	4,02	-	4,02	-	-	-
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		6.396,55	-	6.396,55	6.263,52	-	6.263,52
Total do passivo		17.480,15	-	17.480,15	14.192,67	-	14.192,67
Patrimônio líquido							
Capital social		16.072,56	-	16.072,56	16.072,50	-	16.072,50
Reservas de capital		107,92	(57,77)	50,15	(643,89)	694,04	50,15
Outros resultados abrangentes		47.009,57	(47.009,57)	-	48.568,23	(48.568,23)	-
Reservas de lucros		4,92	-	4,92	4,92	-	4,92
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		-	-	-	-	-	-
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-	-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-
Reserva de sobras		32.825,30	-	32.825,30	28.584,33	-	28.584,33
Sobras à disposição da Assembleia		(972,70)	2.448,02	1.475,32	1.480,62	(757,92)	722,70
Perdas não cobertas pelos cooperados		-	-	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		95.047,57	(44.619,32)	50.428,25	94.066,71	48.632,11)	45.434,60
Total do passivo e do patrimônio líquido		112.527,72	(44.619,32)	67.908,40	108.259,38	48.632,11)	59.627,27
				2017			2016

	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso		55.188,05	-	55.188,05	46.546,99	-	46.546,99
Fornecimento de energia elétrica		18.884,25	-	18.884,25	17.088,92	-	17.088,92
(-) Transferências		-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		28.931,18	-	28.931,18	25.794,99	-	25.794,99
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		325,74	-	325,74	465,22	-	465,22
Serviços cobráveis		133,92	-	133,92	117,20	-	117,20
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		5.445,68	-	5.445,68	2.591,57	-	2.591,57
Outras receitas vinculadas		1.467,28	-	1.467,28	489,09	-	489,09
Tributos		(8.348,89)	-	(8.348,89)	(7.448,31)	-	(7.448,31)
ICMS		(7.930,20)	-	(7.930,20)	(7.123,36)	-	(7.123,36)
PIS-PASEP		(73,99)	-	(73,99)	(57,05)	-	(57,05)
COFINS		(344,70)	-	(344,70)	(267,90)	-	(267,90)
ISS		-	-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"		(3.723,43)	-	(3.723,43)	(4.463,44)	-	(4.463,44)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		-	-	-	(120,65)	-	(120,65)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(2.146,80)	-	(2.146,80)	(3.396,67)	-	(3.396,67)
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	(102,41)	-	(102,41)
Taxa de fiscalização		(122,19)	-	(122,19)	(93,27)	-	(93,27)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-	-	-	-	-
Outros encargos		(1.454,44)	-	(1.454,44)	(750,44)	-	(750,44)
Receita líquida / Ingresso líquido		43.115,73	-	43.115,73	34.635,24	-	34.635,24
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(17.284,00)	-	(17.284,00)	(12.952,21)	-	(12.952,21)
Energia elétrica comprada para revenda		(16.722,54)	-	(16.722,54)	(12.688,09)	-	(12.688,09)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfra		(561,46)	-	(561,46)	(459,77)	-	(459,77)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		-	-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais		-	-	-	195,65	-	195,65

Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica							
Combustíveis							
Resultado antes dos custos gerenciáveis	25.831,73	-	25.831,73	21.683,03	-	21.683,03	
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(24.631,88)	2.454,14	(22.177,74)	(21.110,63)	751,81	(20.358,82)	
Pessoal e administradores (inclui 1.388,85 de remuneração a administradores)	(10.993,31)	-	(10.993,31)	(11.226,69)	-	(11.226,69)	
Entidade de previdência privada	-	-	-	-	-	-	
Material	(2.661,09)	-	(2.661,09)	(1.724,49)	-	(1.724,49)	
Serviços de terceiros	(5.366,76)	-	(5.366,76)	(4.317,67)	-	(4.317,67)	
Arrendamento e aluguéis	(45,86)	-	(45,86)	(29,42)	-	(29,42)	
Seguros	(76,93)	-	(76,93)	(83,44)	-	(83,44)	
Doações, contribuições e subvenções	(129,03)	-	(129,03)	(126,09)	-	(126,09)	
Provisões	(115,78)	-	(115,78)	(67,53)	-	(67,53)	
Recuperação de despesas	29,68	-	29,68	89,03	-	89,03	
Tributos	(217,58)	-	(217,58)	(139,33)	-	(139,33)	
Depreciação e amortização	(4.938,94)	2.454,14	(2.484,80)	(3.210,91)	757,94	(2.452,97)	
Gastos diversos da atividade vinculada	(496,81)	(1.985,29)	(2.482,10)	(89,33)	(2.004,08)	(2.093,41)	
Outras Receitas Operacionais	1.168,95	1.985,29	3.154,24	489,55	1.997,95	2.487,50	
Outras Gastos Operacionais	(788,42)	-	(788,42)	(674,31)	-	(674,31)	
Resultado da Atividade	1.199,85	2.454,14	3.653,99	572,40	751,81	1.324,21	
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	
Resultado Financeiro	1.987,79	-	1.987,79	814,62	-	814,62	
Despesas financeiras	(105,32)	-	(105,32)	(312,19)	-	(312,19)	
Receitas financeiras	2.093,11	-	2.093,11	1.126,81	-	1.126,81	
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	3.187,64	2.454,14	5.641,78	1.387,02	751,81	2.138,83	
Despesa com impostos sobre os lucros	(648,17)	-	(648,17)	(86,71)	-	(86,71)	
Resultado líquido das operações em continuidade	2.539,47	2.454,14	4.993,61	1.300,31	751,81	2.052,12	
Operações descontinuadas							
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	
Resultado líquido do exercício	2.539,47	2.454,14	4.993,61	1.300,31	751,81	2.052,12	
Atribuível aos:							
Acionistas controladores	-	-	-	-	-	-	
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	
Lucro por ação							

básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		0,16	0,15	0,31	0,08	0,05	0,13
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade							
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-

18.1. Consumidores

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.2. Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.3. Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

18.4. Imobilizado

18.4.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 2º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária

18.4.2. Depreciação

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 2º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado.

18.5. Intangível

18.5.1. Reavaliação compulsória

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.5.2. Depreciação

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória

18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.6.2. Amortização

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

18.7.1. Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.2. Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Remuneração de ativo financeiro (ICPC 01).

18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (ICPC 01).

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2017	2016
Saldos no fim do exercício (societário)	50.428,26	45.434,59
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	44.619,32	48.632,11
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais		
Reavaliação regulatória compulsória	84.931,60	48.568,22
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	(37.922,03)	757,93
Reserva de Capital - Efeitos IFRS	57,77	(694,04)
Sobras/Perdas a Disposição da AGO	(2.448,02)	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Saldos no fim do exercício (regulatório)	95.047,58	94.066,70

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

Com relação ao destaque da Depreciação da Reavaliação Regulatória Compulsória, bem como os efeitos IFRS em outras reservas de capitais, referem-se a reversão da realização da reserva regulatória compulsória ocorrida na Contabilidade Regulatória, revertida conforme regras da Contabilidade Internacional, e, conforme orientação dos auditores, represada como diferenças IFRS em outras Reservas de capital.

Ocorre caso similar em Sobras e Perdas destinados a AGO, onde temos saldos diferentes referente a diferenças IFRS.

18.9. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2017	2016
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	5.641,78	2.138,83
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(2.454,14)	(751,81)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-

Reavaliação regulatória compulsória	-	-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	(2.454,14)	(757,93)
Anulação Não Operacional	-	6,12
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	3.187,64	1.387,02

Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2017, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

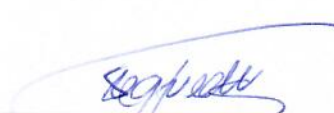
Os efeitos constatados em Anulação Não Operacional decorrem da reversão de exercícios anteriores.

19. Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 22/04/2018 pela Diretoria, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil), com 2 casas decimais.

Ibiúna, 10 de abril de 2018.


NÉLIO ANTÔNIO LEITE
Presidente


SIEGFRIED URBAN
Contador
CRC – 1SP 297.745/O-4

Parecer do Conselho Fiscal 2017 - Regulatório



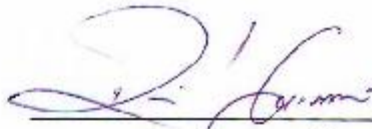
PARECER DO CONSELHO FISCAL

2017

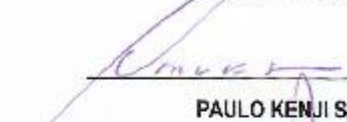
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região – CETRIL, composto pelos senhores Richard Guimarães, Paulo Kenji Sasaki e Leôncio Ribeiro da Costa, abaixo assinados, em cumprimento às suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2017, todas as contas e documentos da presente Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, devidamente examinados pela empresa de auditoria independente contratada exarando o Parecer Final dos Auditores Independentes e demais dados e informações contidas no Relatório do Conselho de Administração de 2017, verificando inclusive as obrigatoriedades das transferências estatutárias das sobras para o FATES – Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social e para a Reserva para Fundos de Investimentos, expressando a sua opinião sobre as Demonstrações Contábeis, constataram a exatidão de todos os registros e peças examinadas, representando nessa data a efetiva situação econômica, financeira e patrimonial da Cetril, reunindo portanto as condições necessárias para serem aprovadas pelos cooperados após o parecer final das destinações das sobras líquidas do período.

Ibiúna, 19 de fevereiro de 2018.



RICHARD GUIMARÃES



PAULO KENJI SASAKI



LEÔNCIO RIBEIRO DA COSTA

Parecer do Auditor Independente 2017– Regulatório

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos

Srs. Associados e Administradores da

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIUNA E REGIAO – CETRIL

Ibiúna – SP

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCRs, da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIUNA E REGIAO – CETRIL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base nas disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIUNA E REGIAO – CETRIL**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIUNA E REGIAO – CETRIL**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis

Chamamos a atenção para a nota explicativa 02 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis, que foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Conseqüentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

A **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIUNA E REGIAO – CETRIL**, elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os cotistas e administradores da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIUNA E REGIAO – CETRIL**, com data de 09 de Fevereiro de 2018.

Rua Vereador Mário Coelho Pires, nº 1960, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 - São José do
Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259-2444 e-mail: audiconsult@audiconsult.com.br

2

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIUNA E REGIAO – CETRIL**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIUNA E REGIAO – CETRIL**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José (SC), 05 de abril de 2018.



Hermenegildo João Vanoni
Contador – CRC-SC 14.874/0 -7 "S" SP

AUDICONSULT Auditores S/S
Registro: CRC-SC 4.012 "S" SP

 **ANEEL**  **Concessionários**

Página Inicial Ajuda Logoff

17/04/2018 15:20:38

Resultado de transmissão de arquivo(s)

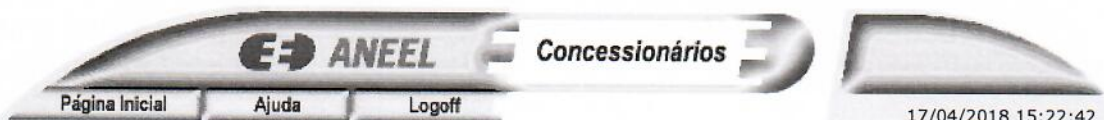
Transmissão Nº:220171

Enviada em :17/04/2018 às 15:16:26 por:Siegfried Urban

Aplicação :PAC - Prestação Anual de Contas

Empresa :CETRIL COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E TELEFONIA RURAIS DE IBIUNA LTDA

Nome do Arquivo	Situação
APLPAC5379_P_CETRIL_DC_2017_A.pdf	Arquivo processado com SUCESSO.



Resultado de transmissão de arquivo(s)

Transmissão Nº:220172

Enviada em :17/04/2018 às 15:22:42 por:Siegfried Urban

Aplicação :PAC - Prestação Anual de Contas

Empresa :CETRIL COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E TELEFONIA RURAIS DE IBIÚNA LTDA

Nome do Arquivo	Situação
APLPAC5379_P_CETRIL_BP_2017_A.xls	Arquivo processado com SUCESSO.



ANEEL

Concessionários

Página Inicial

Ajuda

Logoff

17/04/2018 15:23:25

Resultado de transmissão de arquivo(s)

Transmissão Nº:220173

Enviada em :17/04/2018 às 15:23:25 por:Siegfried Urban

Aplicação :PAC - Prestação Anual de Contas

Empresa :CETRIL COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E TELEFONIA RURAIS DE IBIÚNA LTDA

Nome do Arquivo

Situação

APLPAC5379_P_CETRIL_DRE_2017_A.xls

Arquivo processado com SUCESSO.



Concessionários

[Página Inicial](#)

[Ajuda](#)

[Logoff](#)

17/04/2018 15:24:08

Resultado de transmissão de arquivo(s)

Transmissão Nº:220174

Enviada em :17/04/2018 às 15:24:08 por:Siegfried Urban

Aplicação :PAC - Prestação Anual de Contas

Empresa :CETRIL COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E TELEFONIA RURAIS DE IBIÚNA LTDA

Nome do Arquivo

Situação

APLPAC5379_P_CETRIL_DMPL_2017_A.xls

Arquivo processado com SUCESSO.

Resultado de transmissão de arquivo(s)

Transmissão Nº:220175

Enviada em :17/04/2018 às 15:24:51 por:Siegfried Urban

Aplicação :PAC - Prestação Anual de Contas

Empresa :CETRIL COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E TELEFONIA RURAIS DE IBIÚNA LTDA

Nome do Arquivo	Situação
APLPAC5379_P_CETRIL_BPREG_2017_A.xls	Arquivo processado com SUCESSO.

ANEEL Concessionários

Página Inicial Ajuda Logoff

17/04/2018 15:25:20

Resultado de transmissão de arquivo(s)



Transmissão Nº:220176

Enviada em :17/04/2018 às 15:25:20 por:Siegfried Urban

Aplicação :PAC - Prestação Anual de Contas

Empresa :CETRIL COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E TELEFONIA RURAIS DE IBIÚNA LTDA

Nome do Arquivo	Situação
APLPAC5379_P_CETRIL_DREREG_2017_A.xls	Arquivo processado com SUCESSO.

 **ANEEL**  **Concessionários**

[Página Inicial](#) [Ajuda](#) [Logoff](#) 17/04/2018 15:25:45

Resultado de transmissão de arquivo(s)

Transmissão Nº:220177

Enviada em :17/04/2018 às 15:25:45 por:Siegfried Urban

Aplicação :PAC - Prestação Anual de Contas

Empresa :CETRIL COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E TELEFONIA RURAIS DE IBIÚNA LTDA

Nome do Arquivo	Situação
APLPAC5379_P_CETRIL_DMPLREG_2017_A.xls	Arquivo processado com SUCESSO.

ANEEL Concessionários

Página Inicial Ajuda Logoff

17/04/2018 15:26:14

Resultado de transmissão de arquivo(s)



Transmissão Nº:220178

Enviada em :17/04/2018 às 15:26:13 por:Siegfried Urban

Aplicação :PAC - Prestação Anual de Contas

Empresa :CETRIL COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E TELEFONIA RURAIS DE IBIÚNA LTDA

Nome do Arquivo	Situação
APLPAC5379_P_CETRIL_PCF_2017_A.pdf	Arquivo processado com SUCESSO.

 **ANEEL**  **Concessionários**

[Página Inicial](#) [Ajuda](#) [Logoff](#) 17/04/2018 15:26:43

Resultado de transmissão de arquivo(s)

Transmissão Nº:220179

Enviada em :17/04/2018 às 15:26:43 por:Siegfried Urban

Aplicação :PAC - Prestação Anual de Contas

Empresa :CETRIL COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E TELEFONIA RURAIS DE IBIUNA LTDA

Nome do Arquivo	Situação
APLPAC5379_P_CETRIL_RRAI_2017_A.pdf	Arquivo processado com SUCESSO.